

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARINA RAFAELA DE GODOI FELINI

**DISCURSOS INTERPELATIVOS DE GEORGE W. BUSH (2000-2004): NACIONALISMO
E NEOCONSERVADORISMO NA BUSCA DE LEGITIMAÇÃO DOMÉSTICA PARA A
GUERRA AO TERRORISMO**

Porto Alegre

2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

Carina Rafaela de Godoi Felini

**DISCURSOS INTERPELATIVOS DE GEORGE W. BUSH (2000-2004):
NACIONALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA BUSCA DE
LEGITIMAÇÃO DOMÉSTICA PARA A GUERRA AO TERRORISMO**

**Porto Alegre
2017**

CARINA RAFAELA DE GODOI FELINI

**DISCURSOS INTERPELATIVOS DE GEORGE W. BUSH (2000-2004):
NACIONALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA BUSCA DE
LEGITIMAÇÃO DOMÉSTICA PARA A GUERRA AO TERRORISMO**

Dissertação apresentada à banca de defesa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Organização e Sociedade.

Orientador: Prof^a Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

F315 Felini, Carina Rafaela de Godoi

Discursos interpelativos de George W. Bush (2000-2004) : nacionalismo e neoconservadorismo na busca de legitimação doméstica para a guerra ao terrorismo / Carina Rafaela de Godoi Felini . – 2017.

113 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. neoconservadorismo. 2. nacionalismo. 3. guerra ao terrorismo. 4. Doutrina Bush. 5. Análise de Conteúdo. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARINA RAFAELA DE GODOI FELINI

**DISCURSOS INTERPELATIVOS DE GEORGE W. BUSH (2000-2004):
NACIONALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA BUSCA DE
LEGITIMAÇÃO DOMÉSTICA PARA A GUERRA AO TERRORISMO**

Dissertação apresentada à banca de defesa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Organização e Sociedade.

Banca Examinadora:

.....

Prof.. Dr. Rafael Machado Madeira (Orientador)

.....

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PPGCS-PUCRS)

.....

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PPGH-PUCRS)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Vera Rosane Godoi Felini e a meu pai Carlos Alberto Felini, cujo amor incondicional me carregou desde meu nascimento até o momento presente. Este amor durará a vida inteira, quiçá, em outras existências também. Obrigada por sempre acreditarem em minha capacidade e, por vezes, acharem-me a “melhor” mesmo que isso não seja verdade. Acreditem que isto só me fortaleceu e me motivou a dar o melhor que existe dentro de mim. Vocês são minhas bases, ensinaram-me a ter amor pelos estudos, e, apesar das inúmeras dificuldades, sempre me estimularam a seguir em frente. Obrigada também pela persistência e pela ajuda incomensurável para finalização desta dissertação sem as quais jamais seria possível chegar a este momento.

Um agradecimento para Caio Gusmão Rodrigues pelo seu amor e apoio. Agradeço pela paciência nos rumos finais desta dissertação, agradeço pelos excelentes momentos que passamos juntos e pelas conversas, sobretudo, àquelas de cunho político. Agradeço e espero ter mais incontáveis momentos com você. Obrigada pelo seu carinho e dedicação ao nosso amor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida sem a qual essa dissertação dificilmente poderia ter sido realizada.

À PUC RS pelo ensino de qualidade.

Ao professor Dr. Rafael Machado Madeira que, no final do segundo tempo, aceitou me orientar e fornecer dicas valiosas.

À professora Dr^a. Maria Izabel Mallmann pela paciência, disponibilidade e pela avaliação dos meus textos.

Agradeço também ao professor Dr. Marcos Paulo dos Reis Quadros que sempre se mostrou disposto a me auxiliar quando tive dúvidas.

À Elizabeth Pedroso pela dedicação, conhecimentos transmitidos e por acreditar no meu trabalho. Apesar dos nossos momentos juntos terem sido curtos, para mim, foram inesquecíveis. Tens todo o meu agradecimento.

Agradeço a Lucianne Valdívia pela compreensão e auxílio na fase final desta dissertação. Obrigada por estar sempre presente comigo me auxiliando, com paciência, quando mais precisei de ti.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta auxiliaram na concretização deste trabalho.

Por fim, agradeço à força superior que me fez superar obstáculos e dificuldades e estar aqui, neste momento, de corpo e alma presentes.

Para um homem ou para uma nação,
o descontentamento é o primeiro
passo para o progresso.

Oscar Wilde

RESUMO

A presente dissertação faz uso da metodologia de Análise de Conteúdo para analisar três discursos oficiais proferidos pelo presidente norte-americano George W. Bush (2000-2004), pronunciados após o ataque terrorista de onze de setembro de 2001. Neles busca-se identificar os argumentos utilizados pelo presidente para criar um receituário de combate ao terrorismo em nível nacional e global, denominado Doutrina Bush, instaurar a Guerra ao Terrorismo, legitimando a invasão ao Afeganistão (2001) e a Guerra ao Iraque (2003). Considera-se que tais argumentos evocam elementos da identidade nacional americana que reativaram o nacionalismo norte-americano e serviram para obtenção de apoio doméstico àquelas ações militares. Considera-se, também, que o componente neoconservador do nacionalismo norte-americano esteve presente nestes esforços de interpelação discursiva do presidente George W. Bush.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Nacionalismo. Guerra ao Terrorismo. Doutrina Bush. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This dissertation uses the Content Analysis methodology to analyze three official speeches given by US President George W. Bush (2000-2004) after the terrorist attack on September 11, 2001. The aim is to identify the Arguments used by the president to create a national and global counter-terrorism counterpart, called the Bush Doctrine, to introduce War on Terror, legitimizing the invasion of Afghanistan (2001) and the War on Iraq (2003). Such arguments evoke elements of American national identity that reactivated American nationalism and served to obtain domestic support for those military actions. It is also considered that the neoconservative component of American nationalism was present in these discursive interpellation efforts of President George W. Bush.

Keywords: Neoconservatism. Nationalism. War on Terrorism. Bush Doctrine. Content analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo
AD – Análise do Discurso
ADMs – Armas de Destruição em Massa
CIA – Central Intelligence Agency
CCNY – City College of New York
CS – Conselho de Segurança
EUA – Estados Unidos da América
FBI - Federal Bureau of Investigation
ONU – Organização das Nações Unidas
HSA- Homeland Security Agency
NEOCON – Neoconservadorismo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	08
ABSTRACT	09
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 METODOLOGIA	14
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	20
2 SISTEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE NACIONALISMO, IDENTIDADE, CONSERVADORISMO E NEOCONSERVADORISMO DOS ESTADOS UNIDOS	22
2.1 HISTÓRICO: NAÇÕES E NACIONALISMOS	24
2.2 NACIONALISMO NOS ESTADOS UNIDOS	28
2.3 INDICADORES DA IDENTIDADE NORTE-AMERICANA	31
2.4 CONSERVADORISMO E SUAS EXPRESSÕES NOS EUA	33
2.5 NEOCONSERVADORISMO: HISTÓRICO E REATIVAÇÃO NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH	38
3 GOVERNO BUSH: IMPACTO DO 11 DE SETEMBRO	47
3.1 OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, O NEOCONSERVADORISMO E A INAUGURAÇÃO DA GUERRA DO TERROR: ASPECTOS PRIMORDIAIS	48
3.2 APRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS DE BUSH: STATE OF THE UNION, HOMELAND SECURITY ACT E WAR MESSAGE	53
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DISCURSOS	63
4.1 ELEMENTOS FUNDANTES DA NACIONALIDADE NORTE-AMERICANA	63
4.2 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	66
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE	93
ANEXOS	102

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação faz uso da metodologia de Análise de Conteúdo com o intuito de analisar três discursos oficiais – *State of the Union*; *Homeland Security Act* e *War Message* – proferidos pelo presidente norte-americano George W. Bush (2000-2004) e pronunciados após o ataque terrorista de onze de setembro de 2001, contra os Estados Unidos. Os ataques terroristas foram perpetrados pela célula terrorista Al-Qaeda que sequestrou quatro aviões comerciais, sendo que dois deles colidiram contra as torres do edifício *World Trade Center*¹, em Nova York, enquanto outro atingiu o Pentágono e o último foi abatido na Pensilvânia. A reação imediata ao onze de setembro foi marcada por forte significação (RESENDE, 2009), pois propagou um trauma coletivo nos cidadãos norte-americanos.

Com a segurança norte-americana em crise devido aos atentados, George W. Bush obteve apoio do Congresso para deflagrar uma guerra global contra o terrorismo, cujas ações iniciaram com o bombardeio e a invasão do Afeganistão, à procura do mentor do ataque de onze de setembro, Osama Bin Laden. Uma posterior decisão do governo estadunidense de invadir o Iraque e destituir o líder iraquiano Saddam Houssein, ancorava-se em alegações de que o ditador mantinha ligações com a Al-Qaeda e possuía um suposto arsenal de Armas de Destruição em Massa (ADMs). O presidente George W. Bush e a cúpula governamental neoconservadora presente em Washington desejavam obter legitimação para invadir o Iraque em 2003 e, para isto, mostrava-se necessário reativar sentimentos de cunho nacionalista de forma a interpelar discursivamente os cidadãos norte-americanos.

Ancorados no contexto do ataque terrorista acima citado, e nas categorias básicas do pensamento político conservador norte-americano, definimos como objetivo central desta pesquisa analisar a reação política, de caráter neoconservador, do Governo Bush, aos atores políticos envolvidos no referido ataque, e como o discurso de Bush, evocando as características identitárias centrais do povo norte-americano, legitimou sua

¹ O edifício *World Trade Center* se localizava no centro de Manhattan na cidade de Nova York.

política nacional e global de prevenção e combate ao terrorismo, inclusive mediante invasão ao Afeganistão e Guerra ao Iraque.

Para isso, trabalhamos com aspectos da corrente política neoconservadora e procuramos verificar como o exercício da Política Externa norte-americana, sob o primeiro mandato do presidente George W. Bush (2000-2004), reincorporou os supracitados elementos que dizem respeito aos aspectos constitutivos da identidade norte-americana. Partimos da hipótese de que os postulados neoconservadores que foram aplicados em conjunto ao ideário nacionalista, e presentes nos discursos proferidos por George W. Bush, sofreram uma reativação após os ataques terroristas de setembro de 2001 e contribuíram para a legitimação de sua Política Externa antiterrorismo.

No que tange os três discursos proferidos por George W. Bush selecionados para análise é possível notar a intenção presidencial de interpelar os cidadãos americanos para legitimar a política antiterrorismo empregada após os atentados de 11 de setembro de 2001. Ao mesmo tempo, a intenção da cúpula em Washington também consistia em reestruturar a “América” a partir de rearranjos na esfera da política interna estadunidense. Assim sendo, nossa escolha pelos três discursos ocorreu devido aos seus conteúdos que, quando contextualizados temporalmente, permitem que a mensagem central de cada um seja compreendida. Da mesma maneira, a união dos três pronunciamentos também propicia um entendimento mais global do cenário político estadunidense após os ataques terroristas de 2001.

Ademais, estes discursos foram proferidos em momentos diferentes após o onze de setembro de 2001 sendo que no State of the Union, promulgado em 29 de janeiro de 2002, George W. Bush compartilha o sofrimento dos cidadãos norte-americanos e afirma que a invasão e ocupação do Afeganistão serviria para salvar este país da opressão do regime Talibã e não somente para minar a célula terrorista Al-Qaeda encabeçada por Osama Bin Laden. Já o discurso Homeland Security, proferido em 25 de novembro de 2002, ocorreu quando foi necessário acalmar a população norte-americana quanto a sua própria segurança e que, para tal intento, seria criado o Departamento de Segurança Interna para coagir ameaças terroristas contra os Estados Unidos. Por fim, War Message foi proferido em 19 de março de 2003 por George W. Bush quando o presidente, momentos antes de iniciar a guerra contra o Iraque, anuncia à

população estadunidense que tal contencioso era fruto do programa nuclear iraquiano em pleno desenvolvimento, ou seja, representava uma ameaça aos Estados Unidos.

Elegemos como problema de pesquisa identificar os elementos centrais do ideário neoconservador presente na política norte-americana pré-Governo Bush, e investigar se os mesmos foram reativados, no primeiro governo Bush, após o atentado de onze de setembro de 2001, como o foram e porque provocaram adesão popular à sua política de segurança e de combate ao terrorismo nacional e global, inclusive mediante a invasão ao Afeganistão (2001) e Guerra ao Iraque (2003).

Deve-se ressaltar que consideramos as limitações do trabalho na medida em que selecionamos poucas fontes bibliográficas para análise, porém o esforço que empreendemos consistiu em extrair de cada autor o que nos pareceu relevante para a análise pretendida. O referencial teórico desta pesquisa provém dos trabalhos das cientistas políticas brasileiras Cristina Soreanu Pecequilo e Erica Simone Resende e, por fim, de uma obra do geógrafo britânico David Harvey. O artigo *A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional*, apresentado no Seminário “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- o Brasil e o mundo que vem aí”, de autoria de Pecequilo (2007), auxilia nossa pesquisa ao traçar um panorama geral do mandato do presidente George W. Bush e como ele priorizou o exercício da política externa. A tese de Erica Resende, denominada *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana* (2009), também fornece embasamento bibliográfico para identificar os elementos identitários dos Estados Unidos e descortinar o papel do puritanismo na formação da nação estaduniense, aspectos que são enfocados em nossa pesquisa. Finalmente, o livro de David Harvey denominado *O Novo Imperialismo* (2005) também será empregado para elucidar o problema de pesquisa desta dissertação.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia denominada Análise de Conteúdo (AC) é importante no âmbito desta pesquisa pois estabelece um procedimento de interpretação discursiva. Nosso

intento de aplicar esta metodologia em três discursos, previamente elencados e proferidos pelo presidente estadunidense, justifica-se porque:

A Análise de Conteúdo é uma leitura “profunda”, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo (SANTOS, 2012, p. 387).

Em relação a metodologia em si mesma, a Análise de Conteúdo é intrinsecamente uma abordagem investigativa e que não dispensa influências as quais o pesquisador encontra no caminho, mesmo que se saiba que um pesquisador é diferente do outro por sua subjetividade (SILVA; RIBEIRO; CARVALHO, 2015).

Cabe ao analista de conteúdo lidar com as condições de produção do texto que, quando analisadas, deverão atentar sempre ao fato de que seu trabalho será realçar uma série de sentidos que se encontram em segundo plano, e que uma leitura apressada ou desinteressada não forneceria. Segundo Décio Rocha e Bruno Deusdará:

A principal pretensão da Análise de Conteúdo é vislumbrada na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado (...) haveria um sentido a ser resgatado em algum lugar (...). Ao analista encaminhado pela ciência, caberia descobri-lo (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 310).

No que tange a análise qualitativa, destacamos que Rossi, Serralvo e Nascimento nos informam que “define-se, assim, Análise de Conteúdo qualitativa como um método de pesquisa para a interpretação subjetiva do conteúdo dos dados de um texto pelo processo sistemático de codificação e identificação de temas ou padrões” (ROSSI; SERRALVO; JOÃO, 2014).

Metodologicamente, a análise deve ser organizada em: pré-análise; exploração do material; e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). De grande importância é o tratamento descritivo seguido de uma análise categorial no qual se toma em consideração a totalidade do texto para depois se elencar os critérios de classificação, ou seja, o que se procura encontrar no material.

A pré-análise é a fase da organização das ideias iniciais, a esquematização. Bardin nos informa que esta primeira fase “possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e

a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Os documentos elencados constituirão o corpus a ser analisado.

Codificar o material consiste em transformar os dados brutos do texto, buscando atingir uma representação justa do conteúdo. Já a categorização, uma das principais etapas do método, é um processo estruturalista, segundo Bardin, e que comporta duas séries: o inventário (que consiste em isolar os elementos) e a classificação (ou seja, organizar as mensagens repartindo os elementos dela). Assim, na AC, ao afirmarmos que codificamos um material, significa dizer que fomos capazes de produzir categorias e que representaremos, simplificada, os dados brutos. Bardin afirma que um bom analista é um cientista que categoriza tipos de materiais (mensagens) em constante evolução e renovação (BARDIN, 1977, p. 119).

Na última fase da aplicação qualitativa da metodologia os indicadores produzidos no índice ressurgem, uma vez que a classificação consiste em extraí-los do inventário. Na sequência, em posse do inventário e dos indicadores, os discursos são trabalhados de forma a serem conduzidos para a etapa final: análise e interpretação.

Com estas informações, e de posse dos discursos proferidos por George W. Bush, operacionalizamos a análise com a aplicação da metodologia de Análise de Conteúdo. Para tal empreendimento, procuramos nos discursos do George W. Bush elementos que dizem respeito à crença dos americanos sobre si próprios e estabelecendo que, em conjunto ao grupo de políticos e intelectuais presentes na cúpula presidencial e adeptos da corrente ideológica neoconservadora, George W. Bush discursivamente utilizou elementos de caráter nacionalista para interpelar os cidadãos norte-americanos em sua política antiterrorismo.

Assim, trabalharemos com seis elementos nacionalistas e identitários que acreditamos serem constitutivos da *americanidade* e que consideramos que repousam na alma dos americanos. O primeiro elemento diz respeito ao *resgate dos preceitos puritanos e forte apelo à religiosidade*, através do qual sustentaremos que George W. Bush argumenta que Deus estaria do lado norte-americano mesmo em momentos de tragédia e que o conflito com o Iraque era percebido como um “dever divino”. No segundo elemento, chamado *excepcionalidade norte-americana*, trabalharemos com as afirmações presidenciais de que o esforço para reestruturar a “América” necessitava de

uma atenção maior no que tange a Política Externa estadunidense. Já no terceiro elemento, *luta que os Estados Unidos desempenham do bem contra o mal e a obrigação moral da nação norte-americana em exportar sua maneira liberal, ética e cristã de viver* consideraremos que George W. Bush clamou pela arregimentação e pelo apoio dos cidadãos americanos para invadir o Iraque.

No quarto elemento, *a exportação da democracia estadunidense para Estados que representavam perigo e ameaça à população dos Estados Unidos*, consideraremos que o presidente propunha “exportar” aspectos democráticos para minimizar ações externas contra os Estados Unidos. Na sequência, o quinto elemento denominado *preservação da liberdade, individualidade e da essência estadunidense*, procurará demonstrar como George W. Bush buscou reafirmar domesticamente a luta contra o terrorismo. Por fim, no sexto elemento, chamado *resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos*, procuraremos elucidar como o presidente norte-americano anunciou a criação de um departamento de segurança interna com o intuito de proteger a população estadunidense.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Outros estudiosos realizaram pesquisas acerca da temática que nos propomos a trabalhar. De nossa parte, escolhemos as pesquisas de duas autoras brasileiras, Pecequillo e Resende, acima referidas, devido aos conceitos e acepções que elas empregam, os quais nos auxiliaram na operacionalização deste trabalho. Por sua vez, elencamos a pesquisa de Harvey, na sua obra *O Novo Imperialismo*, devido à representatividade de um trabalho norte-americano para o tema estudado.

David Harvey, geógrafo e professor da City University of New York, é autor de diversos livros e artigos sobre temas como globalização, economia e política, sendo que seu trabalho que adquiriu maior atenção é o livro *Condição Pós-Moderna*, cuja publicação ocorreu em 1992. Porém, a obra de Harvey que nos servirá como embasamento bibliográfico é o livro lançado em 2005 e denominado *O novo imperialismo*. Nele, Harvey analisa quais são os acontecimentos ocorridos no final do século XX nos Estados Unidos, de cunho econômico e político, que conduziram a uma

reativação do imperialismo nos Estados Unidos durante os mandatos do presidente norte-americano George W. Bush.

Com a utilização do materialismo histórico-geográfico, o autor analisa que o crescimento do poder estadunidense nos últimos anos do século XX se deve ao exercício do imperialismo capitalista. Para afirmar esta acepção, o autor propõe descobrir quais são as forças que permitem investigar a validade da hegemonia dos Estados Unidos.

Pretendemos dialogar com Harvey sobre a importância do conflito no Iraque e de que forma ele pode realmente indicar o resguardo da manutenção da hegemonia norte-americana. Para nós, a admissibilidade do conflito, além da dimensão petroleira, também deve considerar que George W. Bush divulgou internacionalmente, e para a população estadunidense, a necessidade da guerra frente à suposta associação entre Iraque e Al-Qaeda e a alegada reativação do programa iraquiano de ADMs.

O próximo trabalho que elencamos para servir como embasamento bibliográfico é o artigo denominado *A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional*, apresentado no *Seminário “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- o Brasil e o mundo que vem aí”* de autoria da pesquisadora Cristina Soreanu Pecequilo. Neste texto Pecequilo traça um panorama geral do primeiro mandato do presidente George W. Bush e como ele priorizou o exercício da política externa quando confrontado com o terrorismo.

No início de seu artigo, Pecequilo contextualiza historicamente diversos fatos que, mais adiante no texto, serão trabalhados com maior minúcia. Assim sendo, a chegada de George W. Bush à Casa Branca viu o presidente colocar em prática uma pauta republicana sustentada pela corrente ideológica neoconservadora. Pecequilo informa que tal corrente já havia postulado seus pressupostos anteriormente durante a presidência de Ronald Reagan (1981/1988).

A pesquisadora sustenta que os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 provaram internacionalmente quão vulneráveis os Estados Unidos estavam. Na sequência, afirma que George W. Bush, recém-eleito, e diante da inflexão que o terrorismo provocou na América, passou a priorizar a agenda externa. Neste sentido,

nosso trabalho se aproxima do de Pecequilo em duas frentes, sendo que a primeira reside no fato de que ambas fundamentam a priorização da Política Externa em detrimento da política doméstica. A outra questão consiste na análise do movimento neoconservador e de que forma esta corrente ideológica se tornaria primordial durante o primeiro mandato do presidente americano.

Na sequência, a autora introduz algumas ações colocadas em prática durante a presidência de George W. Bush. Elas são compostas pelo fortalecimento da corrente neoconservadora dentro da cúpula governamental, pelo processo de reativação do conceito de “Eixo do Mal” e, por fim, pelo estabelecimento de um receituário de cunho nacionalista e neoconservador denominado Doutrina Bush. Com estas informações, Pecequilo assinala o poder considerável que a corrente ideológica neoconservadora passou a exercer na agenda do presidente americano.

(...) a mudança de regime em sociedades hostis, a restrição à influência de potências regionais e o reposicionamento estratégico na Eurásia, ocupando os espaços do antigo regime soviético e obtendo recursos para diminuir a vulnerabilidade energética (PECEQUILO, 2007, p. 4).

Por fim, introduzimos a última autora do nosso embasamento teórico: Erica Resende. Utilizamos como fonte a tese da pesquisadora que é denominada *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*, de 2009. A contribuição de Erica para esta dissertação reside no fato de que a pesquisadora trabalha com uma miríade de temáticas conceituais ligadas aos Estados Unidos.

Resende problematiza os discursos proferidos por George W. Bush por entender que os mesmos incorporam mensagens, sentidos e objetivos que não ficam claros durante as leituras, mas que quando analisados com a ajuda de uma metodologia, aparecem os interesses contidos em seu interior. Desta forma, os dois trabalhos se aproximam. A questão do excepcionalismo norte-americano, e como este se reproduz

nos discursos proferidos por George W. Bush após os atentados terroristas, é outro ponto de encontro entre esta dissertação e a tese de Resende.

A autora da tese propõe analisar uma concepção de política externa que funciona como uma prática social quando construída dentro de um sistema de representações. É neste sistema que Resende entende que ocorre a reprodução de aspectos próprios da identidade nacional norte-americana que somente se sustentam através de uma ideologia específica. Ademais, a pesquisadora afirma que a manutenção das práticas do exercício da política externa levam à construção da identidade nacional estadunidense a qual, segundo Resende, é ideologicamente puritana.

A pesquisadora retomna a conceituação inicial da Guerra ao Terror, porém com o entendimento de que os discursos impõem formas de dominação. Segundo ela, a Guerra ao Terror (...) somente se tornou possível devido à existência de um discurso de “americanidade” capaz de dar inteligibilidade à realidade após a crise de significados do Onze de Setembro (RESENDE, 2009, p.126).

É importante verificar a percepção que cada autor imprime em relação a esta temática. Acreditamos ter extraído de cada autor contribuições relevantes para nossa dissertação. Também, consideramos que foi possível utilizar a bibliografia a nosso favor, de forma que os trabalhos de cada um dos pesquisadores trouxe o aporte necessário para que esta dissertação pudesse ser realizada. Tanto Harvey, Pecequilo e Resende foram escolhidos como as fontes do embasamento bibliográfico devido a sua importância no tratamento do conteúdo desta dissertação. Portanto, cada uma das três fontes auxiliou na compreensão da problemática desta pesquisa através de suas teorias e de suas conceituações.

1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Finalmente, apresentamos os capítulos e a estrutura desta dissertação. O primeiro capítulo é composto pela sistematização dos principais indicadores do nacionalismo, da identidade, do conservadorismo e do neoconservadorismo nos Estados Unidos. Com o intuito de expandir a compreensão do problema, o segundo capítulo

contextualiza historicamente a corrente neoconservadora durante o mandato de George W. Bush até alcançar a deflagração da Guerra do Iraque em 2003. Também são apresentados três discursos proferidos por George W. Bush em três momentos diferentes, a respeito da política norte-americana de segurança e de combate ao terrorismo.

Por fim, no terceiro capítulo da presente dissertação aplicamos a metodologia de Análise de Conteúdo nos três discursos previamente selecionados (*State of the Union*; *Homeland Security Act*; e *War Message*) e proferidos pelo presidente norte-americano George W. Bush em seu primeiro mandato. Repare-se que a utilização da Análise de Conteúdo no presente trabalho de pesquisa consiste em analisar um *corpus* (*discursos*) enunciados por George W. Bush para que o problema de pesquisa possa ser elucidado. Na última parte deste capítulo operacionalizaremos a análise, para verificarmos se os discursos proferidos por George W. Bush possuem os elementos de caráter nacionalista e identitário e, finalmente, se interpelam a população estadunidense para iniciar a Guerra do Iraque.

2 SISTEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE NACIONALISMO, IDENTIDADE, CONSERVADORISMO E NEOCONSERVADORISMO NOS ESTADOS UNIDOS

O presente capítulo desta dissertação é composto pela sistematização dos principais indicadores do nacionalismo, da identidade, do conservadorismo e do neoconservadorismo dos Estados Unidos. Postulamos que o presidente George W. Bush discursivamente interpelou a população estadunidense após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 com o intuito de evocar sentimentos nacionalistas e identitários. O resultado por ele esperado consistia na obtenção de apoio doméstico para sua política antiterrorismo e a deflagração de um conflito armado contra o Iraque em 2003.

No ponto 1.1 conceituamos os termos “nação” e “nacionalismo” com o intuito de verificar o padrão de constituição de Estados nacionais. As divisões culturais europeias do século XVIII são representativas do início da formação de nações como as percebemos na atualidade. Porém, em um primeiro momento, a inexistência de consciência e pertencimento nacional levou a uma construção imaterial e forjada de instituições aonde simbologias de caráter nacional eram artificiais (HOBSBAWN, 2013). As nações em formação englobaram ao longo do tempo concepções de ordem subjetiva (etnia, língua e território) e objetivas (a hereditariedade e a tudo aquilo que era exterior aos indivíduos) após a Revolução Francesa.

As formações dos termos “nação” e “nacionalismo” serviram de base a trabalhos científicos como os de Raymond Aron (1979) e de Benedict Anderson (1983) cujos postulados acerca do tema possuíam similaridades e pontos de desencontros. Aron, autor de *Paz e Guerra entre as nações* (1979), entendia que a consciência de pertencimento a uma nação estava conectada aos ideários de nacionalidade, soberania e cidadania. Já Benedict Anderson, na obra *Comunidades Imaginadas* (1983) admitia que formações nacionais valiam-se da existência de uma “comunidade” aonde se compartilham sentimentos fraternos e culturalmente construídos.

No ponto 1.2 o trabalho analisa os aspectos que dizem respeito à nação norte-americana e como diversas expressões de sua nacionalidade atual são frutos do processo

histórico de estabelecimento do puritanismo na América do Norte. Historicamente construído, o ideário norte-americano indica que os Estados Unidos possuem um “dever”, por ser um “povo predestinado” e por se considerarem como a nação escolhida a “liderar a humanidade.” Estes aspectos foram tradicionalmente concebidos pelos colonizadores puritanos que, após seu estabelecimento na América do Norte, desejavam construir uma nação norte-americana. Intentaremos conceituar a concepção norte-americana de exportação de seu modelo democrático e o que enseja o “Destino Manifesto” e a considerada “alma” norte-americana: o “excepcionalismo”.

Já no ponto 1.3 refletimos sobre a construção das identidades nacionais norte-americanas e de que maneira elas podem ser verificadas. Revisamos historicamente as bases do conceito de identidade dos Estados Unidos, cujo papel inicial foi desenvolvido pelos imigrantes puritanos recém-estabelecidos na “América”.

O ponto 1.4 analisa as bases da ideologia conservadora nos Estados Unidos. Partimos dos aspectos que, historicamente, foram formulados por intelectuais e filósofos europeus. Dentre eles, o maior destaque é direcionado a Edmund Burke (1729-1797), considerado o fundador do conservadorismo e cuja obra *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790) denota suas concepções favoráveis à manutenção das tradições e das experiências do passado. Como qualquer conceito, o conservadorismo evoluiu através do tempo. Nos Estados Unidos os preceitos conservadores surgiram na década de 1950 através de um grupo de intelectuais como Richard Weaver, William Buckley, Robert Nisbet e Russell Kirk.

No ponto 1.5 analisamos a existência da corrente ideológica neoconservadora, sendo que esta corrente ressurgiu no cenário estadunidense após os atentados terroristas de onze de setembro de 2001. O desenvolvimento do neoconservadorismo ocorreu nas décadas de 1960/80. O Neoconservadorismo tornou-se uma ideologia específica, no final da década de 1960 na América, onde um grupo de estudantes universitários e de intelectuais americanos, majoritariamente de origem judaica, vivendo principalmente em Nova Iorque, estabeleceram as diretrizes da corrente. Porém, sua utilização enquanto movimento político ocorreu sob a presidência de Ronald Reagan (1980/88) e, em 2001, voltou a aparecer sob a presidência de George W. Bush (2000-2004). Por fim, verificamos se estes aspectos neoconservadores foram capazes de auxiliar na construção

de medidas governamentais de apelo à seguridade em caso de um novo ataque ao território norte-americano.

2.1 HISTÓRICO: NAÇÕES E NACIONALISMOS

Uma combinação de instituições políticas, econômicas e sociais, as “nações” e, por conseguinte, também os “nacionalismos”, são adventos da modernidade. Porém, consideramos que suas representações primárias se localizam antes do século XVIII e diferem-se da maneira através das quais as concebemos na atualidade. Historicamente, a construção de união entre grupos de indivíduos ou mesmo entre colônias de povoadamentos transformadas em agregações sólidas exemplificam como compreendemos a pré-existência de modelos de “nações” enquanto representativos de construções nacionais anteriores à modernidade. Conforme Eric Hobsbawn:

Se olharmos a “nação” como um fenômeno muito recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais ou localizadas, era de se esperar que ele ocorresse, como inicialmente o foi, mais em umas poucas colônias de povoamento do que em uma população genericamente distribuída sobre o território mundial (HOBSBAWN, 2013, p. 13).

Ernest Renan compreende que “é muito verdadeiro que quase todas nações modernas foram feitas por uma família de origem feudal, que contraiu casamento com o solo e que foi, em alguma medida, um núcleo de centralização” (RENAN, 1882, p. 8). Isto decorre de engajamentos primários que, em alguma medida, possuíam uma identificação entre si mesmos. O autor também observa que “é necessário, então, admitir que uma nação pode existir sem princípio dinástico, e mesmo nações que foram formadas por dinastias podem se separar desta dinastia sem por isso deixar de existir” (RENAN, 1882, p. 9).

Em um cenário pré-moderno existiam agregações de grupos populacionais cujo modelo de organização política, econômica e social comungava com a acepção moderna de “nação” e de “nacionalismo”. Posteriormente, a existência de regimes feudais e dinásticos na Europa permite que os consideremos também como modelos iniciais das nações e dos nacionalismos modernos.

No contexto europeu do século XVIII as acepções “nação” e “nacionalismo” começaram a ser utilizadas pelos incipientes Estados em processo de formação. Objetivamente, apropriar-se de um contexto aonde as nações e os sentimentos nacionalistas se desenvolvem representou e, de certa forma justificou, que estes Estados colocassem em prática suas pretensões imperialistas e colonialistas. Divisões culturais pré-existentes no continente europeu foram absorvidas pelos Estados nacionais, mesmo que não se mostrasse haver uma consciência nacional única. Porém, devido a uma iniciante organização política e econômica, as consciências e os sentidos de pertencimento começaram a se desenvolver. No que tange o conceito de soberania estatal é possível compreender que este se ancorava em um modelo de construção nacional. Isto se deve à criação de um status político inicial que possibilitou um avanço da consolidação das acepções de “nação” e de “nacionalismo”.

Nota-se que a possibilidade de que cada nação nascesse e se moldasse de forma a englobar as concepções subjetivas (etnia, língua e território) e objetivas (a hereditariedade e a tudo àquilo que era exterior aos indivíduos) foi representativa e importante para que a maioria das nações europeias se consolidasse após a Revolução Francesa.

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular (HOBSBAWN, 2013, p. 32).

Decorre que, enquanto fenômeno político, a formação das nações e dos nacionalismos europeus ocidentais pode ser considerada representativa de avanços históricos internacionais. Pode-se dizer que este fenômeno moderno possibilitou que fossem evocados sentimentos nacionalistas nas sociedades ocidentais. Para Hobsbawn:

A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (...) o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (HOBSBAWN, 2013, p. 18-19).

Raymond Aron e Benedict Anderson são dois intelectuais cujas pesquisas sobre nação e nacionalismo tomam rumos diferentes, ainda que existam pontos onde ocorrem concordâncias nesta corrente de pensamento. Raymond Aron, autor de *Paz e Guerra entre as nações* (1979), enfatiza que a consciência de pertencimento a uma nação é um dos pontos principais no que tange o ideário de um povo. Ademais, Aron também estabelece que o nacionalismo é precisamente uma noção construída a partir de sentimentos de pertencimento, e que o conceito de cidadania requer a existência de uma consciência nacional que é exercida pelos cidadãos de uma nação. Aron especifica que:

O termo nação não é tomado no sentido histórico que recebeu depois da Revolução Francesa; designa uma espécie particular de comunidade política, aquela na qual os indivíduos têm, na sua maioria, uma consciência de cidadania, e onde o Estado parece a expressão de uma nacionalidade preexistente (ARON, 2002, p. 51).

A existência de uma diversidade de normas e leis que comportam a ideia de “compatriota” e “estrangeiro”, assim como a força das ligações entre os indivíduos, forma um grupo cuja conduta é estabelecida homogeneamente e coletivamente. Para Aron, “toda coletividade comporta uma dupla definição interna e externa. A primeira denota um sistema determinado de normas e valores enquanto a última prima pela independência e pela soberania militar” (ARON, 2002, p. 382).

O conceito de coletividade faz referência à centralidade dos costumes no exercício de uma cultura. Da mesma forma os aspectos conflituosos também existem nas coletividades e formam uma realidade aonde a ordem militar pode ser reproduzida a qualquer instante. Ambas as distinções são reconhecidas por Aron como "comunidades de cultura" e "unidades políticas". Assim, o significado de nação é delimitado e constituído ao mesmo tempo pelas comunidades de cultura e pelas unidades políticas aonde as ordens militares devem se fazer presentes.

Desta forma, a unidade política, admitida pelo conceito de nação de Aron, possui uma existência limitada. Isto decorre devido a fatores como a participação do Estado perante os governados e materializado através do sufrágio universal; a junção entre as comunidades de cultura e como ela se conecta à vontade política; e a defesa pela independência do Estado. A aceção de que unidades políticas são limitadas deve ser relativizada uma vez que existe uma contrabalança entre estas frente ao papel desempenhado pelas comunidades de cultura.

Por outro lado, Benedict Anderson, cuja obra *Comunidades Imaginadas* (1983) problematiza o conceito de “nação”, ao questionar como as formações nacionais possuem como marco fundamental a ideia de “comunidade” e como que as populações presentes na comunidade compartilham sentimentos fraternos.

A nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. (...) essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas (ANDERSON, 1991, p. 16).

Além disto, o autor também parte em defesa da imaginação enquanto criadora e construtora da realidade dentro de comunidades e demonstra que esta relação consiste em um dos pontos centrais para sua conceituação de “nação”. Portanto, Anderson entende que a nação “é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 1983, p. 32).

Ainda segundo Anderson (1983), tanto o nacionalismo quanto as nacionalidades se constroem e se estabelecem culturalmente. O nacionalismo seria um fenômeno relativo e programático, tendo surgido como modelo para a formação social através do uso de acepções políticas. Ademais, Anderson se remete historicamente à origem dos nacionalismos para classificá-los como tipo ideal devido a suas características únicas e difíceis de serem aplicadas. Portanto, o nacionalismo se expressaria ao fornecer espaço para a existência de uma ligação profunda com sistemas culturais precedentes aonde haveria um estabelecimento da nação moderna. Já os sistemas culturais antecedentes cederam espaço para a construção das nacionalidades.

Enquanto fenômeno moderno, a construção das nacionalidades é diferentemente compreendida por intelectuais como ocorre entre Raymond Aron e Benedict Anderson. Esta compreensão será abordada no tópico seguinte, porém direcionada à construção da nacionalidade norte-americana em que consideraremos que os sentimentos nacionalistas estadunidenses se formaram a partir de aspectos puritanos e pelo exercício da ética protestante.

2.2 NACIONALISMO NOS ESTADOS UNIDOS

As expressões da nacionalidade norte-americana, conforme a percebemos na atualidade, foram resultantes do processo histórico de estabelecimento do puritanismo na América do Norte. As marcas identitárias formadas no período da colonização puritana moldaram as concepções que estão enraizadas no âmago da construção de uma identidade e nação norte-americanas.

A evolução do puritanismo estabelecido nas terras ao norte do continente americano representou o fator criador do sentimento de americanidade na consciência coletiva da população estadunidense. Erica Resende afirma que “do ponto de vista político, a genealogia dessa mitologia puritana implica uma concepção, no imaginário coletivo, de América e de americanidade como instrumentos da realização do desejo de Deus para a humanidade” (RESENDE, 2009, p. 220-221). A realização de uma missão evangelizadora puritana estava presente na chegada dos protestantes ingleses à Nova Inglaterra. A concepção puritana de “criação” de uma nação norte-americana reunia elementos como a idealização da realização social, da busca pelo bem-estar e pela realização material.

Peter Berger entende o papel da fé puritana na construção da nação e do mundo “porque o ethos puritano levou a profundas transformações na vida diária dos fiéis, fazendo necessária a vivência de sua fé em consonância com as outras esferas da vida, o que implica não apenas a responsabilidade individual, mas também a possibilidade maior de participação no mundo” (BERGER, 2010, p. 35). O individualismo, a autossuficiência e o ideal do autogerenciamento são aspectos primordiais introduzidos pelo protestantismo inglês que, com o passar do tempo, definiram-se como valores comuns e compartilhados pelos cidadãos norte-americanos em um contexto geral.

Da mesma maneira, passou a ser um traço da identidade norte-americana a crença em uma primazia divina. Historicamente, conceituou-se que o “dever” puritano enquanto “povo esclarecido” e propagador de seus ideais se somava à aceção de “nação” escolhida a liderar a humanidade. Referenciar os Estados Unidos como

“América” e como “farol da liberdade” auxiliava os puritanos na criação de uma definição dos Estados Unidos como uma nação preponderante. Conforme Erica Resende, “a significação de América como a nação que é o “farol do mundo”, capaz de iluminar, guiar e libertar os povos oprimidos, trata-se de uma significação que recorre a um sistema cultural que se revela ideologicamente puritano” (RESENDE, 2009, p. 220).

O Destino Manifesto concebia, prioritariamente, que a nascente nação estadunidense deveria iniciar a sua expansão territorial para o oeste da América. Portanto, além de constituir-se como “um conjunto de crenças nacionalistas e expansionistas embevecidas pela religião e pela ética protestante” (COSTA, 2011, p. 1), o Destino Manifesto fez o papel de crença legitimadora das anexações territoriais que se seguiram nos Estados Unidos no século XIX.

Para além dos aspectos imateriais da crença puritana investidos na formação da nação norte-americana, o exercício das iniciativas materiais constituídas de esforços exitosos representaram também “sinais da aprovação divina”. O trabalho, segundo o protestantismo inglês, era classificado como um dos aspectos mais importantes na vida de um puritano perante os olhos de “Deus”.

Desta forma, a prática econômica e material se conectava ao conceito de fé. Este apreço pelo exercício econômico, segundo a crença protestante, serviria como uma união de fé e salvação divina. Guimarães estabelece que “de um ponto de vista coletivo, o sucesso material da sociedade americana significaria um sinal de aprovação divina, de que a sociedade americana seria eleita pelo Senhor e que, por esta razão, deveria assumir o papel de líder e de modelo para todas as sociedades e Estados” (GUIMARÃES, 2008).

Para além dos preceitos puritanos de assumir a existência de uma vontade divina em sua migração para o continente americano, um dos componentes mais representativos dos valores estadunidenses e da “alma” norte-americana era a construção de um caráter denominado de excepcionalismo². Os protestantes

² O excepcionalismo estadunidense é um conjunto de ideias que reúne aspectos representativos da nação norte-americana como: a existência de uma suposta superioridade norte-americana e de uma missão de transformar o mundo de acordo com os ideais estadunidenses.

acreditavam que a construção dos Estados Unidos representava uma trajetória única e adiantada em relação à formação das demais nações, credenciando seu excepcionalismo como exemplo para o mundo.

Uma nação cristã e excepcional, única no mundo, um povo eleito, agente da História, promotora da civilização, do progresso e da modernidade, com responsabilidade moral para si e para o mundo por atribuição divina, depositária dos princípios e valores definidos por Deus e, portanto, verdadeiros e universais, nação realizadora da liberdade, e força de estabilização e ordem em um mundo de caos e incerteza (RESENDE, 2009, p. 238).

Segundo Resende, os protestantes acreditavam que possuíam uma responsabilidade social para com o mundo:

O puritano acredita e aceita a noção de um dever cívico religioso quanto à promoção do bem comum e do bem-estar da comunidade, segundo o qual teriam uma “missão” com eles próprios e com os demais povos. Surge, assim, o seguinte corolário: uma espécie de messianismo coletivo expresso na firme convicção de que os puritanos, como o povo eleito de Deus, estariam incumbidos de agir sobre o mundo corrupto, imperfeito, agressivo e maléfico com o objetivo de fundar a verdadeira Igreja de Deus na terra (RESENDE, 2009, p. 185).

Para além de sua suposta conexão com Deus, os puritanos acreditavam possuir uma união inquebrável entre si, cujo papel era de espalhar as benesses de sua fé. Resende novamente explica que:

Os puritanos que se estabelecem na Nova Inglaterra se viam ligados uns aos outros por laços invioláveis. Eles não se percebiam como um mero agrupamento de indivíduos, mas sim como uma congregação de eleitos. Apesar de cada membro ter status, papel e atribuição específica e singular, eles se subordinavam como um todo em relação à aliança com Deus (RESENDE, 2009, p. 188).

Os princípios puritanos foram exitosos em construir uma base identitária que fosse mais corretamente apropriada para a vida na Nova Inglaterra e menos próxima das concepções protestantes abandonadas na Grã-Bretanha, em virtude da acentuada rejeição do puritanismo em favor da crescente expansão cristã. Estes princípios se mostraram passíveis de serem expressos ao longo da construção da nação e do nacionalismo norte-americano. Tal processo de construção nacional produziu esforços como originar instituições fortes, estabelecer uma cultura original e dar origem aos regramentos sociais estadunidenses. Assim, estes esforços foram fundamentados na convicção puritana de que agradar a Deus constituía a maior de todas as formas de evoluir sua crença. Este entendimento, ao longo do tempo, auxiliou a construir

preceitos de cunho nacionalistas nos Estados Unidos que embasam a convicção norte-americana de que sua nação é possuidora de um caráter excepcional imaterial próprio.

Os aspectos que denotam a ideia norte-americana de superioridade global e de excepcionalismo, quando pensados perante a realidade após o 11 de setembro de 2001, fundamentaram a agenda política de George W. Bush. Discursivamente, o presidente pediu apoio à população norte-americana para a deflagração de conflitos armados, ou seja, com o intuito de obter apoio e legitimação popular para a realização de ações externas, George W. Bush evocou os preceitos mencionados para interpelar a nação ao acionar em seus discursos elementos da identidade norte-americana.

2.3 INDICADORES DA IDENTIDADE NORTE-AMERICANA

O sentimento de identidade diz respeito àquilo que acreditamos que somos e como somos percebidos por outros indivíduos através de nossa imagem. Disto decorre que, quando construído individualmente, este sentimento de identidade representa quem imaginamos ser. A própria existência de uma subjetividade entre o indivíduo e seu entorno ajuda a determinar que a identidade possui significação advinda de experiências individuais. Porém, enquanto construído como elemento identitário, o sentimento de identidade se amplia para admissão de uma identidade socialmente construída e projetada pela nação à qual pertence. Aron (2002) pressupunha que a noção da existência singular somente pode ser utilizada perante a existência do “outro”. Ou seja, a construção do “eu” e do “outro” é relacional e cria ligações com o conceito de identidade nacional.

A existência de uma subjetividade entre o indivíduo e seu entorno ajuda a determinar que a identidade só possui significação quando é advinda de experiências individuais. Porém, enquanto construído como elemento identitário, o sentimento de identidade se amplia para admissão de uma identidade socialmente construída e projetada pela nação à qual pertence.

A construção das identidades nacionais pode ser verificada em acontecimentos como o da assinatura da Declaração da Independência norte-americana pelos “Pais Fundadores.”³ Desta forma, os cidadãos estadunidenses reconheceram os elementos fundantes da nação como um patrimônio comum. Tais elementos estão contidos em memórias que constituem o mito fundador. As identidades nacionais assim construídas nos Estados Unidos fazem apelo às heranças culturais compartilhadas, a mitos étnicos e à herança geracional.

Ao enquadrar historicamente o processo de construção das identidades nacionais é perceptível o caráter imutável destas:

(...) há a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. A identidade nacional é representada como primordial – “está lá, na verdadeira natureza das coisas”, algumas vezes adormecida, mas sempre pronta pra ser “acordada” de sua “longa, persistente e misteriosa sonolência”, para reassumir sua inquebrantável existência (Gellner, 1983, p. 48). Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, “imutável” ao longo de todas as mudanças, eterno (HALL, 2006, p. 53).

Se resgatarmos Benedict Anderson (1983), devemos pressupor que tanto o nacionalismo quanto as nacionalidades se constroem e se estabelecem culturalmente. Anderson também define que a existência de uma rede complexa de formações culturais, resultantes de processo migratórios, é o fator gerador das comunidades nacionais. Assim, as “comunidades imaginadas” (termo utilizado no tópico 1.1) seriam frutos de uma criação de laços que conectam os indivíduos e os colocam sob a égide de um agrupamento imaginado.

A tradição é um aspecto primordial das identidades nacionais enquanto elementos históricos intrínsecos. Já as culturas nacionais decorrem de um padrão identitário representativo que afeta a organização social. Estes padrões se impõem de maneiras diversas com o intuito de conservar e unificar a identidade nacional. Tal ocorrência impositiva se uniu ao processo de evolução do ideário norte-americano e auxiliou no estabelecimento da corrente política conservadora. Nos Estados Unidos, e durante o primeiro mandato de George W. Bush, os aspectos identitários da nação estadunidense foram enfatizados de forma a angariar apoio populacional para a invasão ao Iraque.

³ Os Pais Fundadores, no original *Founding Fathers*, foram líderes políticos estadunidenses que participaram da formatação política e jurídica dos Estados Unidos no século XVIII.

2.4 CONSERVADORISMO E SUAS EXPRESSÕES NOS ESTADOS UNIDOS

Ao pensarmos o termo “conservadorismo” é possível realizarmos uma ligação com a ideia de conservar, de deixar intacto e, ao mesmo tempo, de manter longe o que é novo, afirmando o que já é dado e existente. No campo político, o qual é de interesse neste trabalho, o conservadorismo segue o mesmo padrão, porém mais ligado ao conceito de uma crença na manutenção da ordem previamente instituída. Marcos Quadros assim escreve:

O conservadorismo, para além dos diversos prismas a partir dos quais possa ser vislumbrado, é um fenômeno firmemente presente na linguagem política da contemporaneidade. Inúmeros movimentos, personalidades públicas, intelectuais, escolas de pensamento e mesmo atitudes cotidianas eminentemente individuais são repetidas vezes associados ao conservadorismo, que se torna, assim, uma ferramenta de distinção ideológica e comportamental fartamente empregada mesmo na esfera alargada do doxa (QUADROS, 2015, p. 11).

Se compreendermos o conservadorismo como ideologia podemos nos valer dos postulados do político inglês Edmund Burke (1729-1797), autor, político e filósofo, considerado o fundador do conservadorismo. Burke, autor da obra *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790), acreditava que o desenvolvimento da sociedade seria decorrente dos hábitos do homem, pois advogava a favor da manutenção das tradições. Porém, o autor não desfavorecia a admissão de reformas, desde que fossem centradas em ideias alicerçadas em experiências passadas e que não provocassem rupturas bruscas com o passado. Assim, Burke via com melhores olhos a Revolução Inglesa de 1648, pois ela se encontrava sedimentada sobre valores e tradições próprias que advinham de séculos e que foram mantidas com o intuito de preservação do institucionalismo anglo-saxônico (QUADROS, 2015, p. 24).

Já a crítica de Burke à Revolução Francesa consistia em uma crítica ao racionalismo científico, ao individualismo e aos valores liberais, que, para ele, deixavam de lado as tradições e os costumes. Ademais, Burke contrapunha-se ao triunfo da vitória burguesa sob a organização monárquica e desacreditava do triunfo da razão e do igualitarismo. Já a desigualdade social, quando questionada por racionalistas e iluministas, era admitida como algo intrínseco e natural para Burke no cenário europeu

pós Revolução Francesa. Para ele a natureza humana era desigual e na organização social sempre haveria aqueles a quem a sujeição era imperativa.

Consideramos que Burke forneceu as bases ao conservadorismo moderno a partir de concepções políticas e também pela filosofia política. Seus pressupostos objetivavam aprimorar aspectos sociais de Estados nacionais europeus.

Burke (...) possuía uma visão (...), de que as instituições sociais são o produto de um complexo processo histórico, caracterizado pela experimentação, ou seja, por tentativa e erro. (...) as condições para que uma sociedade floresça consubstanciam-se no necessário respeito e compreensão pelas forças que mantêm a ordem social, que não deve ser alvo de manipulação e controle por parte de teorias que pretendam acabar com ela, sendo o desejo de apagar o que existe e desenhar a sociedade de novo apenas a demonstração de uma profunda ignorância quanto à natureza da realidade social (PIRES, 2011).

No que tange o conservadorismo moderno, os autores que o expressaram filosoficamente demonstravam um apreço pelas instituições políticas nacionais e uma exaltação do tradicionalismo pelo seu papel de prover e garantir a existência de ordenamentos sociais. Para Quadros, “a manutenção da ordem e de um padrão de moralidade, princípios eternamente inegociáveis para o conservadorismo, têm aqui uma das suas máximas mais ilustrativas” (QUADROS, 2015, p. 25).

Em suma, a característica mais essencial do conservadorismo moderno é possuir e enaltecer o passado devido a uma crença de que ele trouxe bons exemplos para a sociedade atual. O conservadorismo é uma corrente política que defende a tradição das instituições sociais e sua padronização (diferentemente daquelas que resultam de projetos feitos a partir do novo) e sua evolução ao longo do tempo.

[...] o conservadorismo abole qualquer perspectiva de debate racional sobre a formação social e econômica de determinada sociedade. Além disso, passa a enquadrar indivíduos e grupos em padrões previamente estabelecidos. As exceções, por derivação, tendem a ser encaradas como “desvios”, “anomias”, “doenças”, como “casos” a serem reconduzidos ou reprimidos, posto que representam “ameaças” (SOUZA, 2016, p. 373).

O conservadorismo moderno se caracteriza também por sua crença nos perigos do individualismo, possuindo uma postura resistente em relação ao que diz respeito somente ao indivíduo. Conforme Carlos Teixeira aponta: “(...) não existe espaço dentro da filosofia conservadora clássica para indivíduos voluntaristas com pretensões de

alterar o que os conservadores veem como o curso natural da história” (TEIXEIRA, 2007, p. 42). O que realmente vale para os conservadores é a “voz” da tradição, ou seja, do apeço por aquilo que é estável, pelo ordenamento previamente instituído e pelo exemplo que as experiências do passado congregam.

Os preceitos conservadores foram retomados e reformulados nos Estados Unidos, nas décadas de 1950, por um grupo de intelectuais que incluíam Richard Weaver (1948), William Buckley (1951), Robert Nisbet (1953) e Russell Kirk (1953). Estes autores deram origem a um conservadorismo que apelava à tradição e colocava acima de tudo a família, a moralidade cristã e a autoridade na sociedade estadunidense (VIDAL, 2013).

Historicamente, cabe explicitar que o cenário mundial à época era composto por um processo de bipolarização e de conflitos não diretos entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA): a Guerra Fria.⁴ Para Vidal, “efetivamente, o comunismo refletia o contrário de todos os valores tidos como sagrados pelos conservadores: liberdade, religião, hierarquia, diversidade e governo mínimo” (VIDAL, 2013, p. 25).

A corrente advogava a retomada da religião cristã e dos valores que consideravam tradicionais aos norte-americanos. O grupo dos conservadores mencionados anteriormente (WEAVER; BUCKLEY; NISBET e KIRK) considerava que as guerras mundiais e o uso de armas químicas e nucleares eram forte evidência de que a ciência estava substituindo cada vez mais a fé, a tradição (reverência ao passado) e a “moralidade”. Acreditavam que o cientificismo não trouxe efeitos benéficos para a sociedade, levando-os a buscar o retorno dos movimentos tradicionais.

Primeiramente consideramos Weaver que, em 1948, lançou a obra *Ideas have consequences*, na qual analisou o que acreditava ser a decadência dos valores e princípios da sociedade norte-americana. Apesar do tema abordado por ele ter sido também analisado por outros autores anteriormente, Weaver procurou destacar amplamente uma suposta decadência dos valores morais e religiosos aos quais a

⁴ Iniciada em 1947 e terminada em 1991, dividiu o mundo sob estas duas zonas de influência: a norte-americana e a soviética. O crescente antagonismo entre o sistema liberal e democrático defendido pelos EUA e o modelo comunista de Stálin fez com que se criasse uma divisão internacional de forças e territórios, gerando um equilíbrio mundial que se mostraria duradouro.

sociedade estadunidense parecia submetida. O autor, porém, apresentou uma visão otimista na qual um suposto e fatídico declínio da sociedade norte-americana ocorreu devido a uma série de escolhas equivocadas feitas pelos estadunidenses nos últimos séculos, mas que havia saídas possíveis desde que novas escolhas tivessem base na moralidade e na educação.

Um dos grandes problemas para ele estava localizado no momento em que a sociedade passou a colocar fé no cientificismo, no racionalismo e no empirismo – neste ponto a moralidade, segundo o autor, divulgava indícios de ter entrado em declínio. Como nos mostra Van Cleve ao analisar a obra *Ideas have consequences*:

Richard Weaver introduces *Ideas Have Consequences* by explaining that at the root of “the dissolution of the West” is modern man’s denial of universal truth and his progressive assumption that “the most advanced point in time represents the point of highest development.” Enlightenment thought attacked transcendental truth via the battering rams of nominalism, empiricism, rationalism, scientism, and so on. Deism was only another step towards materialism, followed by a “shift from speculative inquiry to investigation of experience [that] has left modern man so swamped with multiplicities that he no longer sees his way (VAN CLEVE, 2014). – (T1)⁵

Assim como Weaver, William Buckley também imortalizou suas noções acerca do conservadorismo, especialmente em sua obra denominada *God and Man at Yale* (1951). Como pensador conservador norte-americano, Buckley fundou um periódico conservador para a sociedade estadunidense: o *National Review*, em 1955. O autor percebia o conservadorismo como uma espécie de jogo de ideias, mais abrangente do que somente pensá-lo como um modelo político em uma plataforma eleitoral. Como é demonstrado por Douglas Martin: “Mr. Buckley’s greatest achievement was making conservatism — not just electoral Republicanism but conservatism as a system of ideas — respectable in liberal post-World War II America” (MARTIN, 2008). – (T2)

Para o autor, a sociedade norte-americana deveria retomar, a partir de seu próprio passado, uma crença forte na religião cristã. Buckley supunha que neste campo religioso e social, seria encontrada uma forma de “salvar” a sociedade dos EUA, a qual ele acreditava estar desmoralizada. Seu objetivo principal girava em torno de uma completa transformação da sociedade estadunidense.

⁵ As traduções das citações em inglês encontram-se agrupadas no Apêndice desta dissertação, identificadas com T1, T2, T3 ... até T72.

Buckley wove the tapestry of what became the new American conservatism from libertarian writers like Max Eastman, free-market economists like Milton Friedman, traditionalist scholars like Russell Kirk and anti-Communist writers like Whittaker Chambers. He argued for a conservatism based on the national interest and a higher morality (MARTIN, 2008). – (T3)

Assim como Buckley, Russell Kirk também defendia a religião para a construção de uma sociedade melhor. Em sua obra *The Conservative Mind* (1953), ele expôs pela primeira vez o conceito de conservadorismo, estudando-o de forma aprofundada e construindo uma análise histórica e bibliográfica que seguia de perto a obra de Burke. Além disso, Kirk formulou algumas noções que consideravam, dentre as demais, que o restabelecimento da sociedade e da consciência deveria ser considerado uma prerrogativa (VIDAL, 2013, p. 15).

Para Kirk, a humanidade se encontrava desfeita e de certa forma “doente”, pois se projetava contra a série de princípios expostos por ele. Neste sentido, Kirk afirmava que havia a necessidade de a sociedade norte-americana se restabelecer moralmente e voltar-se para o exercício da prudência enquanto virtude.

A humanidade, de acordo com Kirk, estaria indo contra os princípios conservadores na medida em que busca a igualdade econômica; promove o nivelamento político baseado na proibição de ordem e de privilégios; demonstra desprezo pela tradição e rejeição a religião formal; e mantém uma visão do homem como um ser perfeito, sendo o “evil” um fator externo (VIDAL, 2013, p.15).

Kirk afirmava que o homem era um ser impulsivo e imperfeito. Devido a isso, o autor acreditava que a religião poderia servir como forma de diminuir os impulsos humanos. A “fonte” hobbesiana⁶ na qual o postulado principal é a visão do homem como mau por natureza, decididamente influenciou os conservadores a acreditar em um ente superior que pudesse conter os impulsos naturais dos indivíduos. Cabe reparar que o trabalho de Kirk foi primordial ao estabelecer e conceituar profundamente o conservadorismo estadunidense.

⁶ Thomas Hobbes (1588-1679) foi um pensador inglês que entendia que a natureza humana era essencialmente egoísta, competitiva e má. Em sua obra *O Leviatã*, escrita em 1651 Hobbes afirma a existência de uma luta constante de homem contra homem pelo poder. O Leviatã representava o soberano de uma nação que defenderia em todas as instâncias o cumprimento da justiça. Assim sendo, os homens procurariam ser justos, uma vez que o Leviatã puniria todos os que assim não o fossem.

Outro conservador e sociólogo por formação, Robert Nisbet, escreveu sobre o papel do cientista social ao publicar a obra *Quest for Community* (1953), na qual apontava para o fato de que haveria na sociedade estadunidense uma falta de sentimento de comunidade e da dimensão local na qual os homens convivem. Desta forma, Nisbet partia em defesa da família e dos indivíduos, crendo que estes compartilhariam um sentimento de pertencimento⁷ em relação a seus próprios lugares na Igreja e na comunidade, sempre considerando que a liberdade teria espaço somente quando inserida nesta dimensão de convivência.

Diante do exposto, é possível entender que os conservadores mencionados possuíam diversos pontos de convergência. Por outro lado, divergiam em questões de natureza moral, identitária e mesmo religiosa e familiar. Tal fato, porém, não os tornava um grupo menos coeso. O que decorreu na década de 1960 foi que outro grupo de ideólogos e autores, especialmente ex-partidários democratas, formaram um grupo dedicado ao estudo de uma corrente política estadunidense: o neoconservadorismo.

2.5 NEOCONSERVADORISMO: HISTÓRICO E REATIVAÇÃO NO GOVERNO DE GEORGE W. BUSH

O apelo à democracia como melhor formato de governo, o apoio à moralidade e ao tradicionalismo norte-americanos representam alguns dos pilares do movimento neoconservador. Seu entendimento priorizava o poderio dos Estados Unidos em qualquer instância. Alguns dos princípios neoconservadores adquiridos desde a independência estadunidense, e costurados aos ideais trabalhados por Tocqueville⁸ de oposição à tirania, revelam as bases do neoconservadorismo. Sob tal enfoque, este movimento político/ideológico resguarda a si mesmo a incumbência de exportar os

⁷ Para o sociólogo Émile Durkheim o sentimento de pertencimento é abordado em sua tese de doutoramento *Da divisão do trabalho social*. Para o autor, a individualidade é altamente visada, porém os indivíduos também se vinculam em formato de redes, em um papel e com função própria (Durkheim, 1984).

⁸ Alexis de Tocqueville foi um pensador político francês. Seus estudos acerca da Revolução Francesa e, posteriormente, sobre a democracia nos Estados Unidos o levou a ser classificado como um dos pensadores clássicos na ciência política e na sociologia.

valores e modelos de organização política e econômica como forma de conter ameaças que surjam contra a “América.”

Historicamente, o neoconservadorismo, enquanto corrente ideológica formada dentro dos centros de estudos e nas universidades norte-americanas, foi fundamentado majoritariamente por estudiosos democratas liberais que se declaravam antistalinistas marxistas. Estes intelectuais, formados no City College of New York (CCNY), criticavam os rumos da política externa norte-americana durante a década de 1970. Suas críticas direcionadas à ideologia comunista soviética e o descrédito perante a postura internacional norte-americana os fez formar e fundamentar uma corrente ideológica própria. Esta nova corrente gerou uma mudança de paradigma entre estes intelectuais que passaram a ser chamados de “neoconservadores”.

Obras como *Reflections of a Neoconservative* e *Neo-conservatism: autobiography of an Idea*, de Irving Kristol, considerado o “pai” do movimento, e a revista *Commentary* editada por Norman Podhoretz se destacaram como algumas das principais obras e fontes presentes no neoconservadorismo. Irving Kristol, por exemplo, aproximou-se do Partido Republicano quando iniciava a escrever o que considerava como postulados neoconservadores, entrando efetivamente para o grupo intelectual do partido. Já Norman Podhoretz também migrou da esquerda política para a ala direitista. Podhoretz apregoava o uso de força militar veementemente.

Há que se levar em consideração que, historicamente, a corrente neoconservadora manteve um distanciamento gradual de outros movimentos ideológicos e, apesar do nome, sua relação com a corrente política conservadora é mínima. Justin Vaisse entende que o neoconservadorismo “Born as a pure reaction to another intellectual and political movement – the protests of the 1960s, the counterculture, and the New Left – it survived that movement’s demise” (VAISSE, 2010, p. 4). – T4. Ademais, “Neoconservatism was born in the realm of domestic rather than foreign policy, and more specifically in the realm of political ideology. Neoconservatism was first of all a reaction to the evolution of American liberalism” (VAISSE, 2010, p. 6). – T5.

Ressurgem conceitos tradicionais da sociedade norte-americana como o de *Founding Fathers*, o Destino Manifesto, o excepcionalismo estadunidense e o *made in*

America. Tais conceitos se somaram a outros como os de: *honest broker* (jogador honesto) e *holder of the balance* (mantenedor do equilíbrio). Estes conceitos dizem respeito a elementos que, historicamente, foram utilizados como representativos da nação norte-americana e cujo intento era manifestar uma autoafirmação de poder mundial. Ao longo do tempo, estas acepções históricas passaram a representar uma incumbência norte-americana de ser uma nação que representasse o *Beacon of Mankind* (farol da humanidade).

Para a melhor compreensão da reativação da corrente ideológica neoconservadora no governo George W. Bush, cabem menções às contribuições neoconservadoras que foram primeiramente empregadas pelo quadragésimo quarto presidente norte-americano, Ronald Reagan (1980-1988). Na agenda política do governo Reagan, a ideologia neoconservadora fundamentava as expressões internas e externas com uma pendência para a priorização da agenda externa, igualmente ao que posteriormente ocorreu no governo de George W. Bush (HARVEY, 2005). À época, a maior ameaça para os Estados Unidos era a União Soviética, da mesma forma que o comunismo era elencado como um dos maiores perigos para a América e seus aliados.

Neoconservatives provided the intellectual ballast for Reagan's military buildup and his anticommunist foreign policy, especially his maneuvers in Central America. While disagreeing With each other over how much should be done with America' s enhanced firepower, they agreed that a massive military buildup was necessary and that America needed to "take the fight to the Soviets" (DORRIEN, 1998). – (T6)

O fenômeno da guerra, sob a égide neoconservadora, se tornou uma medida intrínseca à formulação e prática da Política Externa estadunidense adotada por George W. Bush. Para os neoconservadores e intelectuais políticos desta corrente, a primordialidade da guerra para resguardar interesses próprios era uma maneira óbvia de manter os Estados Unidos seguros. Desta forma, existiria uma “missão” estadunidense de transformar o mundo em um local mais “seguro” e “melhor” e que os próprios Estados Unidos seriam os “salvadores do mundo”. Denota-se que a divulgação e a exportação destas acepções históricas, na esfera política doméstica ou global, agem como suporte para o cumprimento das “obrigações morais” norte-americanas com o mundo.

Por possuir uma dimensão moral e ideológica relevante, o neoconservadorismo encontrou destaque sob a presidência de George W. Bush como uma das correntes de pensamento com potencial de fundamentar os parâmetros prescritos na Doutrina da Guerra Preventiva, conhecida também como Doutrina Bush.

O Ato Patriota decretado por George W. Bush criou o Departamento de Segurança Interna no ano de 2002 e formulou a Nova estratégia de Segurança Nacional, cujas diretrizes articularam e gestaram a Doutrina Bush. Segundo Harvey, no plano interno esta doutrina afirmava que “ (...) as Leis Patriota e de Segurança Doméstica correspondem ao vetor-coerção da hegemonia estadunidense no plano interno” (OLIVEIRA, 2005, p. 273).

A este respeito, Sorto avalia que:

Pensando na construção desse mundo propensamente “bushiano” e permeado irresistivelmente pelos valores e pelos interesses dos Estados Unidos, a corrente neoconservadora oferece ao atual governo os fundamentos teóricos para substituir a velha ordem comandada pelas Nações Unidas, implantando em seu lugar a nova ordem política mundial (...) que tem como ponto alto a estratégia da guerra preventiva (SORTO, 2005, p. 139-140).

Cristina Pecequilo (2013) afirma que a presidência, sob a gestão de George W. Bush, atuava a partir da percepção de que o mundo necessitaria dos Estados Unidos e que sua “incumbência” seria de “vigiar” o sistema internacional. O mencionado “Destino Manifesto” é concebido pelos norte-americanos como uma “tarefa” que possuem com o restante do mundo e que consiste em exportar aspectos que consideram bons e justos. Para Pecequilo:

Emerge a noção de um Destino Manifesto, atrelando a política externa a um sentido de missão e expansão para disseminar e universalizar o experimento liberal e democrático. A expansão das fronteiras é tanto um direito quanto um dever, à medida que permite construir um mundo que cada vez mais se assemelhe aos ideais de liberdade norte-americanos (PECEQUILO, 2013, p. 3).

A reinserção e reativação do neoconservadorismo durante o mandato de George W. Bush fundamentou as motivações governamentais pré-existentes para início de conflitos internacionais. Para Vaisse:

Neoconservatives had been advocating the overthrow of Saddam Hussein, though not necessarily through direct American intervention, since 1997. They saw it as the prelude to a redrawing of the political map of the Middle East, and some even envisioned a democratic revolution in the region. The attacks of September 11, 2001, shifted the political climate in their favor (VAISSE, 2010, p. 13). – (T7)

Pressupostos acerca de conflitos envolvendo a segurança dos Estados Unidos perante ameaças terroristas eram acepções contidas na Doutrina Bush. Um destes pressupostos envolvia a estratégia por parte da presidência em utilizar técnicas de convencimento e de busca por apoio pela população norte-americana em caso de necessidade de iniciar contenciosos. Em Washington, políticos republicanos e cristãos fundamentalistas se aproximaram dos setores conservadores dentro do Partido Republicano, motivados pelo desejo de trazer de volta para a política na “América” princípios de ordem cristã, com acepções nacionalistas e com um senso moralista pré-definido.

Através da exibição internacional da supremacia estadunidense e de sua capacidade militar, os inimigos dos Estados Unidos retrocederiam ao invés de optarem pelo combate militar. A admissibilidade de uso do poder bélico e a instauração da possibilidade de travar guerras de maneira imediata, e com caráter preventivo, com ou sem aval de organizações internacionais ou de discussão prévia com seus aliados, constituíam alguns dos preceitos do neoconservadorismo. Vaisse afirma que:

President Bush said in his "axis of evil" speech of 2002, more than a year before the war. The Bush doctrine, which encompassed the need to preempt threats before they materialized and to oppose states that harbored terrorists, had democracy at its core (VAISSE, 2010, p. 17). – (T8)

Autor e assessor neoconservador, além de apoiador da agenda externa de George W. Bush, Robert Kagan afirmava que o governo deveria adotar políticas que favorecessem e exaltassem o poderio norte-americano com o intuito de refrear inimigos com propósitos de agressão contra os Estados Unidos.

Ataques preventivos, segundo os neoconservadores, ensejavam tornar os Estados Unidos seguros. De maneira geral, nos conflitos nos quais os Estados Unidos se envolveram, ou iniciaram ao longo do século XX, seu território permaneceu

resguardado. Os atentados terroristas de 2001 atingiram instalações estratégicas que representavam uma espécie de *core* (núcleo) norte-americano. Conforme Erica Resende:

O Onze de Setembro derrubou uma das poucas grandes certezas que povoavam o imaginário nacional: o da invulnerabilidade territorial, ou o que Woodward (1960) chamou de “segurança gratuita”. Considerando a crescente percepção de que a posição geográfica e o poder militar norte-americano tinham deixado de funcionar como garantia da segurança territorial, surge uma nova percepção de vulnerabilidade, que deve ser entendida à luz da queda do mito da segurança gratuita (RESENDE, 2009, p. 111).

Eleger formas prioritárias de manter a América segura era parte primordial da agenda de George W. Bush. Segundo Fiori “(...) os Estados Unidos se guardam no direito de fazer ataques preventivos contra todo e qualquer Estado nos quais eles considerem existir bases ou apoio às ações terroristas” (FIORI, 2005, p. 9). Assim, a presidência e sua cúpula decidiram pela invasão ao Afeganistão em 2001, como forma de encontrar os “culpados” pelos ataques de onze de setembro e para desmantelar o regime Talibã⁹ instaurado naquele país.

O Afeganistão havia sido invadido na década de 1980 pela URSS e a guerra travada entre os países foi financiada, em favor do lado afegão, pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita. Financiados pelos dois últimos, os combatentes afegãos mujahedins tornaram-se, anos depois, membros e fundadores da rede terrorista Al-Qaeda. Em 1989 ocorreu a retirada soviética de solo afegão e, em 1996, membros do regime Talibã saíram do Paquistão para tomar Cabul e controlar grandes porções do território afegão, cuja presença da rede terrorista Al-Qaeda permaneceu até 2001 sob a liderança de Bin Laden. Segundo Magno:

(...) a União Soviética invadiu o país, dando início a uma guerra que durou dez anos e deixou um saldo de 15 mil soldados russos e um milhão de afegãos mortos. Apesar da retirada dos soviéticos da região e do apoio militar e econômico dos russos ao governo de Mohamed Najibullah, os rebeldes exigiram sua renúncia em 1992 e tomaram a capital, Cabul. Das facções rivais, destacou-se o grupo islâmico Taleban ou Taliban (estudantes). O Taleban é formado pela minoria étnica denominada pashtuns. Outros três grupos étnicos existentes são: os usbeques, os tadjiques e os hazaras. A queda do Taleban ocorreu em 2001, após o atentado de 11 de setembro e da invasão do Afeganistão pelas tropas americanas, quando se estabeleceu um governo

⁹ Um grupo de orientação islâmica e nacionalista, o Talibã surgiu oficialmente no Afeganistão e em algumas regiões do Paquistão em 1994. Seu extremismo e seu caráter revolucionário de orientação islâmica levou o grupo a assumir o governo no Afeganistão em 1996.

provisório aliado aos Estados Unidos e chefiado por Hamid Karzai (MAGNO, 2006, p. 129).

A retaliação norte-americana aos atentados terroristas de onze de setembro de 2001, com o intuito de encontrar Bin Laden, culminou na operação *Enduring Freedom*¹⁰, em um “teatro” de guerra diferente, no qual o território alvo não possuía características desérticas e montanhosas, e onde os Estados Unidos possuíam capacidades bélicas suficientes para encontrar Bin Laden. Mas o líder terrorista optou por se refugiar em territórios paquistaneses, com características adversas aos seus perseguidores, após se esconder por pouco tempo em solo afegão.

Já na invasão ao Iraque em 2003, os EUA baseavam-se em uma alegada reativação do programa iraquiano de ADMs, o que conduzia a necessidade de que Saddam Houssein fosse contido para barrar tal programa e para que este não chegasse às mãos dos terroristas da Al-Qaeda. Porém, os objetivos concretos da presidência norte-americana ressaltavam que a troca de regime político, o redesenho geopolítico do Oriente Médio que favorecesse nações aliadas como Israel e Arábia Saudita, e o controle sobre os recursos petrolíferos na região somente poderiam ser assegurados se a deposição de Saddam fosse efetivada.

Consequentemente, a tomada de decisão pelo presidente, e pela cúpula governamental dos EUA, de invadir o Iraque em 2003, possuía como prelúdio a Guerra do Golfo em 1991, a qual havia também sido travada entre os Estados Unidos e o Iraque. Conforme explicitado anteriormente, este conflito foi conflagrado quando Saddam Houssein invadiu o Kuwait em 1990, no intuito de assegurar a exploração do petróleo kuwaitiano para si mesmo, além de não aceitar pagar uma dívida que o governo do Kuwait cobrava de Bagdá e, também, por acreditar que parte do território kuwaitiano pertencesse legalmente ao Iraque. Portanto, o conflito do Golfo em 1991 iniciou-se com a expulsão das tropas de Saddam do Kuwait e, posteriormente, com a invasão em solo iraquiano. Desta forma, enquanto coalizão militar, a Guerra do Golfo derrotou o Iraque, mas a conquista de Bagdá e a deposição de Saddam Houssein não aconteceram.

¹⁰ Liberdade Permanente.

Segundo os neoconservadores, a prevenção era a melhor opção e, portanto, a invasão deveria ocorrer. Os neoconservadores alegaram que o conflito armado preventivo seria essencial para a preservação da segurança norte-americana. Luis Fernando Ayerbe concebe que:

A despeito do apoio internacional recebido pelos Estados Unidos no ataque ao Afeganistão, a rápida vitória militar contribuiu para fortalecer o unilateralismo. O resultado foi a formulação de uma nova concepção na orientação das relações internacionais do país, que passou a ser conhecida como "Doutrina Bush", cujo alvo imediato foi o regime iraquiano de Saddam Hussein (AYERBE, 2005, p. 343).

A administração de George W. Bush, apesar de defender domesticamente e internacionalmente que a guerra contra o Iraque se baseava, também, no propósito de que os Estados Unidos desejavam exportar aspectos próprios de um regime de caráter democrático, não surtiu o efeito desejado.

A este respeito, Harvey esclarece:

No início, os Estados Unidos negaram qualquer papel à ONU, chegando a afirmar que não precisavam de aprovação do Congresso, mas quanto a isso tiveram de fazer algumas concessões a pressões políticas domésticas e externas. Não obstante, cultivaram assiduamente o recém-descoberto nacionalismo criado a partir do 11 de setembro e o capitalizaram em favor de seu projeto imperialista da mudança de regime no Iraque como medida essencial à segurança doméstica, ao mesmo tempo em que usavam o projeto imperial para implantar controles internos ainda mais rigorosos (alimentados pelos alertas de terror e outros temores de segurança na frente doméstica) (HARVEY, 2005, p. 159).

Ademais, os Estados Unidos preconizariam, em um cenário onde Saddam estivesse deposto, fornecer apoio ao Iraque para que o país conseguisse se reerguer enquanto nação, o que seria semelhante a uma “benevolência” por parte dos norte-americanos.

(...) os militares americanos convenceram suas tropas que sua missão no Iraque era o de libertar o povo iraquiano do jugo ditatorial. Ainda que a probabilidade de se implantar uma verdadeira democracia no Iraque seja mínima, já que o país não realizou ainda sua revolução capitalista, e continua dividido por facções religiosas quase tribais, o discurso americano durante a guerra foi essencialmente esse (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 53).

As bancadas cristãs ajudariam a promover este discurso, além de apregoar que a invasão americana tinha também o intuito de “devolver” ao povo iraquiano sua autonomia. A este respeito, Luiz Carlos Bresser-Pereira formula a seguinte interpretação:

Nestes termos, quando o presidente americano fala que seu objetivo era liberar o Iraque e implantar a democracia no Oriente Médio, esta frase faz sentido se entendermos aqui a democracia como uma meta religiosa. Sua linguagem é religiosa. O clima dominante na Casa Branca é religioso. A prece está em toda parte (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 56).

Com o intuito de dar continuidade à compreensão de nosso problema de pesquisa, o próximo capítulo apresenta uma contextualização histórica da corrente neoconservadora, durante o mandato de George W. Bush até alcançar a deflagração da Guerra do Iraque em 2003. Também são apresentados três discursos selecionados e proferidos por George W. Bush, em três momentos diferentes, sobre a política norte-americana de segurança e de combate ao terrorismo.

3 GOVERNO GEORGE W. BUSH: IMPACTO DO 11 DE SETEMBRO

George W. Bush, presidente dos Estados Unidos pelo partido Republicano e filho do ex-presidente George W. H. Bush, cumpriu dois mandatos como quadragésimo terceiro presidente dos Estados Unidos, entre os anos de 2000 e 2008. Logo após o início de seu primeiro mandato, o país foi alvo de ataques terroristas que ocorreram em onze de setembro de 2001, quando um grupo jihadista¹¹, da rede terrorista Al-Qaeda¹², sequestrou quatro aviões comerciais, sendo que dois deles colidiram contra as torres do edifício *World Trade Center*¹³, em Nova York, enquanto outro atingiu o Pentágono, e o último foi abatido na Pensilvânia.

Com a segurança norte-americana em crise devido aos atentados, George W. Bush obteve apoio do Congresso para deflagrar uma guerra global contra o terrorismo, cujas ações iniciaram com o bombardeio e a invasão do Afeganistão, devido a um apoio fornecido por este país a Al-Qaeda. Esta operação, nomeada de *Enduring Freedom*, possuía como meta encontrar e eliminar o líder máximo desta célula terrorista: Osama Bin Laden.

A reativação do conceito “Eixo do Mal”, primeiramente cunhado no governo do ex-presidente norte-americano Ronald Reagan durante a década de 1980, passou a representar uma das diretrizes adotadas pelo governo de George W. Bush. O presidente elencou o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque como países pertencentes ao novo “Eixo do Mal”, devido a seu empenho em financiar e manter processos com objetivo de fabricar armas de destruição em massa (ADMs).

A atitude propagadora de ações terroristas pelos países do “Eixo do Mal”, tinha o poder de colocar os Estados Unidos em estado de alerta devido aos ataques terroristas

¹¹ Utilizamos o termo jihadista para referenciar indivíduos cuja religião é islâmica. Jihad é um aspecto primordial da fé islâmica e significa, dentre outras acepções, "luta".

¹² A Al-Qaeda é uma rede fundamentalista da religião islâmica, que se originou em 1988, e cujo maior objetivo é o ganho do poderio geopolítico no Oriente Médio. Suas operações acontecem em nível global e sua principal ferramenta é o terrorismo.

¹³ O edifício *World Trade Center* se localizava no centro de Manhattan na cidade de Nova York.

em setembro de 2001. Em 2003, a decisão do governo estadunidense de invadir o Iraque e destituir o líder iraquiano Saddam Houssein, ancorava-se em alegações de que o ditador mantinha ligações com a Al-Qaeda e possuía um suposto arsenal de armas de destruição em massa.

O onze de setembro representou uma inflexão na política externa estadunidense, cuja resposta aconteceu na forma de contenciosos armados para eliminar o terrorismo. Assim, a deflagração da Guerra ao Terror¹⁴ demonstrou a supremacia do exercício da Política Externa no combate ao terrorismo. Já as políticas domésticas relacionadas à saúde, à educação e ao trabalho foram conduzidas a um segundo plano na agenda de George W. Bush.

3.1 OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, O NEOCONSERVADORISMO NO GOVERNO E A INAUGURAÇÃO DA GUERRA AO TERROR: ASPECTOS PRIMORDIAIS

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que vitimaram milhares de pessoas quando aviões atingiram o complexo nova-iorquino World Trade Center e o Pentágono em Washington, representaram um divisor de águas no que tange a manutenção de políticas de segurança dos Estados Unidos. Por conseguinte, o exercício da política externa norte-americana sob a presidência de George W. Bush sofreu uma inflexão que resultaria na opção pelo enfrentamento direto contra práticas terroristas.

Terroristas do grupo fundamentalista da Al-Qaeda, liderados por Osama Bin Laden¹⁵, sequestraram quatro aviões e os utilizaram como mísseis contra o *World Trade Center*, na cidade de Nova York, e contra o Pentágono, o Ministério da Defesa dos Estados Unidos, em Washington. Dois aviões comerciais foram sequestrados no Aeroporto de Boston, sendo o primeiro o voo da companhia aérea *American Airlines*, cujo destino era Los Angeles. Havia 81 passageiros e 11 tripulantes a bordo, e foi o primeiro avião a colidir com a Torre Norte do *World Trade Center*. Já o voo 175, da

¹⁴ Guerra ao Terror é o componente militar do doutrinário denominado Doutrina Bush.

¹⁵ Osama Bin Laden era o líder fundador do grupo fundamentalista Al-Qaeda à época dos atentados terroristas de 11 de setembro, tendo sido um de seus principais mentores.

United Airlines, com mesma origem e destino, e com 56 passageiros e 11 tripulantes a bordo, colidiu com a Torre Sul. O voo 077, da *American Airlines*, que partia de Dulles com destino a Los Angeles, possuía 58 passageiros e 6 tripulantes, colidiu com o Pentágono. Por fim, o voo 93, da *United Airlines*, que partia de Newark com destino a São Francisco, contava com 38 passageiros e 7 tripulantes e caiu perto de Shanksville, Pensilvânia, aonde sequestradores e passageiros se desentenderam (RESENDE, 2009, p. 126).

Após o luto inicial causado pelos ataques terroristas de onze de setembro, as consequências foram marcadas por uma redefinição da política externa e da reformulação da segurança do território estadunidense. As prioridades, a agenda da presidência e os esforços se voltaram neste sentido, uma vez que os atentados não somente vitimaram cidadãos norte-americanos, mas também desafiaram a posição insular norte-americana.

O onze de setembro de 2001 levou George W. Bush a uma rearticulação no exercício da Política Externa norte-americana. Cesar Guimarães reafirma que “é o 11 de setembro que produz alterações dramáticas na conduta da política exterior” (GUIMARÃES, 2002), indicando que a manutenção da seguridade e da inviolabilidade do território estadunidense passou a ser considerada uma prioridade de seu governo.

Contrariamente a conflitos anteriores (Guerra do Golfo, por exemplo), em que os EUA buscaram legitimar sua ação intervencionista através de alianças estratégicas com outros países ou entidades multilaterais, o 11 de setembro, ataque direto à própria essência do "ser" americano, trouxe, na percepção de que constituía uma luta entre o bem e o mal, elementos que legitimavam uma reação imediata e unilateral (BARBOSA, 2002).

O curso de ação tomado pelo presidente perante ameaças terroristas externas, reais e difusas, direcionadas contra os Estados Unidos, foi tratado com emergência e a partir de estratégias de contra-ataque. Para Guimarães:

O terror, no entanto, não é uma coletividade humana concreta contra a qual se guerreia, mas uma forma de guerrear. Como tal é espacialmente indeterminado, *está em qualquer lugar*, e assim foi dito e o tem sido pelas autoridades americanas, que se impuseram a obrigação e se arrogaram o direito de combatê-lo onde bem convier (GUIMARÃES, 2002).

Alguns assessores que formavam a cúpula da presidência e que tinham grande influência no governo, se posicionavam em concordância aos pressupostos contidos na

corrente neoconservadora: Robert Kagan, assessor da presidência; o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld; o vice-presidente, Dick Cheney; o Secretário-Adjunto de Defesa, Paul Wolfowitz; a Conselheira de Segurança Nacional, Condolleeza Rice; o presidente da Junta Consultiva de Defesa, Richard Perle; e o subsecretário de Defesa para ações políticas, Douglas Feith.

De acordo com pressupostos neoconservadores, as lutas contra ameaças transnacionais, que colocam em risco a segurança territorial norte-americana, possuem grandes chances de incorrer em conflitos armados. Segundo Rumsfeld:

Nosso desafio neste novo século é difícil: defender nossa nação contra o desconhecido, o incerto, o invisível e o inesperado. Isso pode parecer uma tarefa impossível, mas não é. Porém, para consegui-lo, devemos deixar de lado maneiras confortáveis de pensar e planejar - assumir riscos e tentar coisas novas - para que possamos dissuadir e derrotar adversários que ainda não surgiram para nos desafiar (RUMSFELD, 2002, p. 23).

A Doutrina Bush, enquanto receituário nacionalista e neoconservador, previa a existência de novas formas de terrorismo, além de postular que a “América” deveria ficar pronta para quando tal ameaça surgisse.

Nosso trabalho é afastar o maior número dessas condições de ataque possível. Temos de nos preparar para novas formas de terrorismo, mas também para ataques a ativos espaciais dos EUA, ataques cibernéticos em nossas redes de informação, mísseis de cruzeiro, mísseis balísticos e armas nucleares, químicas e biológicas. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos devem trabalhar para construir suas próprias áreas de vantagem, como nossa capacidade de projetar poder militar em longas distâncias, nossas armas de precisão e nossos ativos de espaço, inteligência e capacidade de guerra submarina (RUMSFELD, 2002, p. 25).

Do ponto de vista militar, os gastos com conflitos bélicos contidos no Orçamento de Defesa eram justificados por George W. Bush sob a alegação de que a prioridade de combater ameaças terroristas era necessária. O complexo industrial-militar estadunidense recebeu um montante financeiro razoável para impulsionar serviços de informação e segurança privados. Investimentos em áreas sensíveis em matéria de segurança foram efetivados. O lançamento do programa de mísseis *National Missile Defense* tinha o intuito de barrar novos ataques ao território estadunidense.

A política externa norte-americana se voltou a uma agenda na qual o maior desafio era representado pelo Oriente Médio. Neste sentido, George W. Bush não hesitou em fornecer uma resposta que envolvesse guerra e ingerência contra seus inimigos na região (RESENDE, 2009, p. 124). O presidente decidiu pela invasão ao Afeganistão, primeiramente como forma de encontrar os culpados pelos atentados, em especial o terrorista e ex-líder do grupo terrorista Al-Qaeda: Osama Bin Laden.

Em 2001, Cabul esteve sob os primeiros bombardeios seguidos por Kandahar e Jalalabad, cidades estratégicas afegãs. A presença de combatentes norte-americanos tinha como meta atingir tanto o Talibã quanto a Al-Qaeda com suas divisões de ações especiais da *Central Intelligence Agency* (CIA). A frente afegã anti-Talibã do norte do país se uniu aos Estados Unidos na penetração de território que era dominado por este grupo. Osama Bin Laden e a maior parte dos líderes Talibãs e da Al-Qaeda escaparam das tropas americanas e encontraram refúgio nas zonas tribais do Paquistão.

A caçada intermitente a Bin Laden e a instituição de um regime democrático no Afeganistão constituíam os propósitos “oficiais” estadunidenses, pois o controle sobre solo afegão assegurava uma zona de influência para os Estados Unidos no coração do Oriente Médio. Adicionalmente, este controle sobre o Afeganistão serviria para o aumento da presença de destacamentos militares estadunidenses na região em caso de início de um confronto armado.

A decisão pela invasão do Iraque em 2003 estava em concordância com o Ato Patriota¹⁶, sancionado por Bush em 2001, sendo que o presidente norte-americano o utilizou com o propósito de alegar a existência de células terroristas no Iraque. Com o intuito de legitimar a invasão, George W. Bush recebeu o apoio majoritário do Reino Unido, porém o presidente não obteve apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o que não o impediu de deflagrar um contencioso contra o Iraque. Os serviços secretos de ambos os países argumentaram ter encontrado indícios

¹⁶ Um conjunto de medidas de contraterrorismo, aprovadas pelo Congresso norte-americano, estabelecido pelo governo do Presidente George W. Bush em 26 de outubro, logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

de que o Iraque estava fabricando armas de destruição em massa. Para Reginaldo Mattar Nasser:

Uma das principais alegações para se iniciar o ataque foi a suposta existência de armas de destruição em massa por parte do governo iraquiano. Mas isso não era suficiente. Era preciso “vender” ainda a ideia de que Saddam Hussein apoiava o “terror jihadista”. A equação estava pronta. Não há nada mais assustador do que um grupo de suicidas com alto poder destrutivo. Diferentemente dos soviéticos, durante a Guerra Fria, esses novos inimigos, alardeavam o mainstream norte-americano, não poderiam ser dissuadidos nem contidos e, portanto, deveriam ser simplesmente eliminados (NASSER, 2013).

As consequências de uma possível não invasão do Iraque levou os neoconservadores a afirmarem que os Estados Unidos se encontravam ameaçados, e que a prevenção militar era a melhor maneira de concretizar o objetivo maior: a segurança da nação norte-americana. Para Vaisse:

The neocons did not suggest invading Iraq in order to establish democracy there. The decision was driven by security considerations. Still, the absence of democracy figured in their vision of the region's security problems, with terrorism, proliferation, and instability as byproducts of a lack of democracy. In this sense, it would be wrong to reduce the question of democracy to an ex post facto rationalization or a propaganda point once no weapons of mass destruction were found (VAISSE, 2010, p.17). – (T9)

George W. Bush afirmava a existência de terroristas abrigados no Iraque sob a concordância de Saddam Houssein, porém tal afirmação posteriormente se mostrou inverídica. Fomentada publicamente com base nas suposições de existência de Armas de Destruição em Massa (ADMs), esta explicação fornecida por George W. Bush advogava, em conjunto com uma estratégia interna da presidência, a favor da explicação de que as causas da guerra estavam alicerçadas em aspectos econômicos e políticos.

(...) Ultrapassando o Conselho de Segurança da ONU e contando com o apoio de nações menores e a Grã-Bretanha de Blair, Bush reforçou a imagem unilateral. (...). O público interno apoiou a guerra com poucos protestos devido ao temor e à justificativa de que o Iraque possuía ADMs e colaborara com a Al-Qaeda para 11/09, acusações que se mostraram infundadas (PECEQUILO, 2007 p. 10).

Com o fim do conflito, a alegação de que o Iraque secretamente possuía um arsenal de armas de destruição em massa não foi comprovada. O próprio comando das

tropas norte-americanas estacionadas em Bagdá assegurava que não havia ameaça iminente contra a segurança dos norte-americanos. Assim, sem provas ou evidências, as supostas ADMs, que constituíam um dos pilares de legitimação da invasão norte-americana, não foram encontradas.

No próximo tópico contextualizamos três discursos proferidos por George W. Bush, seguindo uma linha cronológica e descritiva. Ao situarmos os discursos, estabelecemos uma descrição detalhada, cuja intenção é demonstrar a evolução das práticas adotadas pelo presidente após os atentados terroristas de 2001. Ou seja, entendemos que as descrições possibilitam a compreensão dos fatos ocorridos inicialmente.

3.2 APRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS: *STATE OF THE UNION*, *HOMELAND SECURITY ACT* E *WAR MESSAGE*

Os três discursos escolhidos como alvo deste estudo, denominados *State of the Union*, *Homeland Security Act* e *War Message*, foram enunciados pelo presidente George W. Bush durante seu primeiro mandato presidencial. Os discursos são analisados para verificarmos as ocasiões em que foram proferidos, como os pronunciamentos foram orientados, quem eram os ouvintes presentes e para qual fim cada discurso foi proferido. A mensagem central de cada discurso deve ser compreendida a partir da união dos três pronunciamentos, onde o presidente norte-americano criou um receituário para combater o terrorismo em nível global, denominado Doutrina Bush, instaurou a Guerra ao Terror, invadiu um país (o Afeganistão) e deflagrou o conflito no Golfo Pérsico contra o Iraque em 2003.

Enquanto presidente de um país atacado, o propósito de George W. Bush consistia em iniciar uma “cruzada” com a intenção de salvaguardar o território nacional norte-americano e também encontrar os culpados pelos atentados, mesmo que através do uso de ataques preventivos. Além disto, o presidente e sua cúpula desejavam garantir que, no longo prazo, práticas terroristas não se transformassem em ocorrências difusas e atingissem os Estados Unidos e seus aliados. Os discursos são representativos de três momentos do primeiro mandato de George W. Bush como presidente dos Estados

Unidos e convergem para a “necessidade” de dismantelar células terroristas e garantir que a segurança insular territorial estadunidense se mantenha.

O discurso *State of the Union* foi realizado em 29 de janeiro de 2002, em Washington, onde Bush destaca os ataques terroristas de 11 de setembro e rememora o sofrimento recente da nação norte-americana. O segundo discurso selecionado, *Homeland Security Act*, foi realizado em Washington, em 25 de novembro de 2002. Neste pronunciamento Bush informa à população norte-americana que seu governo atuará contra ameaças iminentes e que o novo departamento chamado *Homeland Security Act* (HSA) manterá o país seguro. Por fim, *War Message* é o discurso de George W. Bush que ocorreu em 19 de março de 2003, igualmente em Washington. Neste pronunciamento é reforçado o plano de iniciar uma incursão ao Iraque. George W. Bush descreve uma suposta coalizão com países aliados dos Estados Unidos ao redor do mundo para invadir o Iraque naquele mesmo ano.

De maneira geral, os três discursos são descritos cronologicamente, e inseridos no contexto histórico, de modo a dotá-los de significância para elucidar o problema de pesquisa desta pesquisa. Ademais, os discursos foram selecionados para demonstrar como George W. Bush, nas circunstâncias do onze de setembro, de combate ao terror e da invasão do Iraque, procurou interpelar a população norte-americana com atos como a criação de um órgão de proteção nacional (*Homeland Security Agency*) e a inclusão de uma política preventiva. Ou seja, como o presidente norte-americano dispendeu esforços para legitimar uma dita necessidade nacional de colocar em prática medidas antiterror.

State of the Union

O discurso *State of the Union*, proferido por George W. Bush em 29 de janeiro de 2002, em Washington DC, quatro meses após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, consiste em um relatório tradicionalmente apresentado anualmente em forma de discurso pelo presidente em exercício perante o Congresso Nacional. Seu objetivo é informar os congressistas sobre as definições e projetos do poder executivo e quais são as prioridades do governo. O presidente se expressa abertamente na primeira pessoa do plural (“a nossa nação”) e afirma que há quatro meses seu governo tem

demonstrado condolências para as famílias das vítimas dos atentados de 2001, começado a reconstrução de Nova Iorque e a captura, a prisão e a morte de terroristas.

In four short months, our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York, (...) rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists. – (T10)

Ao proferir o discurso, George W. Bush faz referência aos atentados terroristas de onze de setembro de 2001 e rememora a tragédia assegurando à população estadunidense que haveria justiça. O presidente também declara que o exercício da Política Externa estadunidense pós-atentados terroristas será uma das prioridades de seu governo. Para demonstrar esta última afirmação, George W. Bush rememora a invasão do Afeganistão e menciona que os campos terroristas presentes ali estão em processo de desmantelamento. O presidente ainda menciona firmemente que a população afegã foi salva da inanição e que seu país foi libertado da brutal opressão. Por fim, George W. Bush afirma que os Estados Unidos e o Afeganistão são aliados contra o terrorismo e unirão forças para reconstruir o país.

(...) destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression (...). America and Afghanistan are now allies against terror. We will be partners in rebuilding that country. – (T11)

O *State of the Union* conduz dois enfoques considerados primordiais. O primeiro, diz respeito a uma imediata comoção no cenário pós 11 de setembro enquanto o segundo recomenda a manutenção da segurança dos EUA através do uso da força em um combate contra o terror. Neste sentido, George W. Bush afirma que possui esperança que as nações aliadas dos Estados Unidos agirão em conjunto com a “América” no intuito de eliminar terroristas que ameaçam países. O presidente diz que muitas nações estão empregando a devida força para vencer o terrorismo, mas ressalva que outros governos se assustam perante o terror. Por fim, George W. Bush utiliza e proclama com concretude uma frase de efeito: “Se eles não atacarem, a América atacará”.

My hope is that all nations will heed our call and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own. Many nations are acting forcefully. But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake: If they do not act, America will. – (T12)

George W. Bush prossegue o discurso firmemente e de maneira dura, abarcando o tópico de armas de destruição em massa. O presidente considera que nações com programas nucleares financiados para uso terrorista não ameaçarão a América e seus aliados com armas de destruição em massas.

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons. – (T13)

Tanto o Irã quanto o Iraque são mencionados por George W. Bush como nações que estimulam o medo e que perseguem a fabricação ou compra de armamento nuclear de maneira intermitente. Bush evidencia que o regime iraquiano, sob a ditadura de Saddam Houssein, promove o terror e desenvolve armas químicas.

Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom. Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax and nerve gas and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens, leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that has something to hide from the civilized world. – (T14)

Continuando o discurso, George W. Bush afirma que a Guerra ao Terror foi inaugurada e que pode ser que ela se estenda até depois de seu mandato. Para o presidente, acabar a guerra e deixar para trás campos terroristas intactos e países com ligações com o terror não é um opção que ele escolherá. E, de forma taxativa, declara que se a Guerra contra o Terror for negligenciada a segurança norte-americana será falsa e temporária.

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch, yet it must be and it will be waged on our watch. We cannot stop short. If we stopped now, leaving terror camps intact and terror states unchecked, our sense of security would be false and temporary. – (T15)

Havia ainda a necessidade do poder executivo negociar um apoio congressista irrestrito para liberação de fundos e para votação do aumento do orçamento de defesa. Ataques armados preventivos passariam a ser aceitos no exercício da Política Externa de George W. Bush, de maneira a combater a difusão do terror.

My budget includes the largest increase in defense spending in two decades, because while the price of freedom and security is high, it is never too high: whatever it costs to defend our country, we will pay it. – (T16)

George W. Bush ressalta que a incumbência de defender a liberdade que os Estados Unidos haviam adquirido ao longo de sua história se manteria como um propósito de seu governo. Ainda neste contexto, o presidente argumenta que os Estados Unidos deveriam ajudar a garantir a vitória da liberdade em outros países, e com a garantia de promoção de melhoria de vida em todas as sociedades, desde a África até a América Latina.

America will lead by defending liberty and justice, because they are right and true and unchanging for all people everywhere. No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. (...) Together with friends and allies from Europe to Asia, from Africa to Latin America, we will demonstrate that the forces of terror cannot stop the momentum of freedom. We choose freedom and the dignity of every life. Steadfast in our purpose, we now press on. We have known freedom's price; we have shown freedom's power, and in this great conflict, my fellow Americans, we will see freedom's victory. – (T17)

Ao encaminhar o discurso para o final, George W. Bush emprega um tom permeado de emoção, conclamando que os Estados Unidos não desejavam impor sua cultura, mas que permaneceriam firmes no intento de garantir a dignidade humana, o cumprimento à lei e a justiça, o respeito pelas mulheres, a defesa da propriedade privada, do livre discurso, da justiça imparcial e da tolerância religiosa.

We have no intention of imposing our culture, but America will always stand firm for the nonnegotiable demands of human dignity: the rule of law, limits on the power of the state, respect for women, private property, free speech, equal justice, and religious tolerance. – (T18)

De maneira geral, o discurso *State of the Union* buscou determinar qual o principal modo de ação frente aos inimigos dos Estados Unidos e quais resoluções governamentais deveriam ser trabalhadas para arregimentar um maior número de aliados na instituída “Guerra ao Terror”. Em seu final, o discurso adquire um caráter mais emotivo, aonde George W. Bush menciona que os Estados Unidos se encontram prontos a lutar por sua liberdade e também pela liberdade mundial.

Homeland Security Act

O segundo discurso elencado, *Homeland Security Act* (HSA), foi proferido por George W. Bush em 25 de novembro de 2002, em Washington, DC, com o objetivo de divulgar a criação do Departamento de Segurança Doméstica e a criação do cargo de Secretário de Segurança Doméstica. Segundo Bush, tanto o órgão quanto o cargo possuíam a meta de promover respostas imediatas frente aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Cabe reparar que a fala de George W. Bush exibiu determinação ao mencionar que a criação de um novo plano nacional de segurança na forma do Departamento de Segurança que agiria como responsável pela defesa civil dos Estados Unidos. Com a validação de 118 membros do Congresso norte-americano, o presidente sancionou a lei em novembro de 2002.

Today, we are taking historic action to defend the United States and protect our citizens against the dangers of a new era. With my signature, this act of Congress will create a new Department of Homeland Security, ensuring that our efforts to defend this country are comprehensive and united. With the Homeland Security Act, we're doing everything we can to protect America. We're showing the resolve of this great nation to defend our freedom, our security and our way of life. – (T19)

O presidente, de maneira convicta, divulga que uma das ações prioritárias de seu governo consistiria em aplicar a política de defesa do território estadunidense através da prevenção contra novos ataques terroristas. O presidente afirma que a função máxima do Departamento de Segurança Doméstica consistia em resguardar as fronteiras e aeroportos, proteger a infraestrutura nacional e coordenar medidas em caso de futuras emergências.

The new department will analyze threats, will guard our borders and airports, protect our critical infrastructure, and coordinate the response of our nation for future emergencies. The Homeland Security Act of 2002 takes the next critical steps in defending our country. The continuing threat of terrorism, the threat of mass murder on our own soil will be met with a unified, effective response. – (T20)

Neste discurso George W. Bush também defende que as novas prioridades da Política Externa estadunidense consistiam no rechaço ao terrorismo e, na mesma medida, em balizar medidas defensivas que garantiriam a segurança do território estadunidense. Ele propõe novas formas de ação frente à ameaça terrorista, porém, ao discursar, o presidente alterna estas propostas com uma série de justificativas frente à necessidade de instaurar o Departamento de Segurança Doméstica. Assim, o *Homeland*

Security Act foi mais de uma vez enaltecido pelo presidente, por empenhar a função de prevenção contra novos ataques em concordância com diretrizes pré-estabelecidas: “The Department of Homeland Security will focus the full resources of the American government on the safety of the American people”. – (T21)

O presidente norte-americano apresenta uma série de agradecimentos a personagens da Política de Segurança Doméstica dos EUA, na mesma medida em que persiste divulgando que a prioridade nacional consiste em dismantlar células terroristas e garantir a segurança civil estadunidense. Abaixo, podem ser identificadas algumas das personalidades que ocupavam cargos prioritários relacionados à política estadunidense, e que receberam agradecimento direto e nominal de George W. Bush:

I want to thank Tom Ridge, the Homeland Security Advisor; I thank Tom DeLay for making sure the bill got passed; I want to thank all the local and state officials who are here with us today; I want to thank the local and state law enforcement officials; I want to thank the union representatives who are here. – (T22)

O presidente anuncia que o governador Tom Ridge exerceria o cargo de primeiro Secretário de Segurança Doméstica: “I am pleased to announce that I will nominate Governor Tom Ridge as our nation's first Secretary of Homeland Security”. – (T23)

George W. Bush retoma os agradecimentos e exalta a ajuda de outras nações no combate a atividades terroristas, através do congelamento de finanças, na caçada a um terrorista por vez e no dismantelamento de campos de treinamento pertencentes a grupos ligados ao terror. Por fim, o presidente menciona a libertação afegã por intermédio das tropas norte-americanas:

With the help of many nations, with the help of 90 nations, we're tracking terrorist activity, we're freezing terrorist finances, we're disrupting terrorist plots, we're shutting down terrorist camps, we're on the hunt one person at a time. Many terrorists are now being interrogated. Many terrorists have been killed. We've liberated a country. – (T24)

Em seguida, George W. Bush informa que quando o Departamento de Segurança Doméstica estiver totalmente operacionalizado, as medidas que garantirão a segurança

da população civil norte-americana serão mais facilmente aplicadas. Ademais, o presidente elenca diretrizes do Departamento de Segurança Doméstica cujo conteúdo consiste em: analisar informações relativas às instituições de segurança nacional dispostas pela CIA e pelo FBI; combater o cyberterrorismo, além das ramificações terroristas que empregam ameaças nucleares, químicas e biológicas; promover a troca de informação agilmente entre órgãos responsáveis pelo controle fronteiriço, marítimo e de transporte; e, finalmente, incentivar o trabalho de agentes municipais e estatais para conduzir com rapidez uma resposta frente a ataques terroristas futuros.

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e seus desdobramentos iniciais, a imagem passada pelos Estados Unidos era de fortalecimento da sua segurança. Desta forma, o *Homeland Security Act* constituiu-se em uma das formas imediatas do governo de George W. Bush de apresentar formas de represália contra o terror.

War Message

O discurso *War Message* foi proferido em 19 de março de 2003, em Washington, DC. Neste pronunciamento George W. Bush anuncia que a guerra contra o Iraque seria brevemente deflagrada. A inauguração da política de “Guerra ao Terror” consistia em uma resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e definia que a possibilidade de fazer uso de ataques preventivos era reservada e restrita ao poder Executivo.

Desta forma, George W. Bush decretou que a manutenção da segurança doméstica estadunidense se mostrava em risco e que a necessidade de deflagrar um ataque militar preventivo contra o Iraque deveria ocorrer. O presidente proclamou taxativamente que a liberdade estadunidense somente permaneceria assegurada, naquele momento, se o lançamento de um ataque militar preventivo contra o Iraque fosse realizado, alegando a existência de armas de destruição em massa em território iraquiano.

Our nation enters this conflict reluctantly, yet our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. – (T25)

O presidente anuncia uma campanha militar abrangente e exercida com uma força rigorosamente precisa. Em seu pronunciamento, George W. Bush indica que as operações militares norte-americanas esperavam o anúncio do ataque inicial para colocar em prática uma combinação que conjugava o uso de logística, inteligência, unidades de combate e bases navais e aéreas e reserva de armamentos. Ademais, Bush informa que mais de 35 países aliados também se encontravam prontos para o conflito iminente.

On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign. More than 35 countries are giving crucial support, from the use of naval and air bases, to help with intelligence and logistics, to the deployment of combat units. Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense. We will meet that threat now with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of firefighters and police and doctors on the streets of our cities. – (T26)

George W. Bush também sinaliza que Estados Unidos somente aceitariam uma vitória aonde o emprego da força se mostrasse suficientemente grande para possibilitar um rápido retorno dos militares das bases norte-americanas no Iraque.

To all of the men and women of the United States armed forces now in the Middle East, the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people now depend on you. That trust is well placed. We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people. Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures and we will accept no outcome but victory. – (T27)

A condução da Política Externa norte-americana, no que tange à invasão ao Iraque, seria conduzida conforme a presidência designasse. Uma das questões que George W. Bush procurava atender dizia respeito ao tratamento fornecido às populações civis durante o conflito. Neste sentido, o presidente norte-americano declarava exigir às suas tropas a proteção e segurança da população civil iraquiana.

I want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm. A campaign on the harsh terrain of a nation as large as California could be longer and more difficult than some predict. And helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment. – (T28)

George W. Bush afirma que civis estariam livres de qualquer espécie de ameaça por parte da invasão estadunidense e de seus aliados. Ademais, o presidente menciona que os perigos que ameaçam os Estados Unidos seriam superados e que o caminho da paz seria atingido. Por fim, George W. Bush parte em defesa da liberdade norte-americana contra o terror e, na mesma medida, anuncia que os Estados Unidos garantiriam a liberdade de outras nações da mesma forma.

My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others. And we will prevail. – (T29)

State of the Union, *Homeland Security Act* e *War Message* são discursos pronunciados por George W. Bush em três ocasiões diferentes. A interpretação dos três discursos em conjunto oferece a possibilidade de compreender-se que o crescente engajamento de George W. Bush em ações ostensivas de combate ao terrorismo foi conduzida, também, através do neoconservadorismo que se encontrava na cúpula governamental.

No capítulo subsequente, utilizamo-nos da Análise de Conteúdo com o intuito de localizar, nos discursos do George W. Bush, elementos que digam respeito à crença dos norte-americanos de caráter identitário e com forte apelo nacionalista. Estes elementos são constitutivos da identidade americana e foram exaltados por George W. Bush com o propósito de interpelar os cidadãos americanos para assegurar apoio doméstico ao conjunto de sua política externa antiterrorismo e, em especial, quando a Guerra do Iraque fosse deflagrada, em 2003.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DISCURSOS

A metodologia de Análise de Conteúdo (AC) é utilizada neste capítulo de forma que possamos verificar se, quando e onde os elementos que dizem respeito às características identitárias do povo norte-americano – tais como, o excepcionalismo, democracia, religiosidade, liberdade, patriotismo, individualidade e nacionalismo – estão presentes nos três discursos de Bush escolhidos para este estudo. Estas características remontam da fundação puritana da nação norte-americana até a atualidade e servem para conduzir a operacionalização da metodologia.

O problema que conduz esta pesquisa pode ser elucidado se, identificados os elementos de raiz majoritariamente identitária presentes no discurso presidencial, e sendo os mesmos usados para interpelar os cidadãos norte-americanos, os atingirem de maneira que os levem a manifestar apoio a George W. Bush e conferir legitimidade às ações externas e de caráter preventivo, configuradas através de sua política antiterrorismo, e, em especial, a relativa à Guerra do Iraque em 2003.

4.1 ELEMENTOS FUNDANTES DA NACIONALIDADE NORTE-AMERICANA

Neste tópico elencamos uma série de elementos que indicam quais os aspectos da identidade norte-americana e do neoconservadorismo que foram acionados discursivamente durante o primeiro mandato do presidente George W. Bush, com a intenção de interpelar os cidadãos americanos a apoiarem a política de segurança norte-americana e de combate ao terrorismo, inclusive por meio da invasão a países que representavam ameaça à segurança dos EUA – inicialmente o Afeganistão (2001) e, posteriormente, o Iraque (2003). Para que nossa hipótese seja comprovada é necessária a compreensão de algumas atitudes do presidente Bush frente à inflexão causada pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Com a definição de uma agenda externa devido às articulações neoconservadoras presentes em sua cúpula presidencial, George W. Bush adotou novas pautas que residiam no endurecimento do exercício da política doméstica, através da promulgação do Ato Patriota (que instaurou métodos invasivos nas investigações do governo sob a população norte-americana), incrementou o desenvolvimento de tecnologia bélica, criou um novo órgão denominado Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos e aprovou novas diretrizes que previam investimento tanto na CIA quanto no FBI.

Desta forma, George W. Bush promoveu a “Guerra ao Terror”, prevista no receituário neoconservador conhecido como Doutrina Bush, conseguindo aprovar a invasão do Afeganistão (2001) e a deflagração de um contencioso contra o Iraque (2003). Nas circunstâncias de combate ao terror, o presidente “vendeu” a ideia da necessidade de empregar as medidas mencionadas acima. Da mesma forma, estas medidas ainda levaram o presidente a conduzir o resgate de aspectos fundantes da identidade norte-americana, com o intuito de interpelar a população norte-americana através do uso de recursos oratórios e linguísticos.

Como esta pesquisa possui o intuito de analisar os elementos nacionalistas e identitários que “repousam” na alma dos americanos e que “aparecem” em alguns discursos proferidos por George W. Bush, consideramos necessário elencá-los.

O primeiro elemento analisa como George W. Bush e os neoconservadores que ocupavam cargos na cúpula do governo conseguiram resgatar o apelo à religiosidade, através dos preceitos puritanos, como o que afirmava que os Estados Unidos eram os verdadeiros representantes da vontade divina na terra e depositários de uma “força” que provinha de Deus. Estes argumentos foram incorporados aos discursos e reiterados pelo presidente que, por sua vez, afirmava que invadir o Iraque seria uma “missão” estadunidense, que tornaria o mundo um local mais “seguro” e “melhor”, e que os Estados Unidos seriam os verdadeiros “salvadores do mundo”. Neste sentido, o conflito com o Iraque era percebido como um “dever divino”.

O segundo elemento reside na convicção da existência de uma excepcionalidade norte-americana, uma vez que o regime democrático, instituições e organizações sociais e culturais estabelecidas, economia forte e o propulsor desenvolvimento tecnológico

norte-americano eram considerados representativos da grandeza dos Estados Unidos. George W. Bush exaltava, em seus discursos, a convicção de que os Estados Unidos eram uma nação eleita, benevolente e superior. De acordo com nossa hipótese, estas concepções foram utilizadas por George W. Bush através de discursos para enaltecer aspectos identitários que fornecessem prova da grandeza da nação norte-americana devido a seu próprio excepcionalismo.

A expressão de uma sociedade norte-americana moderna, representativa e economicamente estável era importante para a presidência devido a seu intuito de propagar a concepção de que o mundo necessitava dos Estados Unidos. George W. Bush afirmava a ideia de que o restante do mundo dependia do país para vencer o terrorismo. Neste sentido, fica claro que o presidente procurou enaltecer o sentimento de americanismo e de união nacional, com o intuito de apregoar a necessidade de invadir o Afeganistão e, posteriormente, o Iraque e “salvar” o mundo, levando a população norte-americana a acreditar que possuía uma “incumbência” de “vigiar” as demais nações.

O terceiro elemento diz respeito ao uso da expressão de luta do “bem” contra o “mal” e também, da obrigação moral norte-americana enquanto nação do “bem” em espalhar a maneira americana de viver: liberal, ética e cristã. A existência de uma luta do bem contra o mal fez parte da agenda externa tipicamente neoconservadora adotada por George W. Bush após os ataques terroristas de onze de setembro de 2001.

Descobrir onde eram localizados laboratórios que supostamente fabricavam ADMs e desativá-los era a motivação do presidente americano perante a população norte-americana e o restante do mundo. Enquanto nação “benevolente”, o governo norte-americano também desejava a obtenção de aprovação doméstica para invadir o Iraque e, desta forma, promover uma suposta proteção para a população iraquiana frente ao jugo de Saddam Houssein em uma luta do “bem” contra o “mal”. Ambas as motivações, assinaladas pela presidência, indicavam aos cidadãos norte-americanos que existia a necessidade real de uma intervenção armada no Iraque, pois tal medida representava uma tarefa com caráter de vontade divina devido ao seu papel, anteriormente mencionado, de “salvadores do mundo”.

O quarto elemento é relativo à ideia de que a exportação da democracia, nos moldes norte-americanos e, especialmente àquelas nações que representavam perigo,

consistia em um ato de patriotismo. Isto se devia à ideia americana de que os Estados Unidos, por possuírem o “melhor” regime político do mundo, teriam a função de “exportar” seus valores e princípios para outros países. Em outras palavras, o nacionalismo norte-americano propagava a ideia de que os Estados Unidos seriam o “farol da democracia no mundo”. A retórica de expansão da democracia e de libertação iraquiana fazia parte da estratégia do governo americano. O estabelecimento de um regime político democrático no Iraque poderia garantir que, futuramente, ele se estabelecesse pacificamente e passaria a ser mais um estado aliado dos Estados Unidos.

O quinto elemento faz menção à preservação da individualidade da população norte-americana e o apreço pelo que constitui a essência estadunidense, ou seja, sua individualidade, seu “ser”, como se constituíram como nação, sua singularidade, suas particularidades e características distintas de outros povos, bem como sua especificidade, que os tornam únicos, dignos de reconhecimento e valor. O plano da presidência consistia em corrigir as fraquezas da “América” e torná-la novamente uma nação segura.

Por fim, o sexto elemento é referente ao resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos frente ao terrorismo. A criação de um plano nacional de segurança deu origem a um organismo responsável pela defesa civil: o *Homeland Defense*. Este órgão possuía a incumbência de resguardar a manutenção da segurança civil. Além disso, a presidência institucionalizou um receituário de caráter nacionalista e neoconservador, denominado Doutrina Bush, cujo objetivo era garantir não somente a proteção do território, mas também a seguridade de Estados aliados e amigos. Após o onze de setembro, as áreas de segurança e inteligência norte-americanas preocupavam-se com a contenção de ameaças externas. Porém, antes mesmo dos perigos serem comprovados, o curso de ação delas esperado consistia em agir preventivamente.

4.2 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

A fase de interpretação dos conteúdos dos três discursos de George W. Bush é aqui apresentada. Cabe, porém, recordar que compete ao pesquisador cumprir três

imperativos antes de realizar a interpretação dos discursos. Deve-se estabelecer a pré-análise, a exploração da matéria e o tratamento dos resultados, sendo que já realizamos as três primeiras etapas ao longo desta dissertação. Na sequência, portanto, trabalharemos o quarto imperativo: a interpretação.

Através deste imperativo rememoramos os elementos que destacamos anteriormente, cujo caráter identitário e nacionalista “repousa” na alma dos norte-americanos. Nos três discursos proferidos por George W. Bush, estes elementos aparecem através de expressões e afirmações que o presidente americano utiliza com a intenção de interpelar os cidadãos americanos com o fim de angariar apoio doméstico para: (a) prevenir atos terroristas semelhantes aos de onze de setembro de 2001; (b) localizar e punir os terroristas (cujo líder era Osama Bin Laden) e seus aliados, onde quer que eles estivessem (Afeganistão ou Iraque).

Assim, ainda cabe listarmos quais foram as expressões, frases e afirmações que George W. Bush utilizou nos três discursos escolhidos, e que se encontravam de acordo com os elementos pré-estabelecidos nesta dissertação, bem como verificarmos como os recursos oratórios utilizados por George W. Bush continham raízes nacionalistas, identitárias e patrióticas.

Antes disto, rerepresentamos os elementos constitutivos da *americanidade* após a deflagração do terrorismo em 2001.

O primeiro elemento (1) é denominado “Resgate dos preceitos puritanos e forte apelo à religiosidade”; o segundo elemento (2) se chama “Excepcionalidade norte-americana”; o terceiro elemento (3) abarca a “A luta do bem contra o mal e a obrigação moral da nação norte-americana em exportar sua maneira liberal, ética e cristã de viver”; o quarto elemento (4) é chamado “A exportação da democracia estadunidense para Estados que representavam perigo e ameaçam a população dos Estados Unidos”; o quinto elemento (5) consiste na “A preservação da liberdade, individualidade e essência estadunidense”; e, finalmente, o sexto elemento (6) compreende “O resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos”.

Para operacionalizarmos a análise, listamos os elementos e, logo abaixo de cada um deles, introduzimos as expressões e frases utilizadas pelo presidente nos três

discursos. No que compete a apresentação dos comentários, informamos que eles aparecem ao longo da análise.

ELEMENTO 1 - Resgate dos preceitos puritanos e forte apelo à religiosidade

Este elemento faz referência ao resgate do apelo à religiosidade através dos preceitos puritanos, além de afirmar que os Estados Unidos eram os verdadeiros representantes da vontade divina na terra e depositários de uma “força” que provinha de Deus. Neste ponto, George W. Bush menciona que “Million of Americans are praying with you for the safety of your loved ones and for the protection of the innocent”. – (T30) Nesta colocação o presidente nomeadamente faz uso da palavra *praying*, ou seja, “fazer uma prece” o que condiz com sua pretensa vocação divina.

O presidente volta a mencionar uma palavra que qualifica o argumento de que Deus está do lado norte-americano mesmo em momentos de tragédia: “Deep in the American character, there is honor, and it is stronger than cynicism. And many have discovered again that even in tragedy -- especially in tragedy -- God is near”. – (T31) Cabe lembrar que George W. Bush afirma esta frase no discurso *State of the Union*, em 29 de janeiro em 2002, de modo a demonstrar sua firme crença em Deus. Ou seja, a tragédia não é revisitada, mas se encontra presente em diversos momentos nos três discursos, aonde as palavras *praying* e *God* aparecem e apelam ao componente religioso norte-americano. Por sua vez, o neoconservadorismo, enquanto corrente política representada na cúpula presidencial, também apregoa e defende o papel fundamental da religiosidade nos Estados Unidos.

Assim, George W. Bush afirma que “And helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment”. – (T32) O presidente deseja, na realidade, dizer que invadir o Iraque seria uma “missão” estadunidense e que tornaria o mundo um local mais “seguro” e “melhor”. Neste sentido, o conflito com o Iraque era percebido como um “dever divino”.

Ademais, o presidente norte-americano menciona que “We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of

that country to its own people”. – (T33) Ele nitidamente confirma o pressuposto neoconservador que fundamenta que os Estados Unidos seriam os verdadeiros “salvadores do mundo” e que exerceriam esta auto-imposta habilidade ao manter o Iraque seguro.

O presidente norte-americano afirma que os Estados Unidos não possuíam ambições no Iraque, a não ser a de salvar a população iraquiana do jugo do ditador Saddam Housein. Estas declarações por parte de George W. Bush ocorrem em um momento no qual a nação norte-americana ainda estava de luto, e que provavelmente se mostrasse condescendente em relação à situação trágica da população iraquiana e favorável à invasão em 2003.

Porém, alguns intelectuais norte-americanos não estavam de acordo com as afirmações acima, uma vez que não ambicionavam a destituição de Saddam, mas apoiavam a necessidade de maior influência norte-americana no Iraque, com o objetivo de controlar as reservas de petróleo e de forma a manter os Estados Unidos assegurados de que o recurso energético se encontrava sob sua influência.

A assertividade discursiva presente nos três discursos que elencamos reside na suposta “necessidade de salvar a população iraquiana” em um momento de intensa fragilidade. Portanto, supõe-se que o presidente norte-americano foi eficaz ao interpelar os cidadãos estadunidenses e que manteve reforçada a interpelação até cerca de quatro meses antes de iniciar os tramites da invasão, além de arregimentar apoio de nações amigas dos Estados Unidos e da ONU.

ELEMENTO 2 - Excepcionalidade norte-americana

Historicamente, os próprios norte-americanos conferiam a si mesmos o título de cidadãos de uma nação excepcional, divina e predestinada. Já na atualidade, o conceito de excepcionalismo foi revitalizado por George W. Bush nos discursos que previamente elencamos. Neste contexto, o presidente norte-americano afirma que o esforço de reestruturar a “América” seria uma acepção que passaria a estar contida tanto na esfera política interna, quanto externa norte-americana.

O conceito de excepcionalismo norte-americano, reativado após os atentados terroristas de 2001, previa que o mundo necessitava dos Estados Unidos frente a novas ameaças terroristas, cujo caráter difuso precisava ser combatido com maior intensidade. No discurso *War Message* o presidente afirma que uma coalizão internacional, montada pelos Estados Unidos, estava estacionada no Golfo Pérsico com o propósito de invadir o Iraque. Com este cenário exposto, o presidente afirma que “Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense”. – (T34)

Internamente o excepcionalismo também estava presente, porém a defesa da agenda externa foi priorizada de forma que o presidente americano exaltasse a convicção de que os Estados Unidos eram uma nação eleita, benevolente e superior e em busca da liberdade global aonde “We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life”. – (T35) A pretensão americana pode ser observada quando George W. Bush afirma que “In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events”. – (T36)

Ainda neste elemento, George W. Bush afirma que os cidadãos norte-americanos, tendo em vista sua excepcionalidade, demonstraram uma rápida resposta frente aos ataques terroristas de 2001. Assim sendo, “The American people have responded magnificently, with courage and compassion, strength and resolve. As I have met the heroes, hugged the families, and looked into the tired faces of rescuers, I have stood in awe of the American people”. – (T37) Já no discurso *Homeland Security Act*, o presidente avalia que o departamento “Homeland security will make America not only stronger, but, in many ways, better”. – (T38)

Notadamente, apesar do luto e do choque frente ao terror, George W. Bush inicia um processo de elencar diversos objetivos como forma de dismantelar o terrorismo globalmente. Com fluidez e de maneira rápida, George W. Bush e a cúpula presidencial elaboram algumas medidas para a manutenção da segurança doméstica norte-americana. Ao empregar estas medidas, o presidente lança mão de ações que propunham atacar territórios de outras nações aonde células terroristas se encontravam, além de prevenir os Estados Unidos e o restante do mundo contra a utilização de ADMs.

Com mais uma série de medidas, além das duas mencionadas, George W. Bush logrou apoio e recebeu aprovação doméstica.

Apesar da tragédia de 2001, o presidente norte-americano anuncia no discurso *State of the Union* que:

Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. – (T39)

Deve-se levar em consideração que o excepcionalismo norte-americano se origina na histórica crença de “Destino Manifesto”, enquanto conceito que remonta à época da construção da nação norte-americana no século XVIII. O excepcionalismo foi concebido pelos cidadãos estadunidenses como uma espécie de tarefa que eles possuem com o restante do mundo de exportar aquilo que é bom e justo, além de ser representativo da máxima norte-americana de que os Estados Unidos são uma nação predestinada.

No discurso *State of the Union*, George W. Bush afirma a garantia da liberdade da nação estadunidense aonde “We want to be a nation that serves goals larger than self” e “We seek a just and peaceful world beyond the war on terror”. – (T40) Da mesma forma, esta interpelação acerca do excepcionalismo norte-americano foi feita de uma maneira igual no discurso *Homeland Security Act*, conforme já mencionamos anteriormente, aonde George W. Bush profere:

With the help of many nations, with the help of 90 nations, we're tracking terrorist activity, we're freezing terrorist finances, we're disrupting terrorist plots, we're shutting down terrorist camps, we're on the hunt one person at a time. Many terrorists are now being interrogated. Many terrorists have been killed. We've liberated a country”. – (T41)

ELEMENTO 3 - A luta do bem contra o mal e a obrigação moral da nação norte-americana em exportar sua maneira liberal, ética e cristã de viver.

O terceiro elemento diz respeito ao uso da expressão por parte da presidência de luta do “bem” contra o “mal” e da obrigação moral norte-americana enquanto nação do “bem” em espalhar a maneira americana de viver: liberal, ética e cristã. Esta acepção se encontra tipicamente na agenda externa neoconservadora a qual George W. Bush incluiu em seu governo após os ataques terroristas de onze de setembro de 2001.

Da mesma forma que em *Homeland Security Act*, quando George W. Bush anuncia que “The continuing threat of terrorism, the threat of mass murder on our own soil will be met with a unified, effective response”, (T42) em *State of the Union* Bush menciona que “My budget nearly doubles funding for a sustained strategy of homeland security, focused on four key areas: bioterrorism, emergency response, airport and border security, and improved intelligence”. – (T43) Neste caso, é perceptível o intento da presidência norte-americana em responder a qualquer ameaça externa, uma vez que o onze de setembro de 2001 ainda era um acontecimento recente.

Neste mesmo sentido, a resposta dos Estados Unidos frente ao terrorismo foi proferida em *Homeland Security Act* quando George W. Bush anuncia que “The Department of Homeland Security will have nearly 170,000 employees, dedicated professionals who will wake up each morning with the overriding duty of protecting their fellow citizens”. – (T44) A forma como o presidente afirma a luta contra o terrorismo é feita de maneira objetiva, aonde se identifica o número exato de novos empregados que reforçarão a defesa dos Estados Unidos. Porém, subjetivamente, o presidente faz afirmações exacerbadas quando delimita que os novos servidores norte-americanos, que trabalharão no Departamento de Segurança Interna, agirão na linha de frente do contra-ataque ao terrorismo, acordarão cada manhã com o intento de proteger seus co-cidadãos. O presidente passa a empregar termos e palavras que enaltecem o papel que cada americano desempenhará na Guerra ao Terror, com a certeza de estar atuando a favor de seu país. George W. Bush clama pelo esforço dos norte-americanos a favor do nacionalismo estadunidense para, quando o momento chegar, ter previamente arregimentado o apoio dos cidadãos americanos para invadir o Iraque. George W. Bush interpelou os cidadãos estadunidenses ao clamar e enaltecer o valor da união nacional e do patriotismo que permeiam os valores identitários dos Estados Unidos.

No que tange a invasão do Afeganistão em 2001, George W. Bush afirma no discurso *State of the Union* que os Estados Unidos prevaleceram frente às células

terroristas instaladas em solo afegão. Neste sentido, os Estados Unidos “(...) rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression”. – (T45) O presidente também afirma que os Estados Unidos angariaram para si a tarefa de manutenção da liberdade do povo afegão ao proclamar “We've liberated a country”. – (T46) Da mesma forma, George W. Bush indica que a luta contra o terror exigirá esforços por parte da população norte-americana e que os Estados Unidos prevalecerão, pois “We're fighting a war against terror with all our resources, and we're determined to win”. – (T47)

Ainda se deve levar em consideração que George W. Bush reforçou que, tanto no discurso *State of the Union*, quanto no discurso *Homeland Security Act*, a pretensão dos Estados Unidos em instituir uma liberdade para o Afeganistão que seja perene de modo que assegure a própria liberdade estadunidense. Neste sentido, consideramos que é reiterada a interpelação da população estadunidense quando, por exemplo, o presidente menciona que o Afeganistão foi libertado através da ajuda da nação norte-americana, ou seja, Bush evoca que a liberdade estadunidense dependia de um mundo que compartilhasse os mesmos valores da república, da democracia e da liberdade dos Estados Unidos. Desta forma, a aceção da democracia fundamentada na liberdade estrutura o ideário norte-americano, na medida em que representa um dos fatores históricos aonde o povo norte-americano autointitula sua pátria como “salvadora do mundo”.

Em 19 de março de 2003 no discurso War Message, George W. Bush reforça o argumento de que os Estados Unidos percorrem o caminho das causas justas e divinas, o que denota uma predestinação do povo norte-americano. Ao afirmar perante os cidadãos estadunidenses que “(...) you will not escape the justice of this nation” (T48) o presidente também proclama no discurso *State of the Union* que “(...) our cause is just” (T49), contribuindo para enaltecer a noção de que os Estados Unidos são indispensáveis.

Enquanto nação “benevolente”, o governo norte-americano também desejava a obtenção de aprovação doméstica para invadir o Iraque e, desta forma, promover uma suposta proteção para a população iraquiana frente ao jugo de Saddam Houssein em uma luta do “bem” contra o “mal”. Neste sentido, George W. Bush inicia o discurso

War Message proclamando para os cidadãos norte-americanos “My fellow citizens, at this hour American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger”. – (T50) Também havia a intenção de que uma mudança de regime no Iraque poderia levar a instituição de um governo democrático aonde “(...) helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment”. – (T51)

Ressalta-se que a corrente neoconservadora presente no governo de George W. Bush resguardava à época uma estratégia de exportar os valores e modelos de organização política e econômica como forma de conter ameaças que surgissem contra a América e garantir uma paz inquebrável. Desta feita, os valores nacionalistas e neoconservadores enaltecidos pelo presidente sustentam que “(...) we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting Peace”. – (T52)

ELEMENTO 4 – Exportação da democracia estadunidense para Estados que ameaçam a população norte-americana (como Afeganistão e Iraque)

O quarto elemento demonstra que o governo de George W. Bush se propunha a permanecer e trabalhar a favor da reconstrução do Afeganistão juntamente à população afegã, após ter expulsado o regime Talibã. Desta forma, Bush objetivava garantir influência norte-americana no país para mais facilmente minar células terroristas presentes na região do Oriente Médio. O presidente anuncia que “America and Afghanistan are now allies against terror. We'll be partners in rebuilding that country”. – (T53)

Nestes termos, George W. Bush reforça que os Estados Unidos trabalhariam na reconstrução do Afeganistão, o que interpelaria a população estadunidense devido ao caráter nacionalista e patriótico da nação norte-americana enquanto nação benevolente, salvadora do mundo e garantidora da justiça de maneira global. Assim, “America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere” – (T54)

Ademais, o estabelecimento de um regime estável e uma futura implantação da democracia no Afeganistão embasava ainda mais a noção de interpelar os cidadãos

norte-americanos devido à propaganda governamental de que os Estados Unidos agiam em favor da liberdade e da justiça do povo afegão. No discurso *State of the Union*, George W. Bush afirma que

No people on Earth yearn to be oppressed, or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police. If anyone doubts this, let them look to Afghanistan, where the Islamic "street" greeted the fall of tyranny with song and celebration. (...) America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. – (T55)

Cabe reparar que esta interpelação foi feita de maneira similar nos discursos *State Of The Union* e *Homeland Security Act*, quando George W. Bush exalta a pretensão dos Estados Unidos em estabelecer a liberdade afegã como meio de assegurar a própria liberdade estadunidense. Tal questão denota que George W. Bush se apropriou do conceito de liberdade para benefício estadunidense ao afirmar que o Afeganistão dependia da vontade norte-americana para compartilhar globalmente os valores da democracia e da liberdade. Objetivamente, sob a perspectiva divulgada internacionalmente de que os Estados Unidos auxiliariam no estabelecimento da democracia, o Afeganistão representava um trunfo para os Estados Unidos devido ao entendimento por parte dos neoconservadores de que, uma vez colocado o regime afegão sob o “olhar” estadunidense, ameaças aos Estados Unidos seriam extintas.

ELEMENTO 5 – A preservação da liberdade, individualidade e da essência estadunidense

O elemento número cinco faz menção à preservação da liberdade, da individualidade e do apreço pelo que constitui a essência estadunidense. Note-se que, em momentos diferentes e com um peso diferente, a palavra *freedom* é mencionada. No discurso *Homeland Security Act*, ocorrido em 22 de novembro de 2002, George W. Bush afirma logo no início do discurso que “From the morning of September the 11th, 2001, to this hour, America has been engaged in an unprecedented effort to defend our freedom and our security”. – (T56) O presidente volta a mencionar *freedom* no final do mesmo discurso desta forma “With the Homeland Security Act, we're doing everything

we can to protect America. We're showing the resolve of this great nation to defend our freedom, our security and our way of life". – (T57)

Quando o presidente norte-americano afirmava que a “America has been engaged in an unprecedented effort to defend our freedom” (T58) seu objetivo era rememorar os cidadãos norte-americanos que os Estados Unidos se encontravam em uma luta contra o terrorismo, aonde todos os recursos necessários seriam utilizados com a determinação de vencer a Guerra ao Terror. Desta forma, o presidente interpela os norte-americanos ao utilizar a expressão “defend our freedom”. – (T59) Historicamente, os norte-americanos prezam sua individualidade desde que os imigrantes puritanos que se estabeleceram nos Estados Unidos no século XVIII, advogavam a favor da liberdade religiosa, econômica e política que haviam encontrado na “América.” Assim, possuir sua liberdade assegurada consiste em um dos maiores princípios da nação norte-americana.

Por sua vez, no discurso *War Message*, George W. Bush menciona que “We will defend our freedom. We will bring freedom to others. And we will prevail”. – (T60) Neste contexto, o presidente se refere à liberdade norte-americana frente ao perigo que o Iraque representava aos Estados Unidos. Para Bush, o governo iraquiano sob o ditador Saddam Houssein promovia uma série de ameaças que não somente possuíam caráter belicoso, mas também colocavam em perigo os princípios estadunidenses. Novamente consideramos que a presidência americana foi exitosa em interpelar os cidadãos estadunidenses neste contexto, ao apelar para o conceito de preservação da liberdade, o que representava um conceito de valor indiscutível, de cunho nacionalista e passível de reativar sentimentos patrióticos. Com isto, George W. Bush não somente reforçou o quanto caro é o conceito de liberdade para os cidadãos estadunidenses, mas também como ele é representativo dos aspectos fundantes da nação norte-americana.

ELEMENTO 6 - O resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos

Por fim, o sexto elemento é referente ao resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos frente ao terrorismo. Cabe observar que este elemento aparece em cada um dos três discursos que elencamos: *State of the Union*; *Homeland Security Act* e *War Message*. Desta forma, o sexto elemento aparece no primeiro discurso, *State of the*

Union, quando George W. Bush sustenta que “(...) some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will”. – (T61)

No discurso *Homeland Security Act*, George W. Bush anuncia a criação de um novo departamento de segurança interna que garantirá a segurança da nação estadunidense, ou seja:

The new department will analyze threats, will guard our borders and airports, protect our critical infrastructure, and coordinate the response of our nation for future emergencies. The Department of Homeland Security will focus the full resources of the American government on the safety of the American people. – (T62)

Já no discurso *War Message*, o presidente anuncia que “Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures and we will accept no outcome but victory”. – (T63)

Recorde-se que após o onze de setembro os órgãos ligados às áreas de segurança e inteligência norte-americanas preocupavam-se com a contenção de ameaças externas. Porém, antes mesmo dos perigos serem comprovados, o curso de ação por eles esperado consistia em agir preventivamente. Assim, George W. Bush anuncia que: “Yet our government will take every possible measure to safeguard our country and our people”. – (T64) Naturalmente, George W. Bush faz referência à política de ataque preventivo ao afirmar que “(...) our government will take every possible measure”. – (T65) O presidente esclarece que realizará “qualquer” espécie de ação externa para a proteção da sociedade estadunidense.

O discurso *Homeland Security Act* foi proferido pela presidência como uma forma de propagar ações internas e externas norte-americanas, sendo que para este fator se concretizar foi criado o Departamento de Segurança Doméstica (*Department of Homeland Security*), cuja responsabilidade consistia na proteção e defesa dos cidadãos estadunidenses. O presidente expressa que: “The Department of Homeland Security will focus the full resources of the American government on the safety of the American people” (T66), aumentando os níveis de segurança interna da nação de forma mais prática.

Decorre que a interpelação da população norte-americana também é uma consequência das inúmeras vezes que o presidente enalteceu e agradeceu trabalhadores norte-americanos, cuja função consistia na manutenção da segurança dos Estados Unidos. O resguardo do que é intrinsecamente norte-americano e o que é assegurado pelo presidente como fator primordial para que a “América” vença o terror está expresso no *Homeland Security Act*. Assim, George W. Bush afirma que: “This administration and this Congress have the duty of putting that system into place. We will fulfill that duty”. – (T67) Da mesma maneira, o presidente assegura que a “América” não se encontra ameaçada naquele momento uma vez que o *Homeland Security Act* foi elaborado para proteger a nação norte-americana.

Em vinte e cinco de novembro de 2002, ao proferir o discurso *Homeland Security Act*, George W. Bush apresentou a Doutrina Bush. Enquanto receituário provindo de pressupostos dos neoconservadores presentes na presidência, e com a função de antever situações que pudessem ser danosas para os Estados Unidos, a Doutrina foi estabelecida e sancionada, porém, sob seu nome oficial: “Doutrina Preventiva”.

Em *War Message*, George W. Bush, em consonância com os pressupostos da Doutrina Bush, afirma que o regime iraquiano não sobreviveria se minar a paz dos Estados Unidos e de seus Estados aliados com a ameaça de utilizar ADMs. O presidente afirma que “The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder”. – (T68)

Pode-se constatar, assim, que George W. Bush redirecionou a priorização da agenda doméstica estadunidense em detrimento do exercício da Política Externa para manutenção da segurança civil e territorial dos Estados Unidos. Portanto, não é refutável que, com o propósito de invadir o Iraque, George W. Bush demonstrou relevante assertividade ao difundir, discursivamente, expressões de cunho patriótico, nacionalista e identitário para obter apoio populacional que legitimasse a invasão do Afeganistão, em 2001 e a guerra ao Iraque, em 2003.

CONCLUSÃO

Esta dissertação de mestrado postulou que, após os atentados terroristas de onze de setembro de 2001 ocorridos contra os Estados Unidos, o recém-eleito presidente norte-americano, George W. Bush, procurou arregimentar apoio da população norte-americana para criar um receituário de combate ao terrorismo, em nível nacional e global, legitimando a invasão do Afeganistão, em 2001 e a deflagração de um contencioso contra o Iraque em 2003. A pesquisa estabeleceu que, para tal intento, o presidente contou com um grupo de políticos e intelectuais, presentes na cúpula presidencial e adeptos da corrente ideológica neoconservadora, que indicavam que George W. Bush deveria adotar em seus discursos expressões de caráter nacionalista, com o intuito de interpelar os cidadãos norte-americanos para legitimarem sua política antiterrorismo.

Para abordar o problema de pesquisa iniciamos pela seleção de três discursos proferidos por George W. Bush: *State of the Union*, *Homeland Security Act* e *War Message*. Em seguida, aplicamos a metodologia de Análise de Conteúdo em cada uma das falas do presidente norte-americano com o objetivo de descobrir quais recursos oratórios foram empregados por ele para interpelar os norte-americanos, e obter legitimidade à sua política externa antiterrorismo que incluía a invasão ao Afeganistão em 2001 e a guerra ao Iraque em 2003. Assim, nosso esforço permitiu um olhar global sobre a situação e contribuiu para nossa exposição sobre o tema.

No primeiro capítulo sistematizamos os indicadores do nacionalismo, da identidade, do conservadorismo e do neoconservadorismo norte-americanos, sendo que também descrevemos como ocorreu a reativação do neoconservadorismo no governo de George W. Bush. Conceituamos os termos “nação” e “nacionalismo” com o intuito de verificar o padrão de constituição de Estados nacionais para facilitar a análise sobre os aspectos que dizem respeito à nação norte-americana, e como diversas expressões de sua nacionalidade atual são frutos do processo histórico de estabelecimento do puritanismo na “América”; refletimos sobre a construção das identidades nacionais norte-americanas e de que maneira elas podem ser verificadas; identificamos as bases da ideologia conservadora nos Estados Unidos; e, por fim, analisamos a corrente

ideológica neoconservadora, reativada no cenário estadunidense após os atentados terroristas de 2001.

O segundo capítulo priorizou contextualizar os ataques terroristas de onze de setembro de 2001, o neoconservadorismo expresso no governo de George W. Bush e as respostas da presidência frente ao terrorismo. Ao delinear este capítulo julgamos que fosse necessário um entendimento de que o neoconservadorismo foi considerado peça chave para entender o direcionamento dado pela cúpula governamental frente ao onze de setembro de 2001, uma vez que apresentou áreas de confluência com os elementos nacionalistas também resgatados pelo discurso presidencial. Por fim, neste capítulo também foram apresentados os discursos – *State of the Union*, *Homeland Security Act* e *War Message* – introduzindo-se seus conteúdos e contextualizando-os temporalmente, de forma que a mensagem central de cada discurso seja compreendida a partir da união dos três pronunciamentos.

Por fim, no terceiro capítulo foi possível estabelecer e aplicar a metodologia de Análise de Conteúdo. Para tanto, fundamentamos uma série de elementos com raízes identitárias, patrióticas e nacionalistas, de acordo com os conceitos trabalhados no primeiro capítulo. Assim, buscamos responder se os discursos proferidos por George W. Bush, entrelaçados com estes elementos, foram exitosos em interpelarem os cidadãos norte-americanos de forma a levá-los a manifestar apoio a George W. Bush e conferir legitimidade às suas ações bélicas no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003).

Consideramos que o referencial teórico eleito forneceu embasamento para o problema desta pesquisa. Cabe notar que, frente a extensa bibliografia existente nacional e internacionalmente, decidimos trabalhar com David Harvey, Cristina Soreanu Pecequilo e Erica Resende, pois cada um destes autores proporcionou um aporte apropriado para as diferentes fases de execução desta dissertação. Harvey indicou os aspectos históricos e notórios da agenda externa norte-americana; Pecequilo contextualizou e discorreu minuciosamente sobre o primeiro mandato de George W. Bush; e Resende descreveu partes e aspectos próprios da identidade norte-americana, permitindo que estabelecêssemos elementos identitários e nacionalistas no segundo capítulo. Os três autores auxiliaram, contribuíram e reforçaram esta dissertação uma vez que cada um introduziu aspectos diferentes que, quando estudados em conjunto, contribuíram para que o trabalho fosse realizado na sua integralidade.

Tanto no trabalho de Cristina Soreanu Pecequilo, quanto no do Erica Resende é possível encontrar conceitos e acepções que nos auxiliaram na operacionalização da metodologia que foi empregada no capítulo final. Já no trabalho de David Harvey, *O Novo Imperialismo*, consideramos ter sido possível dialogar com ele sobre o caráter hegemônico adotado por George W. Bush em seu primeiro mandato. Também foi possível dialogar sobre a importância do conflito no Iraque e de que forma ele pode realmente indicar o resguardo da manutenção da hegemonia norte-americana.

Assim como o pesquisador, entendemos que o terrorismo perpetrado contra os Estados Unidos em 2001, fez com que George W. Bush e a cúpula governamental neoconservadora adotassem como única resposta combater o “perigo”. Por sua vez, tal “perigo” difundido pela presidência era representado primeiro, pela figura de Osama Bin Ladem, idealizador do ataque terrorista de onze de setembro (“caçado” pelo governo norte-americano no Afeganistão, em 2001) e, a seguir, pela figura do ditador iraquiano Saddam Houssein (“derrubado” do governo, com a Guerra do Iraque, em 2003). Neste sentido, Harvey não tece comentários, mas deixa um espaço para a reflexão que trabalhamos, ou seja, se foi através da utilização de ferramentas discursivas, de caráter identitário, neoconservador e nacionalista que o conflito no Iraque foi legitimado pela população estadunidense.

Ademais, Harvey propôs a existência de uma reativação do imperialismo norte-americano durante o governo de George W. Bush, a partir de acontecimentos ocorridos naquele país no final do século XX e no início do XXI, após a ocorrência dos atentados terroristas de 2001. Tal afirmação nos levou a tentar estabelecer uma conexão entre este suposto imperialismo, proposto por Harvey, com o termo que utilizamos e que interpretamos ser similar em significado e “peso¹⁷”, ou seja, que é “caráter hegemônico” ou somente “hegemonia.”

A interpretação é estabelecida pelo fio condutor desta dissertação, ou seja, estabelecer se os discursos, entremeados com elementos identitários e nacionalistas, tiveram êxito em interpelar os cidadãos estadunidenses para legitimar a iminente ofensiva contra o Iraque? Harvey, por sua vez, questiona como foi conquistado o apoio doméstico da população norte-americana para deflagração do conflito. Ele pressupõe

¹⁷ Cabe notar que estabelecemos esta conexão nesta pesquisa e que tal afirmação não necessariamente pode ser generalizada ou ser tratada como uma “verdade” sempre.

que o consentimento decorreu da propaganda de guerra lançada internacionalmente pelos Estados Unidos aonde eram apresentados os conceitos de “Eixo do Mal” e divulgados uma série de aspectos próprios da religião muçulmana para, tentativamente, denegri-los em sequência. Por outro lado, nossa análise considera que teria sido o caráter hegemônico e o autointitulado poderio da nação norte-americana que fortaleceram ainda mais os discursos do presidente norte-americano e, conseqüentemente, agilizaram a legitimação buscada por George W. Bush. Ou seja, entendemos que o apoio doméstico necessário para iniciar o conflito provinha de uma série de argumentos, contidos em alguns discursos proferidos por George W. Bush, que evocavam a identidade e o nacionalismo estadunidense. Os discursos eram dotados de conteúdos que fazem parte do ideário norte-americano com o objetivo de interpelar a população americana e obter apoio para as ações bélicas no Afeganistão e no Iraque.

Porém há ainda uma questão proposta por Harvey aonde ele afirma como a acepção do autointeresse norte-americano é historicamente empregada. Isto quer dizer que, especificamente nesta dissertação, a tomada de decisão sobre a Guerra do Iraque, segundo Harvey, não poderia ter sido legitimada somente devido a uma política de convencimento dos cidadãos norte-americanos e da sociedade internacional, mas sim uma ação de interesse próprio do governo estadunidense transmutado em interesse geral.

Os Estados Unidos têm pelo menos de agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento (HARVEY, 2005, p. 41).

No que tange o trabalho de Pecequillo, acreditamos que sua contribuição ao esclarecimento de nosso problema de pesquisa decorre de a autora fundamentar a afirmação de que houve priorização da Política Externa em detrimento da política doméstica no exercício do primeiro mandato de George W. Bush. De fato, a escolha pela priorização da agenda externa em detrimento do exercício da política doméstica ocorreu devido a inflexão causada pelo onze de setembro de 2001 na América.

Ademais, a autora afirma que o grupo de intelectuais políticos neoconservadores junto à presidência de George W. Bush, influenciou na adoção de medidas políticas com forte apelo patriótico. Notadamente, a extrema-direita cristã foi uma das correntes

políticas cujas propostas foram atendidas rapidamente. Assim como relatado nesta pesquisa, e também exposto por Pecequillo, George W. Bush, logo após sua eleição, indicou juízes conservadores para assumir funções na Suprema Corte norte-americana. Tal fato exemplifica como os neoconservadores possuíam relativa liberdade na cúpula da presidência para advogar a favor da agenda política neoconservadora.

Para além desta constatação trazida por Pecequillo, notamos, ao longo da pesquisa, que George W. Bush afirmou que o esforço de reestruturar a “América” seria uma acepção que passaria a estar contida na esfera de política interna, porém preferencialmente seria a agenda internacional norte-americana que proporcionaria maior possibilidade de reafirmar a segurança da população dos Estados Unidos. Imediatamente após os atentados terroristas de onze de setembro de 2001, George W. Bush anunciou, no discurso *Homeland Security Act*, pronunciado em 25 de novembro de 2002: “Yet our government will take every possible measure to safeguard our country and our people” (T69). A priorização da segurança dos norte-americanos, segundo o presidente Bush, estaria garantida pela ação do Departamento de Segurança Doméstica.

Resende, por sua vez, problematizou a questão do excepcionalismo norte-americano ao focar que o mesmo é passível de ser reproduzido discursivamente, pois é um dos aspetos identitários que os norte-americanos concebem com mais precisão. De fato, Resende trabalha o conceito do excepcionalismo norte-americano e como este se reproduz nos discursos aonde aparecem expressões como o de “nação eleita” e “nação benevolente”, proferidos por George W. Bush após os atentados terroristas. A autora trabalha esta acepção em sua pesquisa ao afirmar que são os aspectos identitários norte-americanos que fornecem a prova da grandeza da nação norte-americana decorrente de seu próprio excepcionalismo. A autora sinteticamente aponta que “(...) o excepcionalismo postula que os Estados Unidos gozem de uma condição única no mundo e, portanto, excepcional. Tal mito diz que aquele país, devido a suas origens, além de características e instituições singulares que não conseguiram ser reproduzidas alhures, seriam excepcionais no mundo” (RESENDE, 2009, p.237).

Resende também afirma que a manutenção das práticas do exercício da política externa que conduzem a uma construção identitária norte-americana possuem origem majoritariamente puritana. A pesquisadora é exitosa ao condensar os processos da

formação da nação estadunidense e conceituá-los ao estabelecimento do Puritanismo na “América”:

(...) o puritanismo funcionou como principal veículo ideológico para a execução do projeto de colonização da América. Os puritanos que se estabeleceram em Massachusetts na primeira metade do século XVII optaram por deixar seus lares na Inglaterra, motivados pelo que entendiam ser o chamado divino ao povo eleito de Deus. Na execução de sua missão na terra, engajaram-se no “errand into the wilderness” com o objetivo de criar uma comunidade cristã utópica que seria um modelo para a Inglaterra e o mundo (RESENDE, 2009, p. 270).

Em virtude dos fatos até aqui mencionados, explicitamos os dados recolhidos após a aplicação da metodologia de Análise de Conteúdo, aonde trabalhamos seis elementos constitutivos da *americanidade* após a deflagração do terrorismo em 2001 e sua presença nos três discursos que elencamos: *State of the Union*, *Homeland Security Act* e *War Message*.

No primeiro elemento, “resgate dos preceitos puritanos e forte apelo à religiosidade”, trabalhamos com o argumento de que Deus está do lado norte-americano mesmo em momentos de tragédia e que o conflito com o Iraque era percebido como um “dever divino”. Assim, observamos que George W. Bush confirma o pressuposto neoconservador que fundamenta que os Estados Unidos seriam os verdadeiros “salvadores do mundo” e que exercerão esta autoimposta habilidade ao manter o Iraque seguro.

No segundo elemento, chamado “excepcionalidade norte-americana”, o demonstramos que o presidente afirmou que o esforço de reestruturar a “América” seria uma aceção que passaria a estar contida tanto na esfera política interna, quanto externa norte-americana. Da mesma maneira, fica claro que a defesa da agenda externa foi priorizada, assim como que o presidente americano exaltava a convicção de que os Estados Unidos eram uma nação “eleita”, “benevolente” e “superior” e em busca da liberdade mundial.

No terceiro elemento, George W. Bush faz afirmações no que tange a “luta que os Estados Unidos desempenham do bem contra o mal e a obrigação moral da nação norte-americana em exportar sua maneira liberal, ética e cristã de viver”. Além disto, a

criação do Departamento de Segurança Interna significava que os Estados Unidos se encontravam na linha de frente do contra-ataque ao terrorismo. Neste sentido, George W. Bush clama pelo esforço dos norte-americanos e a favor do nacionalismo estadunidense para, quando o momento chegar, ter previamente arregimentado o apoio dos cidadãos americanos para invadir o Iraque, como já o fizera em relação ao Afeganistão, em 2001. Por fim, o presidente estabelece a pretensão dos Estados Unidos em instituir uma liberdade perene no Afeganistão, de modo que assegure a própria liberdade estadunidense.

No quarto elemento, “a exportação da democracia estadunidense para Estados que representavam perigo e ameaçam a população dos Estados Unidos”, destacam-se os “valores estadunidenses enquanto propagadores do que é bom e justo frente o trabalho de reconstrução do Afeganistão” que o governo de George W. Bush se propunha “exportar”, trabalhando a favor da reconstrução do Afeganistão juntamente à população afegã, após ter expulsado o regime Talibã.

No quinto elemento “a preservação da liberdade, individualidade e da essência estadunidense”, George W. Bush rememora os cidadãos norte-americanos que os Estados Unidos se encontravam em uma luta contra o terrorismo aonde todos os recursos necessários seriam utilizados com a determinação de vencer a Guerra ao Terror. Desta forma, o presidente interpelou os norte-americanos ao utilizar a expressão “defend our freedom”. – (T70)

Finalmente, no sexto elemento, denominado “o resguardo da segurança dos cidadãos norte-americanos”, George W. Bush anuncia a criação de um novo departamento de segurança interna para proteger a nação estadunidense e estabelece e sanciona a “Doutrina Preventiva” ou “Doutrina Bush”.

De posse dos dados recolhidos a partir da operacionalização da análise dos três discursos em conjunto com os elementos formulados, nossa compreensão é de que os três discursos remetem à manutenção da segurança estadunidense, tanto territorialmente, quanto na área da defesa civil. É notável como George W. Bush fez uso de seus recursos oratórios de forma a interpelar a população através da utilização de expressões com raízes nacionalistas, identitárias e patrióticas norte-americanas. Para exemplificar, quando George W. Bush afirmou no *Homeland Security Act*, de 2002,

que: “We're showing the resolve of this great nation to defend our freedom, our security and our way of life” – (T71), ele retoma elementos nacionalistas e excepcionalistas. Quando utiliza o termo “resolve” fala em vontade/força/propósito/dedicação; “great nation” (“grande nação”) expressa grandeza/grandiosidade e, finalmente, ao mencionar “defend freedom” (“defender a nossa liberdade”), o presidente norte-americano estabelece a defesa de um valor da sociedade norte-americana.

Cabe destacar que o neoconservadorismo, enquanto transposto para dentro da cúpula presidencial em Washington como formador, propagador e disseminador ideológico de políticas de maximização militar para manter os Estados Unidos seguros, não deve ser considerado como o único elemento que levou à invasão norte-americana no Afeganistão e no Iraque. Se seguirmos este raciocínio nos depararemos com uma interpretação na qual a “culpa” pelas guerras e invasões praticadas pelos Estados Unidos no cenário pós 11 de setembro de 2001 ocorreram somente a partir do avanço neoconservador. Porém, entendemos ao longo desta pesquisa que fatores identitários e nacionalistas foram tão relevantes quanto a adoção de políticas neoconservadoras pelo presidente George W. Bush.

As constatações desta pesquisa corroboram com a afirmação do intelectual neoconservador Robert Kagan de que “When Americans sought legitimacy for their actions abroad, they sought it not from supranational institutions but from their own principles”¹⁸. – (T72) Esta afirmação advoga a favor das conclusões desta pesquisa, pois postula que o propósito anunciado domesticamente para a invasão do Iraque, capitaneado por George W. Bush, apoiava-se primordialmente em discursos presidenciais que exaltavam elementos identitários e nacionalistas. Ou seja, George W. Bush não buscou apoio de organismos ou instituições internacionais para iniciar um ataque contra o Iraque. Ele identificou que uma busca mais eficaz poderia ser adquirida discursivamente e com apoio doméstico, se ancorada por princípios nacionalistas e identitários norte-americanos. Assim, a presidência geraria mais agilidade para legitimar a ação contra o Iraque em 2003.

Mesmo tendo em vista que este trabalho se propôs a elucidar o problema de pesquisa exposto, no percurso da investigação nos deparamos com algumas

¹⁸ Quando os americanos buscam legitimidade para suas ações externa, eles não as buscam em instituições supranacionais, mas sim a partir de seus próprios princípios (KAGAN, 2003, pp.87-88).

dificuldades. Em relação ao embasamento bibliográfico, a limitação encontrada consistiu no fato de que selecionamos apenas três fontes de embasamento teórico, mas que permitiram concretizar o objetivo desta pesquisa. Entendemos que a ampliação da compreensão deste tema poderia ser realizada com pesquisas mais abrangentes. Por outro lado, acreditamos ter extraído de cada autor aquilo que é relevante para o problema de pesquisa trabalhado nesta dissertação e que, apesar desta limitação e de outras que podem ser apontadas, consideramos que foi possível utilizar a bibliografia a nosso favor. Ademais, dada a importância do tema, consideramos que há um longo percurso no campo da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Londres: Verso, 1991.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Londres: Verso, 1983.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002 [1979].
- AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as relações internacionais contemporâneas. *Contexto internacional*. [online], v.27, n.2, pp.331-368, 2005. ISSN 0102-8529. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292005000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 30.07.2017.
- BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.45, n.1, Jan./Jun., Brasília: 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 30.07.2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Persona, 1977.
- BERGER, Peter. 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3wsmq/pdf/paiva-9788579820410-03.pdf>. Acesso em 30.07.2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O gigante fora do tempo: a Guerra do Iraque e o sistema global. *Política Externa*, pp. 43-62, junho 2003.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: 2012.
- COSTA, Priscila Borba. *O Destino Manifesto do Povo Estadunidense: Uma Análise dos Elementos Delineadores do Sentimento Religioso Voltado à Expansão Territorial*. 2011 Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/224.pdf>. Acesso em 30.07.2017.
- BUSH, G.W. *State of the Union*. Washington, DC. 29 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/01.29.02.html>. Acesso em: 03 de março de 2017.
- BUSH, G.W. *Homeland Security Act*. Washington, DC. 25 de novembro de 2002. Disponível em <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/11.25.02.html>. Acesso em: 03 de março de 2017.
- BUSH, G.W. *War Message*. Washington, DC. 19 de março de 2003. Disponível em: <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/03.19.03.html>. Acesso em: 03 de março de 2017.

DORRIEN, Gary. *Imperial Designs: neoconservatism and the New Pax Americana*. 1998. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bYTRW3oGdyIC&oi=fnd&pg=PT7&dq=neoconservatism&ots=SYnqURwODc&sig=E7obCkV4_z0GpyG2bemusDk1xew#v=onepage&q=neoconservatism&f=false . Acesso em 30.07.2017.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

FIORI, Jose Luis. *Nacionalismo e Desenvolvimento Econômico*. 2005. Disponível em <http://outraspalavras.net/posts/nacionalismo-e-desenvolvimento-economico-i/> . Acesso em: 22/11/2016.

GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, v.16, n.46, São Paulo, set/dez, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40142002000300005&script=sci_arttext Acesso em 30.07.2017.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. 2008. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Nacao-Nacionalismo-Estado/4/14326>. Acesso: 14/12/2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KAGAN, Robert. *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2003, p. 87-88.

KIRK, Russell. *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=FCRXDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP6&dq=russell+kirk&ots=1hCTgAW79V&sig=ZGIEfWErPxXHxOMqHkVWnMHXls#v=onepage&q=russell%20kirk&f=false> . Acesso: 21/11/2016.

KRISTOL, Irving. *Reflections of a Neoconservative*. Basic Books:1983.

MAGNO, Maria Ignês Carlos. *Comunicação & Educação: Revista do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP. Imagem para pensar histórias*, 2006. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/comueduc/article/view/37570/40284> . Acesso em 30.07.2017

MARTIN, Douglas. William F. Buckley Jr. Is Dead at 82. *The New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/02/27/business/media/27cnd-buckley.html?pagewanted=all> . Acesso em 14/01/2015.

NASSER, Reginaldo Mattar. Iraque dez anos depois: a guerra é um grande negócio! *Carta Maior*, 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Iraque-dez-anos-depois-a-guerra-e-um-grande-negocio-/6/27750>. Acesso em 18/11/2016.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. *Representação Programática em 16 Democracias Presidencialistas: América Latina, 2000-2010*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/114443/000954117.pdf?sequence=1>. Acesso em 31.07.2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional. *Seminário “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí”*, Rio de Janeiro, Julho 2007. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~magoliv/site%20rei/textos%20para%20as%20aulas/texto%20%2010%20%20a%20era%20de%20george%20bush%202001-2007.pdf> . Acesso em 30.07.2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIRES, Samuel de Paiva. Liberalismo e conservadorismo: entre Edmund Burke e Friedrich Hayek. *Lado Direito*, n.4, Dezembro de 2011. Disponível em <http://samueldepaivapires.com/opiniaolado-direito/liberalismo-conservadorismo-entre-edmund-burke-friedrich-hayek/> . Acesso em 7/01/2015.

PODHORETZ, Norman. *Revista Commentary*. Disponível em <https://www.commentarymagazine.com/> . Acesso em 09/08/2017.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RENAN, Ernest. 1882. Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. *Revista Aulas*, tradução Glaydson José da Silva. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> . Acesso em 30.07.2017.

RESENDE, Erica Simone Almeida. *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, v. 7, n. 2, p. 305-322, julho/dezembro, 2005.

ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antonio; JOÃO, Belmiro Nascimento. Análise de Conteúdo. *REMark: Revista Brasileira de Marketing*, v.4, n. 13, setembro, 2014.

RUMSFELD, Donald H. Transforming the Military. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 3 (May - Jun.) p. 20-32, 2002.

SANTINELLO, Jamille. *Revista de Estudos da Comunicação*, v.12, n.28, 2011.PUCPR. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=5801&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em 30.07.2017.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de Conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica de Educação*, UFSCar v. 6, n. 1, p. 383-387, maio, 2012.

SETÚBAL, Aglair Alencar; MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Vera Editora, 1999.

SILVA, Danielle Costa da; RIBEIRO, Renata Albuquerque; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais como metodologia interpretativa da política externa brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: http://www.academia.edu/31199222/A_ANALISE_DE_CONTE%3%9ADO_DE_PRONUNCIAMENTOS_OFICIAIS_COMO_METODOLOGIA_INTERPRETATIVA_DA_POL%3%8DTICA_EXTERNA_BRASILEIRA_1 . Acesso em 30.07.2017.

SILVA, Antonio Ozaí da. O Pensamento Conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 107, abril de 2010.

SORTO, Fredys Orlando. A doutrina Bush das guerras preventivas e o sistema das Nações Unidas. *Verba Juris*, ano 4, n. 4, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/vj/article/viewFile/14816/8377> . Acesso em 30.07.2017.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. Serviço Social, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n126/0101-6628-ssoc-126-0360.pdf> . Acesso em 30.07.2017.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos*. Dissertação (Mestrado Ciência Política), PUC-SP, 2007.

VAISSE, Justin. *Neoconservatism: the biography of a movement*, translated by Arthur Goldhammer, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=z3b7syYOqskC&oi=fnd&pg=PP9&dq=neoconservatism&ots=jriCaPbAXE&sig=u5gR8hawDQ_EvEi1B3oNg_4PEDY#v=onepage&q=neoconservatism&f=false Acesso em 30.07.2017

VAN CLEVE, Nicholas. Book Review “Ideas Have Consequences”. *The Imaginative Conservative*, 2014. Disponível em: <http://www.theimaginativeconservative.org/2014/06/book-review-ideas-consequences.html> . Acesso em 14.01.2015.

VIDAL, Camila Feix. *O Movimento Conservador Norte Americano da Década de 1950 e a Percepção Conservadora a Respeito da Sociedade, Economia e Política Externa*. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/2112/1842> . Acesso em 28.08.2015.

APÊNDICE

APÊNDICE - TRADUÇÃO DAS CITAÇÕES EM INGLÊS

T1 – Richard Weaver apresenta *Ideas have Consequences* ao explicar que, na raiz da "dissolução do ocidente", a negação universal da verdade do homem e sua suposição progressiva de que "o ponto mais avançado no tempo representa o ponto de maior desenvolvimento". O pensamento Iluminista atacou a verdade transcendental através do rebaixamento do empirismo, do racionalismo, do cientificismo e assim por diante. O Deísmo era apenas mais um passo em direção ao materialismo, seguido de uma "mudança da investigação especulativa para a investigação da experiência [que] deixou o homem moderno tão inundado com as multiplicidades que ele não mais vê o caminho" (VAN CLEVE, 2014).

T2 – "A maior conquista de Sr. Buckley foi fazer do conservadorismo - não apenas o republicanismo eleitoral, mas o conservadorismo como um sistema de idéias - algo respeitável na América pós-Segunda Guerra Mundial" (MARTIN, 2008).

T3 – Buckley imortalizou o que se tornou o novo conservadorismo americano de escritores libertários como Max Eastman, economistas do livre mercado como Milton Friedman, estudiosos tradicionalistas como Russell Kirk e escritores anticomunistas como Whittaker Chambers. Ele defendeu um conservadorismo com base no interesse nacional e uma maior moralidade (MARTIN, 2008).

T4 – "Nascido como uma pura reação a outro movimento intelectual e político - os protestos da década de 1960, a contracultura e a Nova Esquerda - sobreviveu à morte desse movimento" (VAISSE, 2010, p.4).

T5 – "o Neoconservatismo nasceu no domínio da política doméstica e não externa e, mais especificamente, no domínio da ideologia política. O neoconservadorismo foi antes mais uma reação à evolução do liberalismo americano" (VAISSE, 2010, p.6).

T6 – Os neoconservadores forneceram o apoio intelectual para o militarismo de Reagan e sua política externa anticomunista, especialmente suas manobras na América Central. Embora discordem uns dos outros sobre o que deve ser feito com o poder de fogo dos Estados Unidos, eles concordaram que um acúmulo militar maciço era necessário e que a América precisava "levar a luta aos soviéticos" (DORRIEN, 1998).

T7 – Os neoconservadores haviam defendido a derrubada de Saddam Hussein, embora não necessariamente através da intervenção direta americana, desde 1997. Eles o viram como o prelúdio de um redesenho do mapa político do Oriente Médio e alguns até imaginaram uma revolução democrática na região. Os ataques de 11 de setembro de 2001 mudaram o clima político a seu favor (VAISSE, 2010, p.13).

T8 – O presidente Bush discursou sobre o "eixo do mal" de 2002, um ano antes da guerra. A Doutrina Bush abrangeu a necessidade de prevenir ameaças antes de elas se materializarem e, também, se opôs a Estados que abrigavam terroristas, tinham a democracia em seu núcleo (VAISSE, 2010, p.17).

T9 – Os neoconservadores não sugeriram invadir o Iraque para estabelecer democracia lá. A decisão foi conduzida por considerações de segurança. Ainda assim, a ausência de democracia, problemas de segurança da região, com terrorismo, proliferação e instabilidade como subprodutos de uma falta de democracia. Nesse sentido, seria errado reduzir a questão da democracia a uma racionalização ou a uma mpropaganda, uma vez que não foram encontradas armas de destruição em massa (VAISSE, 2010, p.17).

T10 – Em quatro meses, nossa nação consolou as vítimas, começou a reconstruir Nova York, (...) reuniu uma grande coalizão, capturou, prendeu e livrou o mundo de milhares de terroristas.

T11 – (...) destruiu os campos de treinamento terrorista do Afeganistão, salvou um povo da fome e libertou um país da opressão brutal. América e Afeganistão agora são aliados contra o terrorismo. Seremos parceiros na reconstrução desse país.

T12 – Minha esperança é que todas as nações atendam nosso chamado e eliminem os parasitas terroristas que ameaçam seus países e os nossos. Muitas nações estão agindo com força. Mas alguns governos serão tímidos diante do terror. E não se engane: se eles não agirem, a América irá.

T13 – Nosso segundo objetivo é evitar que regimes que patrocinam terror ameacem a América ou nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo.

T14 – O Irã persegue agressivamente essas armas e exporta terror, enquanto poucos sem legitimidade inibem a esperança do povo iraniano por liberdade. O Iraque continua a exibir sua hostilidade em relação à América e a apoiar o terror. O regime iraquiano planejou desenvolver há mais de uma década o desenvolvimento de armas com antrax, com ácido e armas nucleares. Este é um regime que já usou gás venenoso para assassinar milhares de seus próprios cidadãos, deixando os corpos das mães amontoados

sobre suas crianças mortas. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado.

T15 – Nossa guerra contra o terrorismo está bem iniciada, mas só começou. Esta campanha não pode ser concluída no nosso mandato, mas deve e será travada no nosso relógio. Não podemos parar. Se parássemos agora, deixando os campos de terror intactos e os estados terroristas sem controle, nossa sensação de segurança seria falsa e temporária.

T16 – Meu orçamento inclui o maior aumento nos gastos de defesa em duas décadas, porque, enquanto o preço da liberdade e da segurança é alto, nunca é muito alto: seja lá o que custar para defender nosso país, nós o pagaremos.

T17 – A América liderará na defesa da liberdade e a justiça, porque são certas e verdadeiras e imutáveis para todas as pessoas em todos os lugares. Nenhuma nação possui essas aspirações, e nenhuma nação está isenta delas. (...) Juntamente com amigos e aliados da Europa até a Ásia, da África até a América Latina, demonstraremos que as forças do terror não podem impedir o impulso da liberdade. Nós escolhemos a liberdade e a dignidade de toda vida. Resolutamente, em nosso propósito, agora pressionaremos. Nós conhecemos o preço da liberdade. Nós mostramos o poder da liberdade, e neste grande conflito, meus companheiros americanos, veremos a vitória da liberdade.

T18 – Não temos a intenção de impor a nossa cultura, mas a América sempre permanecerá firme para as exigências não negociáveis da dignidade humana: o estado de direito, os limites ao poder do Estado, o respeito pelas mulheres, a propriedade privada, a liberdade de expressão, a igualdade de justiça e a tolerância religiosa.

T19 – Hoje, estamos a tomar medidas históricas para defender os Estados Unidos e proteger os nossos cidadãos contra os perigos de uma nova era. Com a minha assinatura, este ato do Congresso criará um novo Departamento de Segurança Interna, garantindo que nossos esforços para defender este país sejam abrangentes e unidos. Com o *Homeland Security Act*, estamos fazendo tudo o que podemos para proteger a América. Estamos mostrando a determinação desta grande nação para defender nossa liberdade, nossa segurança e nosso modo de vida.

T20 – O novo departamento analisará ameaças, protegerá nossas fronteiras e aeroportos, protegerá nossa infraestrutura crítica e coordenará a resposta da nossa nação para futuras emergências. A Lei de Segurança Interna de 2002 toma os próximos passos críticos na defesa de nosso país. A persistente ameaça do terrorismo e a ameaça de assassinato em massa em nosso próprio país receberão uma resposta unificada e efetiva.

T21 – O Departamento de Segurança Interna irá concentrar recursos completos do governo americano para a segurança do povo americano.

T22 – Quero agradecer a Tom Ridge, o assessor de segurança interna; agradeço a Tom DeLay por ter certeza de que a lei foi aprovada; quero agradecer a todos os funcionários locais e estaduais que estão aqui conosco hoje; quero agradecer aos funcionários locais e estaduais que aplicam a lei; quero agradecer aos representantes sindicais que estão aqui.

T23 – Tenho o prazer de anunciar que nomearei o governador Tom Ridge como o primeiro secretário de segurança interna da nossa nação.

T24 – Com a ajuda de 90 nações, estamos rastreando atividades terroristas, estamos congelando finanças terroristas, estamos interrompendo parcelas terroristas, estamos fechando campos de terroristas, estamos caçando uma pessoa de cada vez. Muitos terroristas agora estão sendo interrogados. Muitos terroristas foram mortos. Libertamos um país.

T25 – Nossa nação entra neste conflito com relutância, mas nosso propósito é certo. O povo dos Estados Unidos e nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime fora da lei que ameaça a paz com armas de assassinato em massa.

T26 – Sob minhas ordens, as forças da coalizão começaram a atacar alvos selecionados de importância militar para minar a capacidade de Saddam Hussein de fazer guerra. Estes são estágios iniciais do que será uma campanha ampla e concertada. Mais de 35 países estão dando apoio crucial, desde o uso de bases navais e aéreas, para ajudar na inteligência e logística, para a implantação de unidades de combate. Todas as nações nessa coalizão optaram por assumir o dever e compartilhar a honra de servir na nossa defesa comum. Vamos encontrar essa ameaça agora com o nosso Exército, Força Aérea, Marinha, Guarda Costeira e Fuzileiros navais, para que não tenhamos que enfrentá-lo mais tarde com exércitos de bombeiros e policiais e médicos nas ruas de nossas cidades.

T27 – A todos os homens e mulheres das forças armadas dos Estados Unidos agora no Oriente Médio, a paz de um mundo turbulento e as esperanças de um povo oprimido agora dependem de vocês. Essa confiança está clara e estabelecida. Chegamos ao Iraque com respeito pelos seus cidadãos, pela sua grande civilização e pelas religiões que eles praticam. Não temos ambição no Iraque exceto a de remover uma ameaça e restaurar o controle desse país para o próprio povo iraquiano. Agora que o conflito chegou, a única maneira de limitar sua duração é aplicar força decisiva. E asseguro-lhes que não será uma campanha de meias-medidas e não aceitaremos nenhum resultado senão a vitória.

T28 – Eu quero que os americanos e todo o mundo saibam que as forças da coalizão farão todos os esforços para evitar danos aos civis inocentes. Uma campanha no terreno de uma nação tão grande quanto a Califórnia poderia ser mais longa e mais difícil do que alguns prevêem. E ajudar os iraquianos a alcançar ser um país unido, estável e gratuito exigirá nosso compromisso.

T29 – Meus concidadãos, os perigos para o nosso país e para o mundo serão superados. Passaremos por esse tempo de perigo e continuaremos o trabalho de paz. Defenderemos nossa liberdade. Nós levaremos nossa liberdade para os outros. E prevaleceremos.

T 30 – Milhões de americanos estão orando com você pela segurança de seus entes queridos e pela proteção dos inocentes.

T 31 – No fundo do caráter americano, há honra, e é mais forte do que o cinismo. E muitos descobriram novamente que mesmo na tragédia - especialmente na tragédia - Deus está próximo.

T32 – E ajudar os iraquianos a alcançar um país unido e estável exigirá nosso compromisso sustentado.

T33 – Nós chegamos ao Iraque com respeito pelos seus cidadãos, pela sua grande civilização e pelas religiões que eles praticam. Não temos ambição no Iraque, exceto a de remover uma ameaça e restaurar o controle desse país para o próprio povo.

T34 – Toda nação nessa coalizão optou por assumir o dever e compartilhar a honra de servir na nossa defesa comum.

T35 – Nós defendemos uma escolha diferente, feita há muito tempo, no dia da nossa fundação. Nós afirmamos isso novamente hoje. Escolhemos a liberdade e a dignidade de todas as vidas.

T36 – Em um único instante, percebemos que esta será uma década decisiva na história da liberdade e que fomos chamados para um papel único em eventos humanos.

T 37 – O povo americano respondeu magnificamente, com coragem e compaixão, força e determinação. Conforme conheci os heróis, abracei as famílias e olhei para os rostos cansados dos socorristas, fiquei maravilhado com o povo americano.

T38 – A segurança interna tornará a América não só mais forte, mas, em muitos aspectos, melhor.

T 39 – Nossa nação continuará a ser firme e paciente e persistente na busca de dois grandes objetivos. Primeiro, fecharemos campos terroristas, interromperemos planos terroristas e levaremos à justiça os terroristas. E, em segundo lugar, devemos evitar que terroristas e regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo.

T 40 – Queremos ser uma nação que atenda objetivos maiores. Nós buscamos um mundo justo e pacífico além da guerra ao terror.

T 41 – Com a ajuda de noventa nações, estamos rastreando atividades terroristas, estamos congelando as finanças terroristas, estamos interrompendo parcelas terroristas, estamos fechando campos terroristas, estamos caçando uma pessoa de cada vez. Muitos terroristas agora estão sendo interrogados. Muitos terroristas foram mortos. Libertamos um país.

T 42 – A persistente ameaça do terrorismo, a ameaça de assassinato em massa em nosso próprio solo receberá uma resposta unificada e efetiva.

T43 – Meu orçamento quase dobra o financiamento de uma estratégia sustentada de segurança interna, focada em quatro áreas principais: bioterrorismo, resposta de emergência, segurança aeroportuária e de fronteira e inteligência aprimorada.

T44 – O Departamento de Segurança Interna terá cerca de 170 mil funcionários, profissionais dedicados que acordarão todas as manhãs com o dever primordial de proteger seus concidadãos.

T45 – (...) livrar o mundo de milhares de terroristas, destruir os campos de treinamento terrorista do Afeganistão, salvar um povo da fome e libertar um país de brutal opressão.

T46 – Libertaremos um país.

T47 – Estamos lutando uma guerra contra o terrorismo com todos os nossos recursos e estamos determinados a vencer.

T48 – (...) você não escapará da justiça desta nação.

T49 – (...) nossa causa é justa.

T50 – Meus concidadãos, nesta hora, as forças americanas e da coalizão estão nos primeiros estágios das operações militares para desarmar o Iraque, libertar o povo e defender o mundo de um grave perigo.

T51 – (...) ajudar os iraquianos a alcançar um país unido, estável e livre exigirá nosso compromisso sustentado.

T52 – (...) temos uma ótima oportunidade durante este período de guerra para liderar o mundo em direção aos valores que trarão uma paz duradoura.

T53 – América e Afeganistão agora são aliados contra o terrorismo. Seremos parceiros na reconstrução desse país.

T54 – A América liderará defendendo a liberdade e a justiça porque eles são certos e verdadeiros e imutáveis para todas as pessoas em todos os lugares.

T55 – Nenhuma pessoa na Terra anseia para ser oprimida, ou aspirar a servidão, ou ansiosamente aguardar a batida noturna da polícia. Se alguém duvida disso, deixe-os olhar para o Afeganistão, onde as "ruas" islâmicas agradeceram pela queda da tirania com canções e celebrações. (...) A América liderará defendendo a liberdade e a justiça porque são corretas e verdadeiras e imutáveis para todas as pessoas em todos os lugares.

T56 – Desde a manhã de 11 de setembro de 2001, a essa hora, a América se empenhou em um esforço sem precedentes para defender nossa liberdade e nossa segurança.

T57 – Com o Homeland Security Act, estamos fazendo tudo o que podemos para proteger a América. Estamos mostrando a determinação desta grande nação para defender nossa liberdade, nossa segurança e nosso modo de vida.

T58 – A América tem se empenhado em um esforço sem precedentes para defender nossa liberdade.

T59 – Defenda nossa liberdade.

T60 – Defenderemos a nossa liberdade. Nós traremos a liberdade para os outros. E prevaleceremos.

T61 – (...) alguns governos serão tímidos diante do terror. E não se engane com isso: se eles não agem, a América agirá.

T62 – O novo departamento analisará as ameaças, protegerá nossas fronteiras e aeroportos, protegerá nossa infraestrutura e coordenará a resposta da nossa nação para futuras emergências. O Departamento de Segurança Interna irá concentrar os recursos completos do governo americano na segurança do povo americano.

T63 – Agora que o conflito chegou, a única maneira de limitar sua duração é aplicar força decisiva. E asseguro-lhe que não será uma campanha de meias medidas e não aceitaremos nenhum resultado senão a vitória.

T64 – No entanto, nosso governo tomará todas as medidas possíveis para proteger nosso país e nosso povo.

T65 – (...) nosso governo tomará todas as medidas possíveis.

T66 – O Departamento de Segurança Interna irá concentrar os recursos completos do governo americano sobre a segurança do povo americano.

T67 – Esta administração e este Congresso têm o dever de colocar esse sistema em prática. Cumpriremos esse dever.

T68 – O povo dos Estados Unidos e nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime fora da lei que ameaça a paz com armas de destruição em massa.

T69 – No entanto, nosso governo tomará todas as medidas possíveis para proteger nosso país e nosso povo.

T70 – a Defender a nossa liberdade.

T71 – Estamos mostrando a determinação desta grande nação para defender nossa liberdade, nossa segurança e nosso modo de vida.

T72 – Quando os americanos buscaram legitimidade para suas ações no exterior, eles não o buscaram de instituições supranacionais, mas de seus próprios princípios.

ANEXOS

ANEXO A – DISCURSO DE BUSH (1)

ANEXO B – DISCURSO DE BUSH (2)

ANEXO C – DISCURSO DE BUSH (3)

ANEXO A – DISCURSO DE BUSH (1)

George W. Bush
State of the Union
Washington, DC
January 29, 2002

Thank you very much. Mr. Speaker, Vice President Cheney, members of Congress, distinguished guests, fellow citizens: As we gather tonight, our nation is at war, our economy is in recession, and the civilized world faces unprecedented dangers. Yet the state of our Union has never been stronger. (Applause.)

We last met in an hour of shock and suffering. In four short months, our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York and the Pentagon, rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression. (Applause.)

The American flag flies again over our embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay. (Applause.) And terrorist leaders who urged followers to sacrifice their lives are running for their own. (Applause.)

America and Afghanistan are now allies against terror. We'll be partners in rebuilding that country. And this evening we welcome the distinguished interim leader of a liberated Afghanistan: Chairman Hamid Karzai. (Applause.)

The last time we met in this chamber, the mothers and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today women are free, and are part of Afghanistan's new government. And we welcome the new Minister of Women's Affairs, Doctor Sima Samar. (Applause.)

Our progress is a tribute to the spirit of the Afghan people, to the resolve of our coalition, and to the might of the United States military. (Applause.) When I called our troops into action, I did so with complete confidence in their courage and skill. And tonight, thanks to them, we are winning the war on terror. (Applause.) The man and women of our Armed Forces have delivered a message now clear to every enemy of the United States: Even 7,000 miles away, across oceans and continents, on mountaintops and in caves -- you will not escape the justice of this nation. (Applause.)

For many Americans, these four months have brought sorrow, and pain that will never completely go away. Every day a retired firefighter returns to Ground Zero, to feel closer to his two sons who died there. At a memorial in New York, a little boy left his football with a note for his lost father: Dear Daddy, please take this to heaven. I don't want to play football until I can play with you again some day.

Last month, at the grave of her husband, Michael, a CIA officer and Marine who died in Mazur-e-Sharif, Shannon Spann said these words of farewell: "Semper Fi, my love." Shannon is with us tonight. (Applause.)

Shannon, I assure you and all who have lost a loved one that our cause is just, and our country will never forget the debt we owe Michael and all who gave their lives for freedom.

Our cause is just, and it continues. Our discoveries in Afghanistan confirmed our worst fears, and showed us the true scope of the task ahead. We have seen the depth of our enemies' hatred in videos, where they laugh about the loss of innocent life. And the depth of their hatred is equaled by the madness of the destruction they design. We have found diagrams of American nuclear power plants and public water facilities, detailed

instructions for making chemical weapons, surveillance maps of American cities, and thorough descriptions of landmarks in America and throughout the world.

What we have found in Afghanistan confirms that, far from ending there, our war against terror is only beginning. Most of the 19 men who hijacked planes on September the 11th were trained in Afghanistan's camps, and so were tens of thousands of others. Thousands of dangerous killers, schooled in the methods of murder, often supported by outlaw regimes, are now spread throughout the world like ticking time bombs, set to go off without warning.

Thanks to the work of our law enforcement officials and coalition partners, hundreds of terrorists have been arrested. Yet, tens of thousands of trained terrorists are still at large. These enemies view the entire world as a battlefield, and we must pursue them wherever they are. (Applause.) So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk. And America and our allies must not, and will not, allow it. (Applause.)

Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. (Applause.)

Our military has put the terror training camps of Afghanistan out of business, yet camps still exist in at least a dozen countries. A terrorist underworld -- including groups like Hamas, Hezbollah, Islamic Jihad, Jaish-i-Mohammed -- operates in remote jungles and deserts, and hides in the centers of large cities.

While the most visible military action is in Afghanistan, America is acting elsewhere. We now have troops in the Philippines, helping to train that country's armed forces to go after terrorist cells that have executed an American, and still hold hostages. Our soldiers, working with the Bosnian government, seized terrorists who were plotting to bomb our embassy. Our Navy is patrolling the coast of Africa to block the shipment of weapons and the establishment of terrorist camps in Somalia.

My hope is that all nations will heed our call, and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own. Many nations are acting forcefully. Pakistan is now cracking down on terror, and I admire the strong leadership of President Musharraf. (Applause.)

But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will. (Applause.)

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature. North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens.

Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom.

Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a

grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.

We will work closely with our coalition to deny terrorists and their state sponsors the materials, technology, and expertise to make and deliver weapons of mass destruction. We will develop and deploy effective missile defenses to protect America and our allies from sudden attack. (Applause.) And all nations should know: America will do what is necessary to ensure our nation's security. We'll be deliberate, yet time is not on our side. I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons. (Applause.)

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch -- yet it must be and it will be waged on our watch.

We can't stop short. If we stop now -- leaving terror camps intact and terror states unchecked -- our sense of security would be false and temporary. History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight. (Applause.)

Our first priority must always be the security of our nation, and that will be reflected in the budget I send to Congress. My budget supports three great goals for America: We will win this war; we'll protect our homeland; and we will revive our economy.

September the 11th brought out the best in America, and the best in this Congress. And I join the American people in applauding your unity and resolve. (Applause.) Now Americans deserve to have this same spirit directed toward addressing problems here at home. I'm a proud member of my party -- yet as we act to win the war, protect our people, and create jobs in America, we must act, first and foremost, not as Republicans, not as Democrats, but as Americans. (Applause.)

It costs a lot to fight this war. We have spent more than a billion dollars a month -- over \$30 million a day -- and we must be prepared for future operations. Afghanistan proved that expensive precision weapons defeat the enemy and spare innocent lives, and we need more of them. We need to replace aging aircraft and make our military more agile, to put our troops anywhere in the world quickly and safely. Our men and women in uniform deserve the best weapons, the best equipment, the best training -- and they also deserve another pay raise. (Applause.)

My budget includes the largest increase in defense spending in two decades -- because while the price of freedom and security is high, it is never too high. Whatever it costs to defend our country, we will pay. (Applause.)

The next priority of my budget is to do everything possible to protect our citizens and strengthen our nation against the ongoing threat of another attack. Time and distance from the events of September the 11th will not make us safer unless we act on its lessons. America is no longer protected by vast oceans. We are protected from attack only by vigorous action abroad, and increased vigilance at home.

My budget nearly doubles funding for a sustained strategy of homeland security, focused on four key areas: bioterrorism, emergency response, airport and border security, and improved intelligence. We will develop vaccines to fight anthrax and other deadly diseases. We'll increase funding to help states and communities train and equip our heroic police and firefighters. (Applause.) We will improve intelligence collection and sharing, expand patrols at our borders, strengthen the security of air travel, and use technology to track the arrivals and departures of visitors to the United States. (Applause.)

Homeland security will make America not only stronger, but, in many ways, better. Knowledge gained from bioterrorism research will improve public health. Stronger police and fire departments will mean safer neighborhoods. Stricter border enforcement will help combat illegal drugs. (Applause.) And as government works to better secure our homeland, America will continue to depend on the eyes and ears of alert citizens.

A few days before Christmas, an airline flight attendant spotted a passenger lighting a match. The crew and passengers quickly subdued the man, who had been trained by al Qaeda and was armed with explosives. The people on that plane were alert and, as a result, likely saved nearly 200 lives. And tonight we welcome and thank flight attendants Hermis Moutardier and Christina Jones. (Applause.)

Once we have funded our national security and our homeland security, the final great priority of my budget is economic security for the American people. (Applause.) To achieve these great national objectives -- to win the war, protect the homeland, and revitalize our economy -- our budget will run a deficit that will be small and short-term, so long as Congress restrains spending and acts in a fiscally responsible manner. (Applause.) We have clear priorities and we must act at home with the same purpose and resolve we have shown overseas: We'll prevail in the war, and we will defeat this recession. (Applause.)

Americans who have lost their jobs need our help and I support extending unemployment benefits and direct assistance for health care coverage. (Applause.) Yet, American workers want more than unemployment checks -- they want a steady paycheck. (Applause.) When America works, America prospers, so my economic security plan can be summed up in one word: jobs. (Applause.)

Good jobs begin with good schools, and here we've made a fine start. (Applause.) Republicans and Democrats worked together to achieve historic education reform so that no child is left behind. I was proud to work with members of both parties: Chairman John Boehner and Congressman George Miller. (Applause.) Senator Judd Gregg. (Applause.) And I was so proud of our work, I even had nice things to say about my friend, Ted Kennedy. (Laughter and applause.) I know the folks at the Crawford coffee shop couldn't believe I'd say such a thing -- (laughter) -- but our work on this bill shows what is possible if we set aside posturing and focus on results. (Applause.)

There is more to do. We need to prepare our children to read and succeed in school with improved Head Start and early childhood development programs. (Applause.) We must upgrade our teacher colleges and teacher training and launch a major recruiting drive with a great goal for America: a quality teacher in every classroom. (Applause.)

Good jobs also depend on reliable and affordable energy. This Congress must act to encourage conservation, promote technology, build infrastructure, and it must act to increase energy production at home so America is less dependent on foreign oil. (Applause.)

Good jobs depend on expanded trade. Selling into new markets creates new jobs, so I ask Congress to finally approve trade promotion authority. (Applause.) On these two key issues, trade and energy, the House of Representatives has acted to create jobs, and I urge the Senate to pass this legislation. (Applause.)

Good jobs depend on sound tax policy. (Applause.) Last year, some in this hall thought my tax relief plan was too small; some thought it was too big. (Applause.) But when the checks arrived in the mail, most Americans thought tax relief was just about right. (Applause.) Congress listened to the people and responded by reducing tax rates, doubling the child credit, and ending the death tax. For the sake of long-term growth and to help Americans plan for the future, let's make these tax cuts permanent. (Applause.)

The way out of this recession, the way to create jobs, is to grow the economy by encouraging investment in factories and equipment, and by speeding up tax relief so people have more money to spend. For the sake of American workers, let's pass a stimulus package. (Applause.)

Good jobs must be the aim of welfare reform. As we reauthorize these important reforms, we must always remember the goal is to reduce dependency on government and offer every American the dignity of a job. (Applause.)

Americans know economic security can vanish in an instant without health security. I ask Congress to join me this year to enact a patients' bill of rights -- (applause) -- to give uninsured workers credits to help buy health coverage -- (applause) -- to approve an historic increase in the spending for veterans' health -- (applause) -- and to give seniors a sound and modern Medicare system that includes coverage for prescription drugs. (Applause.)

A good job should lead to security in retirement. I ask Congress to enact new safeguards for 401K and pension plans. (Applause.) Employees who have worked hard and saved all their lives should not have to risk losing everything if their company fails. (Applause.) Through stricter accounting standards and tougher disclosure requirements, corporate America must be made more accountable to employees and shareholders and held to the highest standards of conduct. (Applause.)

Retirement security also depends upon keeping the commitments of Social Security, and we will. We must make Social Security financially stable and allow personal retirement accounts for younger workers who choose them. (Applause.)

Members, you and I will work together in the months ahead on other issues: productive farm policy -- (applause) -- a cleaner environment -- (applause) -- broader home ownership, especially among minorities -- (applause) -- and ways to encourage the good work of charities and faith-based groups. (Applause.) I ask you to join me on these important domestic issues in the same spirit of cooperation we've applied to our war against terrorism. (Applause.)

During these last few months, I've been humbled and privileged to see the true character of this country in a time of testing. Our enemies believed America was weak and materialistic, that we would splinter in fear and selfishness. They were as wrong as they are evil. (Applause.)

The American people have responded magnificently, with courage and compassion, strength and resolve. As I have met the heroes, hugged the families, and looked into the tired faces of rescuers, I have stood in awe of the American people.

And I hope you will join me -- I hope you will join me in expressing thanks to one American for the strength and calm and comfort she brings to our nation in crisis, our First Lady, Laura Bush. (Applause.)

None of us would ever wish the evil that was done on September the 11th. Yet after America was attacked, it was as if our entire country looked into a mirror and saw our better selves. We were reminded that we are citizens, with obligations to each other, to our country, and to history. We began to think less of the goods we can accumulate, and more about the good we can do.

For too long our culture has said, "If it feels good, do it." Now America is embracing a new ethic and a new creed: "Let's roll." (Applause.) In the sacrifice of soldiers, the fierce brotherhood of firefighters, and the bravery and generosity of ordinary citizens, we have glimpsed what a new culture of responsibility could look like. We want to be a nation that serves goals larger than self. We've been offered a unique opportunity, and we must not let this moment pass. (Applause.)

My call tonight is for every American to commit at least two years -- 4,000 hours over the rest of your lifetime -- to the service of your neighbors and your nation. (Applause.) Many are already serving, and I thank you. If you aren't sure how to help, I've got a good place to start. To sustain and extend the best that has emerged in America, I invite you to join the new USA Freedom Corps. The Freedom Corps will focus on three areas of need: responding in case of crisis at home; rebuilding our communities; and extending American compassion throughout the world.

One purpose of the USA Freedom Corps will be homeland security. America needs retired doctors and nurses who can be mobilized in major emergencies; volunteers to help police and fire departments; transportation and utility workers well-trained in spotting danger.

Our country also needs citizens working to rebuild our communities. We need mentors to love children, especially children whose parents are in prison. And we need more talented teachers in troubled schools. USA Freedom Corps will expand and improve the good efforts of AmeriCorps and Senior Corps to recruit more than 200,000 new volunteers.

And America needs citizens to extend the compassion of our country to every part of the world. So we will renew the promise of the Peace Corps, double its volunteers over the next five years -- (applause) -- and ask it to join a new effort to encourage development and education and opportunity in the Islamic world. (Applause.)

This time of adversity offers a unique moment of opportunity -- a moment we must seize to change our culture. Through the gathering momentum of millions of acts of service and decency and kindness, I know we can overcome evil with greater good. (Applause.) And we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace. All fathers and mothers, in all societies, want their children to be educated, and live free from poverty and violence. No people on Earth yearn to be oppressed, or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police.

If anyone doubts this, let them look to Afghanistan, where the Islamic "street" greeted the fall of tyranny with song and celebration. Let the skeptics look to Islam's own rich history, with its centuries of learning, and tolerance and progress. America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. (Applause.)

No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the non-negotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance. (Applause.)

America will take the side of brave men and women who advocate these values around the world, including the Islamic world, because we have a greater objective than eliminating threats and containing resentment. We seek a just and peaceful world beyond the war on terror.

In this moment of opportunity, a common danger is erasing old rivalries. America is working with Russia and China and India, in ways we have never before, to achieve peace and prosperity. In every region, free markets and free trade and free societies are proving their power to lift lives. Together with friends and allies from Europe to Asia, and Africa to Latin America, we will demonstrate that the forces of terror cannot stop the momentum of freedom. (Applause.)

The last time I spoke here, I expressed the hope that life would return to normal. In some ways, it has. In others, it never will. Those of us who have lived through these

challenging times have been changed by them. We've come to know truths that we will never question: evil is real, and it must be opposed. (Applause.) Beyond all differences of race or creed, we are one country, mourning together and facing danger together. Deep in the American character, there is honor, and it is stronger than cynicism. And many have discovered again that even in tragedy -- especially in tragedy -- God is near. (Applause.)

In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events. Rarely has the world faced a choice more clear or consequential.

Our enemies send other people's children on missions of suicide and murder. They embrace tyranny and death as a cause and a creed. We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life. (Applause.)

Steadfast in our purpose, we now press on. We have known freedom's price. We have shown freedom's power. And in this great conflict, my fellow Americans, we will see freedom's victory.

Thank you all. May God bless. (Applause.)

ANEXO B – DISCURSO DE BUSH (2)

George W. Bush
Homeland Security Act
Washington, DC
November 25, 2002

Thanks for coming. Thanks for the warm welcome, and welcome to the White House. Today, we are taking historic action to defend the United States and protect our citizens against the dangers of a new era. With my signature, this act of Congress will create a new Department of Homeland Security, ensuring that our efforts to defend this country are comprehensive and united.

The new department will analyze threats, will guard our borders and airports, protect our critical infrastructure, and coordinate the response of our nation for future emergencies. The Department of Homeland Security will focus the full resources of the American government on the safety of the American people. This essential reform was carefully considered by Congress and enacted with strong bipartisan majorities.

I want to thank Tom Ridge, the Homeland Security Advisor, for his hard work on this initiative. I want to thank all the members of my Cabinet who are here for their work. I want to thank the members of Congress who are with us today, particularly those members of Congress who were essential to the passage, many of whom stand up here on the stage with me. One member not with us is our mutual friend from Texas, Phil Gramm. I appreciate his hard work. I thank the work of Senator Fred Thompson and Senator Joe Lieberman. I appreciate Zell Miller and Don Nickles' hard work as well. We've got a lot of members from the House here and I want to thank you all for coming. I particularly want to pay homage to Dick Armey, who shepherded the bill to the floor of the House of Representatives. I'll miss him -- I'm not so sure everybody will. (Laughter and applause.)

I thank Tom DeLay for making sure the bill got passed. I thank Rob Portman for his hard work. And I want to thank Ellen Tauscher as well for her leadership on this issue.

I appreciate Kay James of the Office of Personnel Management who worked so hard to make sure this effort was understood by everybody in our government, and I want to thank the other administration officials who are here, many of whom are going to be responsible for seeing to it this new department functions well.

I want to thank all the local and state officials who are here with us today. I see governors and county judges, mayors for coming. My own mayor -- the Mayor of Washington, D.C., I appreciate you coming, Mr. Mayor.

I want to thank the local and state law enforcement officials who are here, the chiefs of police and fire chiefs who are with us today. I see the chief of my city now is here as well. Thank you, Mr. Chief, for coming.

I want to thank the union representatives who are here. We look forward to working with you to make sure that your people are treated fairly in this new department. I want to thank the federal workers who are here. You're charged with being on the front line of protecting America. I understand your job, we look forward to working with you to make sure you get your job done. I want to thank the President's Homeland Security Advisory Council as well. And thank you all for coming.

From the morning of September the 11th, 2001, to this hour, America has been engaged in an unprecedented effort to defend our freedom and our security. We're fighting a war against terror with all our resources, and we're determined to win.

With the help of many nations, with the help of 90 nations, we're tracking terrorist activity, we're freezing terrorist finances, we're disrupting terrorist plots, we're shutting down terrorist camps, we're on the hunt one person at a time. Many terrorists are now being interrogated. Many terrorists have been killed. We've liberated a country.

We recognize our greatest security is found in the relentless pursuit of these cold-blooded killers. Yet, because terrorists are targeting America, the front of the new war is here in America. Our life changed and changed in dramatic fashion on September the 11th, 2001.

In the last 14 months, every level of our government has taken steps to be better prepared against a terrorist attack. We understand the nature of the enemy. We understand they hate us because of what we love. We're doing everything we can to enhance security at our airports and power plants and border crossings. We've deployed detection equipment to look for weapons of mass destruction. We've given law enforcement better tools to detect and disrupt terrorist cells which might be hiding in our own country.

And through separate legislation I signed earlier today, we will strengthen security at our nation's 361 seaports, adding port security agents, requiring ships to provide more information about the cargo, crew and passengers they carry. And I want to thank the members of Congress for working hard on this important piece of legislation as well.

The Homeland Security Act of 2002 takes the next critical steps in defending our country. The continuing threat of terrorism, the threat of mass murder on our own soil will be met with a unified, effective response.

Dozens of agencies charged with homeland security will now be located within one Cabinet department with the mandate and legal authority to protect our people. America will be better able to respond to any future attacks, to reduce our vulnerability and, most important, prevent the terrorists from taking innocent American lives.

The Department of Homeland Security will have nearly 170,000 employees, dedicated professionals who will wake up each morning with the overriding duty of protecting their fellow citizens. As federal workers, they have rights, and those rights will be fully protected. And I'm grateful that the Congress listened to my concerns and retained the authority of the President to put the right people in the right place at the right time in the defense of our country.

I've great confidence in the men and women who will serve in this department and in the man I've asked to lead it. As I prepare to sign this bill into law, I am pleased to announce that I will nominate Governor Tom Ridge as our nation's first Secretary of Homeland Security. (Applause.)

Americans know Tom as an experienced public servant and as the leader of our homeland security efforts since last year. Tom accepted that assignment in urgent circumstances, resigning as the governor of Pennsylvania to organize the White House Office of Homeland Security and to develop a comprehensive strategy to protect the American people. He's done a superb job. He's the right man for this new and great responsibility. (Applause.)

We're going to put together a fine team to work with Tom. The Secretary of the Navy, Gordon England, will be nominated for the post of Deputy Secretary. (Applause.)

And Asa Hutchinson of Arkansas, now the Administrator of the Drug Enforcement Administration, will be nominated to serve as Under Secretary for Border and Transportation Security. (Applause.)

The Secretary-designate and his team have an immense task ahead of them. Setting up the Department of Homeland Security will involve the most extensive reorganization of the federal government since Harry Truman signed the National Security Act. To succeed in their mission, leaders of the new department must change the culture of many diverse agencies -- directing all of them toward the principal objective of protecting the American people. The effort will take time, and focus, and steady resolve. It will also require full support from both the administration and the Congress. Adjustments will be needed along the way. Yet this is pressing business, and the hard work of building a new department begins today.

When the Department of Homeland Security is fully operational, it will enhance the safety of our people in very practical ways.

First, this new department will analyze intelligence information on terror threats collected by the CIA, the FBI, the National Security Agency and others. The department will match this intelligence against the nation's vulnerabilities -- and work with other agencies, and the private sector, and state and local governments to harden America's defenses against terror.

Second, the department will gather and focus all our efforts to face the challenge of cyberterrorism, and the even worse danger of nuclear, chemical, and biological terrorism. This department will be charged with encouraging research on new technologies that can detect these threats in time to prevent an attack.

Third, state and local governments will be able to turn for help and information to one federal domestic security agency, instead of more than 20 agencies that currently divide these responsibilities. This will help our local governments work in concert with the federal government for the sake of all the people of America.

Fourth, the new department will bring together the agencies responsible for border, coastline, and transportation security. There will be a coordinated effort to safeguard our transportation systems and to secure the border so that we're better able to protect our citizens and welcome our friends.

Fifth, the department will work with state and local officials to prepare our response to any future terrorist attack that may come. We have found that the first hours and even the first minutes after the attack can be crucial in saving lives, and our first responders need the carefully planned and drilled strategies that will make their work effective.

The Department of Homeland Security will also end a great deal of duplication and overlapping responsibilities. Our objective is to spend less on administrators in offices and more on working agents in the field -- less on overhead and more on protecting our neighborhoods and borders and waters and skies from terrorists.

With a vast nation to defend, we can neither predict nor prevent every conceivable attack. And in a free and open society, no department of government can completely guarantee our safety against ruthless killers, who move and plot in shadows. Yet our government will take every possible measure to safeguard our country and our people.

We're fighting a new kind of war against determined enemies. And public servants long into the future will bear the responsibility to defend Americans against terror. This administration and this Congress have the duty of putting that system into place. We will fulfill that duty. With the Homeland Security Act, we're doing everything we can to protect America. We're showing the resolve of this great nation to defend our freedom, our security and our way of life.

It's now my privilege to sign the Homeland Security Act of 2002. (Applause.)

(The bill is signed.)

ANEXO C – DISCURSO DE BUSH (3)

George W. Bush
War Message
Washington, DC
March 19, 2003

My fellow citizens, at this hour American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger.

On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign.

More than 35 countries are giving crucial support, from the use of naval and air bases, to help with intelligence and logistics, to the deployment of combat units. Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense.

To all of the men and women of the United States armed forces now in the Middle East, the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people now depend on you. That trust is well placed.

The enemies you confront will come to know your skill and bravery. The people you liberate will witness the honorable and decent spirit of the American military.

In this conflict, America faces an enemy who has no regard for conventions of war or rules of morality. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to use innocent men, women and children as shields for his own military; a final atrocity against his people.

I want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm. A campaign on the harsh terrain of a nation as large as California could be longer and more difficult than some predict. And helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment.

We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice. We have no ambition in Iraq, except to remove a threat and restore control of that country to its own people.

I know that the families of our military are praying that all those who serve will return safely and soon.

Million of Americans are praying with you for the safety of your loved ones and for the protection of the innocent.

For your sacrifice, you have the gratitude and respect of the American people and you can know that our forces will be coming home as soon as their work is done.

Our nation enters this conflict reluctantly, yet our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder.

We will meet that threat now with our Army, Air Force, Navy, Coast Guard and Marines, so that we do not have to meet it later with armies of firefighters and police and doctors on the streets of our cities.

Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force. And I assure you, this will not be a campaign of half measures and we will accept no outcome but victory.

My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others. And we will prevail.

May God bless our country and all who defend her.